

UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO – UNIAN/SP
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO “*STRICTO SENSU*” E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

LEONARDO ANDRADE DOS SANTOS

**TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL SOBRE O
USO DE DROGAS E O ATO INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA**

SÃO PAULO
2014

UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO – UNIAN/SP
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO “*STRICTO SENSU*” E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

LEONARDO ANDRADE DOS SANTOS

**TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL SOBRE O
USO DE DROGAS E O ATO INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Curso de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” e Pesquisa do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, da Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN/SP, para fins de obtenção do título de Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei, sob a orientação da Profa. Dra. Luciene Jimenez.

SÃO PAULO
2014

S236t Santos, Leonardo Andrade dos

Tendências da produção acadêmica nacional sobre o uso de drogas e o ato infracional na adolescência. / Leonardo Andrade dos Santos. – São Paulo, 2014.
120 f ; 30 cm

Dissertação (Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, Área de concentração: Interdisciplinar) – Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN, 2014.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Jimenez
Referências bibliográficas: f. 96 – 119.

1. Tendências. 2. Adolescência. 3. Uso de drogas. 4. Ato infracional. 5. Produção acadêmica. I. Título. II. Universidade Anhanguera de São Paulo.

CDD 362.20

FOLHA DE APROVAÇÃO

SANTOS, Leonardo Andrade dos

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL SOBRE O
USO DE DROGAS E O ATO INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA

Dissertação apresentada à banca examinadora do Curso de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” e Pesquisa do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei da Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN/SP, para fins de obtenção do título de Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei, sob a orientação da Profa. Dra. Luciene Jimenez.

Aprovado em 16/10/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) LUCIENE JIMENEZ

Instituição: UNIAN/SP

Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) ADRIANA MARCASSA TUCCI

Instituição: UNIFESP

Assinatura: _____

Prof.(a) Ms.(a) FLÁVIO AMÉRICO FRASSETO

Instituição: UNIAN/SP

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Às pessoas que mais amo nesta vida; meus pais, Silvana Lucia e Agostinho. Que sempre acreditaram em mim, com carinho, admiração, amor, presença e incansável apoio, ao longo do período de elaboração deste trabalho. Sempre me incentivaram nos momentos difíceis, me acompanhado na trajetória deste curso, ensinaram-me os valores da vida. Aos meus irmãos Veruska e Mário, pelo carinho. Se não fosse por eles não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me capacitado, dando-me força e sabedoria para que contemplatesse, com sucesso, mais uma etapa de minha vida.

À minha mãe Silvana, pelo incansável apoio na realização deste trabalho.

À minha orientadora Profa. Dra. Luciene Jimenez, pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação deste trabalho dissertatório. Que através da sua competência e capacidade, me possibilitou a entender o universo científico.

Ao Prof. Dr. Paulo Artur Malvasi, que me possibilitou aprendizagens únicas.

Ao Prof. Dr. Adalberto Botarelli e ao Prof. Ms. Flávio Américo Frasseto, pelas contribuições valiosas durante o exame de qualificação.

À Universidade Anhanguera de São Paulo, pela oportunidade de realização deste curso de Mestrado Profissional.

Mais uma vez à Universidade Anhanguera de São Paulo, pela concessão da bolsa de estudos, meus sinceros e incansáveis agradecimentos.

Às funcionárias Penha, Débora e Janaína, que sempre me acolheram com muito carinho.

Aos amigos e colegas maravilhosos, que conheci ao longo deste curso, dividindo momentos de aprendizagem.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

“Elevo os meus olhos para os montes; de onde me vem o socorro? O meu socorro vem do SENHOR, que fez os céus e a terra.”

Salmos 121

SANTOS, Leonardo Andrade dos. **Tendências da produção acadêmica nacional sobre o uso de drogas e o ato infracional na adolescência.** Dissertação (Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei) – Programa de Pós-Graduação “*STRICTO SENSU*” e Pesquisa em Adolescente em Conflito com a Lei, Universidade Anhanguera de São Paulo, 2014.

RESUMO

O uso de drogas surgiu nos primórdios da sociedade e tornou-se, na modernidade, um grande problema social e de saúde. A questão do uso de drogas por parte dos adolescentes aos quais se atribui a prática infracional é polêmica, e importantes levantamentos nacionais indicam que a porcentagem dos adolescentes em conflito com a lei que relatam fazer uso de algum tipo de droga, está entre 75-85%. O objetivo desta pesquisa foi analisar a tendência da produção acadêmica nacional sobre o uso de drogas e o ato infracional na adolescência. O método empregado na pesquisa, foi a de realizar um levantamento bibliográfico de artigos científicos nacionais, que abordavam sobre o uso de drogas e o ato infracional. Publicados entre os anos de 2002 a 2012, em bases de dados das ciências médicas, humanas e sociais (*Scielo, BVS, Lilacs e Medline*), utilizou-se também o *Google Alert*. O levantamento ocorreu entre o período de novembro/2013 a janeiro/2014. Foram utilizados no levantamento, os seguintes termos de busca: drogas, drogadição, prevenção e drogas, adolescência, juventude e fatores de risco. A seguir, foi realizada uma leitura analítica, objetivando ordenar e resumir as observações encontradas. Com relação aos tópicos de análise, tanto na análise dos artigos sobre o uso de drogas como nos artigos sobre o ato infracional, foram utilizados três fatores: sociodemográfico, psicossocial e o individual. Como resultados, foram identificados 63 artigos, sendo 31 tratando sobre o uso de drogas e 32 sobre o ato infracional. A maioria dos trabalhos foram publicados em periódicos da área da saúde, tendo como autores pesquisadores da referida área. Ficou constatado que a família (31%) e os grupos (23%), são os fatores predominantes que relacionam o uso de drogas na adolescência. Já no ato infracional, predominou a psicopatia, sintomas/depressão (17%) e a escolaridade (16%). É visível a ênfase sobre a família e os grupos sociais enquanto fatores que podem proteger ou promover tais práticas consideradas desviantes. Evidencia-se a escassez de trabalhos que identificaram as políticas públicas como parte das problemáticas estudadas.

Palavras-chave: Tendências; Adolescência; Uso de drogas; Ato infracional; Produção acadêmica.

SANTOS, Leonardo Andrade dos. **Trends in national academic research on drug use and the offense in adolescence.** Dissertation (Professional Master Teenager in Conflict with the Law) - Graduate Program "Strict Sense" and Research in Adolescent in Conflict with the Law, Anhanguera University of São Paulo, in 2014.

ABSTRACT

Drug use has emerged at the dawn of society and has become, in modern times, a major social and health problem. The issue of drug use by adolescents which are given to law infraction is controversial, and important national surveys indicate that the percentage of adolescents in conflict with the law who report having used any type of drug is between 75-85%. The objective of this research was to analyze the trend of national academic research on drug use and the offense in adolescence. The method used in the research was to conduct a literature review of national scientific articles that addressed about drug use and the offense. Published between the years 2002 to 2012 in the medical, human and social sciences databases (Scielo, BVS, Lilacs and Medline), also used up Google Alert. The survey took place between November/2013 to January/2014 were used in the survey, the following search terms: drugs, drug addiction, prevention and drugs, adolescence, youth and risk factors. The following is an analytical reading, aiming to organize and summarize the observations found was performed. Regarding the analysis of topics, both in the analysis of the articles on drug use and Articles on offense, three factors were used: sociodemographic, psychosocial and individual. As a result, 63 articles were identified, 31 of which comes about drug use and 32 on the offense. Most studies have been published in journals in the health field having as authors researchers that area. It was verified that the family (31%) and groups (23%), predominant factors relating drug use in adolescence. In the offense, prevailed psychopathy, symptoms/depression (17%) and education (16%). It is apparent emphasis on family and social groups as factors that can protect or promote such practices considered deviant. Highlights the lack of studies that identified public policy as part of the problem studied.

Keywords: Trends; Adolescence; Drug use; Offense; Academic production.

SANTOS, Leonardo Andrade dos. **Tendencias en la investigación académica nacional sobre consumo de drogas y el delito en la adolescencia.** Tesis (Maestría Profesional Adolescente en Conflicto con la Ley) - Programa de Posgrado "Sentido Estricto" y la Investigación de los Adolescentes en Conflicto con la Ley, Anhanguera Universidad de São Paulo, en 2014.

RESUMEN

El consumo de drogas ha surgido en los albores de la sociedad y se ha convertido, en los tiempos modernos, un importante problema social y de salud. El tema del consumo de drogas por los adolescentes que se dan a infracción ley es controvertido, y las encuestas nacionales importantes indican que el porcentaje de adolescentes en conflicto con la ley que declaran haber utilizado cualquier tipo de droga es entre 75 a 85 %. El objetivo de esta investigación fue analizar la tendencia de la investigación académica nacional sobre consumo de drogas y el delito en la adolescencia. El método utilizado en la investigación fue realizar una revisión bibliográfica de artículos científicos nacionales que abordaron sobre el consumo de drogas y el delito. Publicado entre los años 2002 a 2012 en las bases de datos médicas, Ciencias humanas y sociales (Scielo, BVS, Lilacs y Medline), también se agota alerta de Google. La encuesta se llevó a cabo entre noviembre/2013 a enero/2014 se utilizaron en la encuesta, los siguientes términos de búsqueda: drogas, adicción a las drogas, la prevención y las drogas, la adolescencia, la juventud y los factores de riesgo. La siguiente es una lectura analítica, con el objetivo de organizar y resumir las observaciones encontradas se realizó. En cuanto al análisis de temas, tanto en el análisis de los artículos sobre el uso de drogas y de los artículos en la ofensiva, se utilizaron tres factores: sociodemográficas, psicosociales e individual. Como resultado, se identificaron 63 artículos, 31 de los cuales se produce el consumo de drogas y el 32 a la ofensiva. La mayoría de los estudios han sido publicados en revistas en el campo de la salud que tiene como autores investigadores de esa área. Se verificó que la familia (31%) y los grupos (23%), los factores predominantes en materia de drogas en la adolescencia. En la ofensiva, prevaleció la psicopatía, los síntomas/depresión (17%) y la educación (16%). Es evidente énfasis en los grupos familiares y sociales como factores que pueden proteger o promover estas prácticas consideradas desviadas. Destaca la falta de estudios que identificaron las políticas públicas como parte del problema estudiado.

Palabras clave: Tendencias; Adolescencia; El consumo de drogas; Ofensa; La producción académica.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- CEBRID** - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas
- CNJ** - Conselho Nacional de Justiça
- DEGASE** – Departamento Geral de Ações Socioeducativas
- DEN** - Divisão Estadual de Narcóticos do Paraná
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- EMCDDA** – *European Monitoring Centre for Drugs and Drugs Addiction*
- EUA** – Estados Unidos da América
- FEBEM** – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
- FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz
- ILANUD** - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
- IMESC** - Instituto de Medicina Social e de Criminologia
- MJ** – Ministério da Justiça no Brasil
- NEAD** - Núcleo Einstein de Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein
- SENAD** – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
- SINAJUVE** - Sistema Nacional de Juventude
- SINASE** - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- SISNAD** - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
- SNC** - Sistema Nervoso Central
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PIA** – Plano Individual de Atendimento
- PUC-Campinas** – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- PUC-Rio** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- PUC-RS** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- UEM** – Universidade Estadual de Maringá
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia
- UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais
- UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIAN – Universidade Anhanguera de São Paulo

UNODC - *United Nations Office on Drugs and Crime*

UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequência dos determinantes para uso de drogas por adolescentes brasileiros.....55

Tabela 2: Frequência dos determinantes para a prática do ato infracional por adolescentes brasileiros79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. O QUE SÃO DROGAS?.....	19
1.1. Definições Nacionais.....	19
1.2. Histórico.....	27
2. O QUE É ADOLESCÊNCIA?.....	33
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	39
4. OBJETIVOS.....	45
4.1 Objetivo geral.....	45
4.2 Objetivo específico	45
5. MÉTODO.....	46
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
6.1. Adolescência e o uso de drogas.....	51
6.1.1. Artigos científicos: adolescência e o uso de drogas.....	51
6.1.1.1. <i>Fatores estruturais - sexo e classe social.....</i>	<i>55</i>
6.1.1.2. <i>Fatores sociodemográficos – família, grupos, escolaridade, religiosidade, trabalho e violência.....</i>	<i>57</i>
6.1.1.3. <i>Fatores individuais – curiosidade/prazer/falta de informação e sintomas/depressão/inabilidade social.....</i>	<i>66</i>
6.2. Adolescência e o ato infracional.....	70
6.2.1. Artigos científicos: adolescência e o ato infracional.....	74
6.2.1.1. <i>Fatores estruturais – sexo, idade e classe social/território/comunidade.....</i>	<i>80</i>
6.2.1.2. <i>Fatores sociodemográficos – família, uso de drogas, escolaridade, internação e violência.....</i>	<i>82</i>
6.2.1.3. <i>Fatores individuais – perspectivas de futuro e psicopatia, sintomas/depressão.....</i>	<i>86</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
ANEXOS.....	120

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o uso de drogas surgiu nos primórdios da sociedade e tornou-se um grande problema na área da saúde pública, resultando em inúmeras consequências, sejam de ordem moral ou social, atingindo a perspectiva de vida dos adolescentes e da sociedade como um todo.

No início do século XX, o consumo de drogas ainda era incipiente e certamente não constituía uma ameaça à saúde pública. Já o consumo de bebidas alcoólicas era frequente, mas, por ter sido mais tolerado pelos governantes e pela sociedade brasileira, não era objeto de preocupação governamental (MACHADO et al., 2007).

Diz Machado et al. (2007), que no ano de 1911 o Brasil aderiu à Convenção de Haia, estabelecendo-se o primeiro tratado internacional, com o objetivo de propor o controle sobre a venda do ópio, morfina, heroína e cocaína. Nesse sentido, o país participou das reuniões da Organização das Nações Unidas – ONU, nos anos de 1961, 1971 e 1988, em que se originaram as convenções internacionais, reafirmando a necessidade da aplicação de medidas de repressão à oferta e ao consumo de drogas.

Quanto ao uso de drogas na adolescência, as literaturas nacionais e internacionais, apresentam vários estudos com relação a este tema. No Brasil, o álcool, o tabaco e a maconha são as drogas mais usadas pelos adolescentes. (MARTINS et al. 2008).

Segundo Martins et al. (2008), os problemas de comportamento grave podem estar relacionados com maior risco para o uso de todas as drogas, mas a associação com relação ao comportamento delinquente pode ser mais forte para o uso da maconha que para o uso do álcool ou do tabaco.

O adolescer é uma construção cultural, histórica e social que varia no tempo e de um lugar para o outro. Na nossa sociedade ocidental contemporânea essa fase tem sido ressaltada como um dos momentos mais importantes na vida de um indivíduo, que tende a não aceitar opiniões, tampouco orientações, testando assim, a sua autossuficiência. Tende a ser um momento de distanciamento da família para aderir aos grupos sociais, de pares, iguais.. Em que o adolescente se faz inserir e é inserido, podendo vir a ser influenciado ao uso pelos seus pares.

O contato do adolescente e, conseqüentemente do adolescente em conflito com a lei com as drogas, é um fenômeno frequentemente relacionado, direcionando-se o presente a esta temática, articulando-se os fatores que relacionam a adolescência com o uso de drogas e a prática do ato infracional, bem como, o inverso.

Segundo *United Nations Office on Drugs and Crime - UNODC (2009)*, *apud Andrade et al. (2010, p. 16)*, o uso de álcool, produtos de tabaco e outras drogas é um fenômeno mundial que tem transcendido a categoria “problema de saúde”. No mundo, em 2007, 172 a 250 milhões de pessoas usaram alguma droga ilícita. Entre as drogas de uso ilícito, a maconha é de maior prevalência anual de uso (entre 143 e 190 milhões de pessoas), seguida imediatamente pelas anfetamina, cocaína, opiáceos e *ecstasy*.

Quanto à faixa etária, tem-se identificado que o uso de drogas inicia-se precocemente, podendo intensificar-se com a idade (EMCDDA, 2009 *apud Andrade et al., 2010, p. 16*). Todavia, os dados disponíveis têm sugerido que os níveis de uso entre os jovens permanecem maiores nos países em desenvolvimento que nos países desenvolvidos (UNODC, 2009 *apud ANDRADE et al.*).

Segundo Assis & Constantino (2005, p.10:81-90) *apud Martins et al. (2008, p. 1114)*, o levantamento realizado pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD demonstrou que, é expressiva a quantidade de usuários de drogas entre os adolescentes privados de liberdade no país: em 2002, 85,6% faziam uso antes da apreensão, especialmente de maconha (67,1%), álcool (32,4%), cocaína/crack (31,3%) e inalantes (22,6%).

Silva (2003), diz que os adolescentes autores de atos infracionais tendem a procurar amigos no próprio meio de infração, buscando estímulo e apoio em suas ações ilegais como roubos, tráfico ou uso de drogas.

A questão do uso de drogas por parte dos adolescentes aos quais se atribui a prática infracional é polêmica. Parte da produção acadêmica que pesquisa adolescentes autores de atos infracionais relaciona a prática infracional a inúmeros fatores entre os quais o uso de algum tipo de droga.

No Brasil, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (CONANDA, 2006) indica que a porcentagem dos adolescentes brasileiros internados no sistema socioeducativo que referiram ser usuários de alguma droga – legal ou ilegal – era de 85,6%. No Relatório Justiça ao Jovem (CNJ, 2012), 75% dos

adolescentes internados referiram o uso de alguma droga ilícita. Uma pesquisa realizada no ano de 2006 com 150 internos da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor - FEBEM, atual Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA, identificou os índices do primeiro uso de drogas e sua relação com o ato infracional (MARTINS; PILLON, 2008).

Tais constatações têm levado alguns estudiosos a questionarem se o uso de drogas induz aos comportamentos transgressores, ou se adolescentes com problemas de conduta teriam maior possibilidade de usar drogas (HEIM; ANDRADE, 2008).

Por outro lado, os estudos que abordam o uso de drogas na adolescência/juventude tendem a relacionar tais usos às condições familiares, sociais, culturais, econômicas, etc., e não estabelecem relação direta entre o uso de drogas e a prática infracional. O estudo de Castro, Cunha e Souza (2011) ao relacionar o uso de álcool e drogas com a violência, considerou as relações familiares insatisfatórias como determinantes, assim como, o estudo desenvolvido por Pratta e Santos (2007).

Segundo Olmo (1999), até a década de 1970 muitas pesquisas foram realizadas sobre a associação drogas e delinquência, podendo ser divididas em três grandes grupos: a droga causa a delinquência, a delinquência leva ao consumo, não existe relação causal entre os dois eventos, podendo associar os mesmos a outros fatores. Uma década depois – 1980 – a literatura a respeito era tão abundante que tornava impossível qualquer comparação devido à variação entre elas no que tange aos métodos utilizados e às variáveis (tipologia das drogas, amostra, definição de delinquência, etc.).

Em data de 08 de março de 2014, o *site* UOL-Notícias pelo jornalista Luis Lidón (em Viena) publicou a seguinte matéria: *“ONU sugere pela primeira vez pela descriminalização do consumo de drogas.”* Diz o *site* que, *a descriminalização do consumo de drogas pode ser uma forma eficaz de descongestionar as prisões, redistribuir recursos para atribuí-los ao tratamento e facilitar a reabilitação, afirma um relatório de 22 páginas do UNODC, ao qual a agência Efe teve acesso.*

Segundo o *site* UOL-Notícias, a UNODC não quis fazer comentários à EFE sobre o conteúdo do documento, mas várias fontes diplomáticas especializadas em política de drogas concordaram que é a primeira vez que o organismo menciona a descriminalização de forma aberta.

Diante da complexidade da questão, esta pesquisa pretende contribuir para problematizar a relação entre drogas e prática infracional na adolescência propondo outras interpretações reveladoras da diversidade de modos de vida.

A produção acadêmica referente às diferentes motivações para o uso de drogas por adolescentes serão problematizadas à luz de referências bibliográficas das ciências humanas e sociais que permitem a contextualização da “questão das drogas” e de suas interconexões com as complexas relações de poder no mundo contemporâneo.

Este trabalho teve como objetivo analisar a tendência da produção acadêmica nacional sobre o uso de drogas e o ato infracional na adolescência. O presente documento encontra-se estruturado em seis capítulos. No capítulo 1 retomamos desde o ponto de vista histórico e social o que são drogas.

O capítulo 2 aborda o conceito de adolescência numa compreensão sociocultural.

O capítulo 3 apresenta o referencial teórico enfocando a importância do interacionismo simbólico, como possibilidade para a compreensão de fenômenos sociais complexos, como o uso de drogas e a prática infracional na adolescência.

O capítulo 4 cuida dos objetivos desta pesquisa, que consiste em analisar a tendência da produção acadêmica nacional expressa principalmente no formato de artigos, sobre o uso de drogas na adolescência, a prática infracional e a relação entre os dois eventos.

O capítulo 5 traz o método do trabalho, tratando-se de um levantamento bibliográfico ou revisão da literatura. A revisão realizada no presente trabalho foi opinativa e parcial. Opinativa pelo fato de apresentar um recorte específico expresso, por meio do objetivo de identificar quais são as tendências da produção acadêmica sobre os motivos ou fatores de risco para o uso de drogas e para a prática infracional, ambos os eventos na adolescência. É também uma revisão parcial, pois se ateve aos trabalhos realizados no Brasil e publicados em periódicos nacionais, restringindo-se aos artigos científicos, não considerando a produção de teses, dissertações, livros ou anais de eventos.

O capítulo 6 refere-se a análise dos achados dos artigos científicos sobre adolescência, uso de drogas e ato infracional, cujo levantamento respeitou o período de 2002 a 2012, em bases nacionais.

E por fim nas considerações finais, nas quais ressaltamos a predominância

das referidas produções em periódicos das áreas da psicologia e da saúde, e por profissionais das mesmas áreas. Os autores tendem a compreender o uso de drogas e a prática infracional enfatizando as instituições mais próximas dos adolescentes, tais como a família e a escola, indicando a escassez de discussões que problematizem a importância das políticas públicas na vida destes jovens.

“Entende-se por tendência toda e qualquer orientação de cunho filosófico ou pedagógico que determina padrões e ações educativas, ainda que esteja desprovida de uma reflexão e de uma intencionalidade mais concreta” (FERREIRA, s/d, p.2). Pode-se compreender uma tendência como uma inclinação por pensamentos construídos historicamente para explicar determinados fenômenos sociais, que tendem a se reproduzir nas pesquisas acadêmicas tornando-se explicações enraizadas.

Os paradigmas por sua vez são mais estruturados e definidos, apresentando um corpo explicativo teórico e conceitual, cujos conceitos inter-relacionados permitem observar e explicar determinados fenômenos com certa margem de segurança. A compreensão de paradigma é utilizada para estabelecer diferenças entre dois momentos ou dois níveis do processo de conhecimento científico (CAPRA, 1982; KUHN, 1989).

Pode-se compreender o paradigma como um modelo de ciência que serve como referencial para fazê-lo científico de determinada época. Tal modelo tende a se esgotar sendo suplantado por outro, cujas bases estruturantes sugerem maior confiabilidade. Pode ocorrer de dois ou mais paradigmas se superporem ou disputarem espaços de hegemonia na construção do conhecimento científico.

Considerando que o uso de drogas é uma prática sobre a qual rezam inúmeras postulações, por vezes contraditórias, tal fato dificulta propor o estudo dos paradigmas que alicerçam tais pesquisas, acreditando ser o estudo da tendência mais adequado à temática.

1. O QUE SÃO DROGAS?

1.1. Definições Nacionais

As pessoas já têm uma concepção do que sejam drogas. Em simples linguagem já se tem o significado de que seja algo ruim, algo que não presta, sem nenhuma qualidade. Por exemplo: “Ah, mas que droga!!!”, “Que droga de vida!!!” ou ainda “Droga, droga, droga!!!”. Tornando-se sinônimo de coisas ruins ou de situações indesejáveis (SILVA, 2013). Já em termos técnicos da palavra, à luz da medicina, medicamento é sinônimo de droga.

Neste sentido se faz necessário, primeiramente, um breve resgate sobre o que o termo “drogas” no contexto social e histórico. A palavra “droga” é polissêmica e pode ser utilizada para fazer referência a qualquer substância que altera as funções do organismo. Na atualidade podem ser agrupadas em pelo menos quatro grupos distintos: drogas institucionalizadas ou legais - tabaco, cafeína, álcool, etc. -, as drogas farmacêuticas, as drogas industriais - solventes, aerossóis, etc. -, as drogas proibidas ou clandestinas - maconha, cocaína, etc. (OLMO, 1999). Podemos agregar ainda as chamadas drogas enteógenas – palavra que significa trazer o sagrado para si – ou seja, drogas utilizadas para rituais místicos como a *sálvia divinorum*, a *ayuasca* entre outras.

Góis et al. (2008) trazem a definição de drogas baseando-se no dicionário de Antônio de Moraes Silva, datado em 1813 definindo a droga como: todo gênero de especiaria aromática; tintas, óleos, raízes oficiais de tinturaria e botica – mercadorias ligeiras de lã ou seda.

Segundo o dicionário Aurélio (2013), o termo droga leva a seguinte conceituação: “s.f. Designação geral de toda substância usada em química, farmácia etc. / Nome dado aos narcóticos ou entorpecentes (morfina, cocaína etc.): o tráfico de drogas. / Fig. E”.

Para a OMS (1981), droga é qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias para a manutenção da saúde como, por exemplo, água e oxigênio) que alteram a função biológica e possivelmente a sua estrutura.

O Glossário de Álcool e Drogas (2010), publicado pela Secretaria Nacional de

Políticas sobre Drogas - SENAD define droga na seguinte forma:

Em medicina, refere-se a qualquer substância com o potencial de prevenir ou curar doenças ou aumentar o bem-estar físico ou mental; em farmacologia, refere-se a qualquer agente químico que altera os processos bioquímicos e fisiológicos de tecidos ou organismos. Portanto, droga é uma substância que é, ou pode ser, incluída numa farmacopéia. Na linguagem comum, o termo se refere especificamente a drogas psicoativas e em geral ainda mais especificamente às drogas ilícitas, as quais têm um uso não médico além de qualquer uso médico. As classificações profissionais (por exemplo: “álcool e outras drogas”) normalmente procuram indicar que a cafeína, o tabaco, o álcool e outras substâncias de uso habitual não médico sejam também enquadradas como drogas na medida em que elas são consumidas, pelo menos em parte, por seus efeitos psicoativos. (SENAD, 2010, p.57-58).

A palavra droga está associada às substâncias que alteram o estado da mente, proporcionando experiências de prazer ou desprazer, capazes de levar parte dos seus usuários ao uso contínuo e à dependência (SILVA, 2013).

O termo droga é usado para definir matérias-primas de origem biológica, servindo na preparação de medicamentos, surtindo efeitos farmacológicos, por outro lado, o termo é utilizado pela maioria das pessoas como uma substância estimulante, depressora, alucinógena e/ou narcótica, cuja utilização de forma contínua e prolongada poderá causar a dependência e o vício no indivíduo usuário.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA - e o Ministério da Justiça no Brasil – MJ (2013) definem a droga como uma substância ou matéria-prima que tenha a finalidade medicamentosa ou sanitária.

E continua o MJ (2013) na sua definição:

Esta denominação é devido ao fato de, antigamente, quase todos os medicamentos utilizarem vegetais em sua composição. Atualmente, porém, o termo droga, segundo a definição da OMS, abrange qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento (MJ, 2013, s/p.).

O Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC (2013), define droga como de origem controversa, pois a palavra droga pode ter origem do persa *droa* (odor aromático), do hebraico *rekab* (perfume), ou ainda do holandês antigo *drogg* (folha seca, porque antigamente quase todos os medicamentos eram feitos à base de vegetais). Ainda define, como qualquer substância capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em

mudanças fisiológicas ou de comportamento.

E o IMESC (2013), continua conceituado o termo da palavra:

No sentido figurado: "coisa de pouco valor; coisa enfadonha; desagradável" (Novo Dicionário Aurélio, 1986); "gíria: coisa ruim, imprestável; interjeição: exclamação que exprime frustração no que se está fazendo" (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Mirador Internacional, 2a. Ed., 1976). Desta forma, o termo embute significações subjetivas e negativas, dificultando sua utilização em contextos que se pretendem objetivos tais como para se referir à substância propriamente dita, ou seja, um substantivo. Se a droga é uma droga (no sentido figurado), isto já implica questões como morais e de valores. (IMESC, 2013, s/p.).

A Divisão Estadual de Narcóticos do Paraná - DEN¹ (2013), no que tange a este assunto, cita que:

(...) a medicina define droga como qualquer substância capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento. Por exemplo, uma substância ingerida contrai os vasos sanguíneos (modifica a função) e a pessoa passa a ter um aumento de pressão arterial (mudança na fisiologia). Outro exemplo, uma substância faz com que as células do nosso cérebro (os chamados neurônios) fiquem mais ativas, "disparem" mais (modificam a função) e, como consequência, a pessoa fica mais acordada, perdendo o sono – mudança comportamental (DEN, 2013).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a Universidade Estadual Paulista – UNESP (2011) e Lima² (2013), conceituam droga como qualquer substância que é capaz de modificar o funcionamento dos organismos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento.

A lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, “prescrevendo medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Estabelecendo ainda, normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, definindo crimes e dando outras providências” (artigo 1º).

Com fundamento no § único, do artigo 1º da referida lei, temos a definição de drogas da seguinte maneira: “para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.”

1 A Divisão Estadual de Narcóticos é uma unidade de nível de execução da Polícia Civil do Estado do Paraná.

2 Mariana Araguaia de Castro Sá Lima é bióloga, pela Universidade Federal de Goiás.

No Brasil, a Portaria SVS/MS n.º 344 (BRASIL, 1998) apresenta uma relação das substâncias que são consideradas “drogas” em território nacional, sobre as quais a produção e comercialização sofrem controle (restrição ou proibição).

A diversidade e quantidade de substâncias listadas são expressivas e incluem as substâncias psicoativas que agem no sistema nervoso central - SNC e podem alterar a percepção, a consciência, a vontade e/ou os comportamentos. Dentre estas se encontram as substâncias psicoativas ilegais, como a maconha, a cocaína e seus derivados, etc; e, também, aquelas passíveis de prescrição médica: como, por exemplo, o caso dos benzodiazepínicos largamente utilizados pelas mulheres adultas e idosas (FOSCARINI, 2010) e, dificilmente compreendidos como “droga” pelo senso comum.

As drogas que alteram o funcionamento cerebral e, que causam alterações no estado psíquico do indivíduo, são as chamadas drogas psicotrópicas, agindo elas diretamente no SNC.

A palavra psicotrópica é formada pelo prefixo “*psico*” e o sufixo “*trópico*”. Psico porque está atrelado ao psiquismo, algo que envolve o sistema nervoso do indivíduo e, trópico porque está em direção a.

Segundo a OMS (1981), drogas psicotrópicas são aquelas que agem no SNC produzindo alterações de comportamento humor e cognição, possuindo grande propriedade sendo, portanto, passíveis de autoadministração.

A ANVISA (2013) define drogas psicotrópicas como substâncias que podem determinar dependência física ou psíquica.

É o que diz o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID:

Percebe-se claramente que ela é composta de duas outras: psico e trópico. Psico é fácil de se entender, pois é uma palavrinha grega que significa nosso psiquismo (o que sentimos, fazemos e pensamos, enfim o que cada um é). Mas trópico não é, como alguns podem pensar, referente a trópicos, clima tropical e, portanto, nada tem a ver com uso de drogas na praia! A palavra trópico aqui se relaciona com o termo tropismo que significa ter atração por. Então psicotrópico significa atração pelo psiquismo e drogas psicotrópicas são aquelas que atuam sobre o nosso cérebro, alterando de alguma maneira o nosso psiquismo (CEBRID).

Para podermos compreender como as drogas psicotrópicas interferem nas funções do SNC, é importante termos noções do funcionamento desse sistema

(CARLINI et al., 2001).

Segundo o MJ (2013), drogas psicotrópicas são utilizadas para alterar o funcionamento cerebral. Estando relacionadas ao psiquismo, que envolve as funções do SNC, ou seja, são aquelas que atuam sobre o cérebro, alterando de alguma forma o psiquismo, sendo conhecidas também como substâncias psicoativas.

Para o Núcleo Einstein de Álcool e Drogas da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira (2014):

As drogas capazes de alterar o funcionamento mental ou psíquico são denominadas drogas psicotrópicas ou simplesmente psicotrópicos. Psicotrópico advém da junção de psico (mente) e trópico (atração por). Desse modo, drogas psicotrópicas são aquelas que atuam sobre o nosso cérebro, alterando nossa maneira de sentir, de pensar e, muitas vezes, de agir. Mas estas alterações do nosso psiquismo não são iguais para toda e qualquer droga. Cada substância é capaz de causar diferentes reações (NEAD, 2014).

Carlino et al. (2001), dizem o seguinte:

Quando um indivíduo recebe um estímulo, através de seus órgãos do sentido, a “mensagem” é enviada ao SNC, onde ocorre o processamento da informação, interpretação, elaboração, memorização associações, entre outros. Esses processamentos ocorrem em milésimos de segundos e se repetem milhares de vezes ao longo de um único dia. (...) O SNC é formado por bilhões de células interligadas, formando uma complexa rede de comunicação. Essas células, responsáveis pelo processamento das informações, são denominadas “neurônios”. (...) As drogas psicotrópicas agem alterando essas comunicações entre os neurônios, podendo produzir diversos efeitos de acordo com o tipo de neurotransmissor envolvido e a forma como a droga atua. Por exemplo, uma droga do tipo benzodiazepínico (calmante) atua facilitando “comunicação” do GABA³, neurotransmissor responsável pelo controle da ansiedade, produzindo diminuição da ansiedade. Dessa forma, de acordo com o tipo de ação, as drogas podem provocar euforia, ansiedade, sonolência, alucinações, delírios, etc (CARLINI et al., 2001).

“Os psicotrópicos são drogas que causam dependência psicológica, e às vezes física e são encontrados facilmente em farmácias” (SANTOS et al., 2010, p. 6).

O CEBRID classifica as drogas em três grupos, quais sejam: as depressoras; as estimulantes e as perturbadoras da atividade do SNC:

3 Ácido gama-aminobutírico, também conhecido pela sigla inglesa GABA (*Gamma-AminoButyric Acid*), é um ácido aminobutírico em que o grupo amina está na extremidade da cadeia carbônica. É o principal neurotransmissor inibidor no sistema nervoso central dos mamíferos.

Drogas depressoras - Um primeiro grupo é aquele de drogas que diminuem a atividade do nosso cérebro, ou seja, deprimem o funcionamento do mesmo o que significa dizer que a pessoa que faz uso desse tipo de droga fica "desligada", "devagar", desinteressada pelas coisas. Por isso estas drogas são chamadas de Depressoras da Atividade do Sistema Nervoso Central (SNC – sistema nervoso central é a parte que fica dentro da caixa craniana; o cérebro é o principal órgão deste sistema);

Drogas estimulantes - Num segundo grupo de drogas psicotrópicas estão aquelas que atuam por aumentar a atividade do nosso cérebro, ou seja, estimulam o funcionamento fazendo com a pessoa que se utiliza dessas drogas fique "ligada", "elétrica", sem sono. Por isso essas drogas recebem a denominação de Estimulantes da Atividade do Sistema Nervoso Central;

Drogas perturbadoras - Finalmente, há um terceiro grupo, constituído por aquelas drogas que agem modificando qualitativamente a atividade do nosso cérebro; não se trata, portanto, de mudanças quantitativas como de aumentar ou diminuir a atividade cerebral. Aqui a mudança é de qualidade! O cérebro passa a funcionar fora do seu normal, e a pessoa fica com a mente perturbada. Por esta razão este terceiro grupo de drogas recebe o nome de Perturbadores da Atividade do Sistema Nervoso Central (CEBRID).

Nesta mesma linha de raciocínio, Chalout *apud* Carlini et al. (2001), dividiu o que foi denominado “drogas toxicomanógenas” em três grupos, quais sejam:

Drogas depressoras: como o próprio nome indica, diminuem a atividade do SNC, ou seja, esse sistema passa a funcionar mais lentamente. Como consequência, aparecem os sintomas e os sinais dessa diminuição – sonolência, lentificação psicomotora, etc. Algumas dessas substâncias são úteis como medicamentos em casos nos quais o SNC da pessoa está funcionando “muito acima do normal”, como por exemplo, em epilepsias, insônias e excesso de ansiedade, etc. Entre os meninos em situação de rua, as drogas depressoras mais consumidas são: álcool, inalantes e benzodiazepínicos;

Drogas estimulantes: são aquelas que estimulam atividades do SNC, fazendo com que o estado de vigília fique aumentado (portanto, diminui o sono), haja “nervosismo”, aumento da atividade motora, etc. Em doses mais elevadas chegam a produzir sintomas perturbadores do SNC, tais como delírios e alucinações. A droga mais usada em meninos em situação de rua é a cocaína e seus derivados, como cloridrato, crack, merla, pasta, etc (*apud* CARLINI, 1994);

Drogas perturbadoras: nesse grupo temos as drogas que produzem uma mudança qualitativa no funcionamento do SNC. Assim, alterações mentais que não fazem parte da normalidade como, por exemplo, delírios, ilusões e alucinações, são produzidos por essas drogas. Por essa razão, são chamadas de psicoticomiméticas, ou seja, drogas que mimetizam psicoses. Entre meninos de situação de rua, as drogas perturbadoras mais usadas são: maconha e alguns medicamentos anticolinérgicos, dentre os quais o triexifenidil (artane) é o mais consumido (CHALOUT *apud* CARILINI et al., 1994).

Quanto aos padrões de uso, estes são bem definidos por Bertolote (1997), aceitos pela OMS (1981) *apud* MJ (2013), e muito difundidos no linguajar de quem

lida com o assunto, apesar de não possuírem correspondência nos padrões classificadores de transtornos e doenças.

Segundo o MJ (2013), este tipo de padronização não se constitui a partir de um transtorno ou doença, e está baseada na forma de uso e na relação que o indivíduo estabelece com a substância e suas consequências negativas.

O MJ (2013) e o Governo do Estado de Goiás (2013) definem os padrões de uso, quais sejam:

Uso experimental: os poucos episódios de uso de uma droga específica – algumas vezes incluindo tabaco ou álcool –, extremamente infrequentes ou não persistentes. Contatos com a droga, em poucas ocasiões. A maioria dos experimentadores não dão continuidade ao uso nem passa para o abuso ou dependência;

Uso recreativo: uso de uma droga, em geral ilícita, em circunstâncias sociais ou relaxantes, sem implicações com dependência e outros problemas relacionados, embora haja os que discordem, opinando que, no caso de droga ilícita, não seja possível este padrão devido às implicações legais relacionadas. O uso recreativo realizado em circunstâncias sociais ou em eventos, ocasionalmente, não implica em problemas, mas a continuidade e o aumento de intensidade acarretam maiores riscos de tornar-se um uso prejudicial ou a possibilidade de tornar-se o indivíduo dependente;

Uso controlado: refere-se à manutenção de um uso regular, não compulsivo e que não interfere com o funcionamento habitual do indivíduo. Termo também controverso, pois se questiona se determinadas substâncias permitem tal padrão. Ingestão de uma substância prescrita para aliviar problemas de saúde física ou mental e para curar doenças. O uso torna-se indevido quando não prescrito e acompanhado por médico.

Uso ritual: quando faz parte de um rito religioso ou social, com um significado contextual. Exemplos mais típicos são o uso de vinho (álcool) em cerimônias religiosas ou o de *ayauasca* em rituais do Santo *Daime* ou da União do Vegetal. Embora estes usos tenham um amparo legal, os efeitos das drogas são os mesmos e devem ser tomados os cuidados com os usuários para os quais a substância é inapropriada;

Uso social: pode ser entendido, de forma literal, como uso em companhia de outras pessoas e de maneira socialmente aceitável, mas também é usado de forma imprecisa querendo indicar os padrões acima definidos;

Uso nocivo (indevido ou prejudicial, abuso): padrão de consumo de uma droga que tem consequências prejudiciais ao usuário e maiores riscos para sua saúde. Os problemas podem ser de ordem física (por exemplo no aparelho respiratório, cardíaco ou digestivo), psíquica (por exemplo depressão, diminuição da autoestima, excesso de sensação de poder) ou social (acidentes, envolvimento em brigas, deixar de cumprir suas atribuições na escola, na família ou no trabalho);

Dependência: falta de controle do uso, necessidade de aumentar progressivamente a quantidade da droga, conjunto de sintomas cognitivos, comportamentais e psicológicos que se desenvolvem após o repetido uso de uma substância, associado ao forte desejo de consumi-la.

O CEBRID (s/a) classifica o uso de drogas da seguinte forma:

Uso na vida: o uso de droga pelo menos uma vez na vida;

Uso no ano: o uso de droga pelo menos uma vez nos últimos doze meses;

Uso recente ou no mês: o uso de droga pelo menos uma vez nos últimos 30 dias;

Uso frequente: uso de droga seis ou mais vezes nos últimos 30 dias;

Uso de risco: padrão de uso que implica alto risco de dano à saúde física ou mental do usuário, mas que ainda não resultou em doença orgânica ou psicológica;

Uso prejudicial: padrão de uso que já está causando dano à saúde física ou mental;

Não-usuário: nunca utilizou drogas;

Usuário leve: utilizou drogas no último mês, mas o consumo foi menor que uma vez por semana;

Usuário moderado: utilizou drogas semanalmente, mas não todos os dias, durante o último mês;

Usuário pesado: utilizou drogas diariamente durante o último mês (CEBRID).

De acordo com a OMS (1981), pode-se dizer que uma pessoa é dependente de uma droga quando apresenta três ou mais dos seguintes fatores:

1. Forte desejo ou compulsão para consumir a droga;
2. Dificuldade de controlar o comportamento de consumir a substância (início, término, nível de consumo, quantidades);
3. Estado fisiológico de abstinência, ou seja, sentir sintomas desagradáveis quando não usa a droga ou uso da substância para aliviar estes sintomas;
4. Evidência de tolerância, que consiste na necessidade de quantidades cada vez maiores da substância para obter o mesmo efeito;
5. Abandono progressivo de prazeres ou interesses alternativos em favor do uso da substância, aumento da quantidade de tempo gasto para obter, consumir ou se recuperar dos efeitos;
6. Persistência do uso mesmo tendo evidências claras das consequências nocivas do consumo da substância (OMS, 1981).

Devido à densidade e a vasta produção bibliográfica sobre o tema, o presente capítulo teve como objetivo tão somente alargar o espectro do que são drogas contextualizando-as nas suas diferentes concepções, para a seguir realizarmos um

breve resgate sobre sua dimensão histórica.

1.2. Histórico

Perde-se nos tempos a tradição do consumo de drogas – cada povo e cada cultura vão tendo as suas. Algumas vezes, o homem procurou nelas a nutrição física, outras andou a cata de remédio para as suas doenças, outras ainda, para alimentar sonhos ou alcançar o transcendente, influenciar o humor, buscar a paz ou a excitação, enfim, simplesmente para abstrair do mundo que o cerca e o perturba em dado momento da sua existência (KOUTOUZIS, 1986 *apud* MARTINS, 2007).

A vida humana interage num metabolismo complexo com toda a vida natural e, ao transformá-la, também transforma a si mesma. Das interações materiais, além da respiração, as mais importantes são as absorções de líquidos e sólidos pelo corpo: as ingestões. Essas substâncias saciam a sede, a fome e também servem para operar com múltiplos significados culturais de importância central na vida simbólica, religiosa, ideológica. Além dos alimentos em estrito senso, se encontram os alimentos-drogas, que produzem alterações da consciência e do humor e são também chamados de substâncias “psicoativas” (CARNEIRO, 2009).

O uso de drogas é uma prática universal e milenar voltado para os mais diversos fins: religiosidade, cura, magia, lazer, etc., sem que tal fato tenha constituído necessariamente algum problema. Vários autores têm se dedicado ao estudo das drogas desde o ponto de vista histórico, enquanto parte da experiência humana com finalidades diversas nas diferentes culturas e momentos históricos. (SZASZ, 1992, ESCOHOTADO, 2005, ALEXANDER, 2008).

No período imperial, as drogas foram usadas como moedas de troca, independente das consequências que poderiam causar, bem como para os fins a que se destinavam.

Segundo Góis et al.⁴ (2008), no período das grandes navegações, entre os séculos XVI e XVII no Brasil, o pau-brasil, o açúcar e o tabaco foram denominadas drogas pelos homens do período.

E continua:

Através destas especiarias é que surgiu o comércio. No Brasil as duas

4 Mariana Maiza de Andrade Góis é advogada.

drogas mais importantes dos dois primeiros séculos da colônia foram o pau-brasil e o açúcar. No contexto colonial a droga representou um conjunto de riquezas exóticas, produtos de luxo destinados ao consumo, ao uso médico e também como “adubo” da alimentação, o que hoje chamamos de especiarias. Na época colonial não se distinguia entre droga e comida, os povos indígenas utilizavam algumas especiarias como alimentos, mas também a utilizavam como remédios. Não havia uma discriminação clara na distinção entre droga e alimento. Hoje é evidente essa divisão, visto que há um controle político e jurídico. O instrumento mais eficiente de se obter a prazer e combater a dor física e psíquica é por meio das drogas. Chegando ao ponto de que as drogas são consideradas os próprios deuses corporificados para algumas religiões, como no caso do vinho, visto como a representação de Dioniso Baco e como o próprio Cristo, cuja bebida simboliza seu sangue nas cerimônias. Para compreender a história das drogas nos deparamos com elas ao mesmo tempo e em todo lugar tendo em cada cultura um significado, demonstrando ritos e práticas (GÓIS e col., 2008, s/p.).

Carneiro⁵ (2009) diz que os vinhos, as cervejas e todos os fermentados alcoólicos, assim como muitas plantas entre as quais a papoula, o cânhamo, o chá, o café, a coca, o guaraná e centenas de outras drogas vegetais psicoativas, representaram na história da humanidade diversos papéis, todos com profunda relevância, pois alguns foram os grandes analgésicos, os inimigos da dor, física e espiritual, os grandes aliados do sono tranquilo, mas outros também, com usos opostos, os estimulantes e provedores de energias para a caça, o combate e a resistência cotidiana aos males e incômodos da vida.

O álcool, por sua vez, era originalmente extraído de suco de frutas fermentadas, já existindo referências ao seu uso a partir do período neolítico, cerca de 10.000 a 8.000 anos a.C. O culto a Dionísio em 540 a.C., deus do vinho entre os gregos, esteve presente em diversas culturas e lendas indo-europeias, nas quais assimilou divindades locais e assumiu diferentes nomes (JÚNIOR, 2013).

Ao longo da história, os homens utilizaram os produtos naturais para obter um estado alterado de consciência, em vários contextos como o religioso, místico, social, econômico, medicinal, cultural, psicológico, militar e principalmente na busca do prazer. A alteração deste estado de consciência tinha por objetivo proporcionar maior ligação com o sobrenatural/divino, como no caso do álcool que era usado para favorecer o contato com os deuses (SILVA, 2013).

Neste contexto diz Júnior, (2013):

O álcool (vinho) é comumente citado em toda a história da humanidade,

5 Henrique Soares Carneiro é historiador e Doutor em História Social. Professor de História da Universidade de São Paulo – USP.

símbolo da alegria e desvaneio é a droga mais popular da história e do mundo. Relatos em todas as épocas da história estão relacionados ao consumo de bebidas misturadas. Inclusive na Bíblia e não são poucas as referências ao abuso e ao mal que causam ao ser humano. Na idade média foi aperfeiçoada a produção de vinho e criadas outras bebidas, como a cerveja (JÚNIOR, 2013).

Devido ao uso livre do ópio no tratamento de seus pacientes, o médico romano Galeno influenciou a medicina por séculos após a sua morte, e no século XVIII os ópios eram comumente usados na medicina ocidental, principalmente na Europa. No final deste século, se iniciaram praticamente os estudos sobre as drogas após cientistas de Napoleão descobrir o haxixe na Índia (JÚNIOR, 2013).

Cabe lembrar que a criminalização de algumas substâncias é contemporânea à invasão de drogas farmacêuticas e atividades biomédicas (DELMANTO, 2013), revelando que em uma sociedade fortemente marcada pelo dinamismo do capital os processos econômicos são indissociáveis das dinâmicas das drogas.

Souza⁶ (2013) diz que, até o começo do século XX, o Brasil não tinha qualquer controle estatal sobre as drogas que eram toleradas e usadas em prostíbulos, frequentados por jovens das classes média e alta, filhos da oligarquia da República Velha.

E continua, dizendo:

No início da década de 20, depois de ter se comprometido na reunião de Haia (1911) a fortalecer o controle sobre o uso de ópio e cocaína, o Brasil começou efetivamente um controle. Naquele momento, o vício até então limitado aos “rapazes finos” dentro dos prostíbulos passou a se espalhar nas ruas entre as classes sociais “perigosas”, ou seja, entre os pardos, negros, imigrantes e pobres, o que começou a incomodar o governo (SOUZA, 2013).

Na década de 20, mais precisamente no ano de 1921, surgiu a primeira lei que restringia o uso de ópio, morfina, cocaína e heroína no Brasil, passíveis de punições para todo e qualquer tipo de uso que não seguissem as recomendações médicas.

É o que afirma Góis et al. (2008):

A primeira lei brasileira a regular o uso de ópio, morfina, heroína e cocaína data de 1921 e a única possibilidade de utilização lícita era através de recomendações médicas. Foi uma fase de adaptação entre as demandas sociais proibicionistas e estratégias governamentais de controle social. A

6 Fátima Souza é jornalista e autora do livro “PCC – A facção”, da editora Record.

proibição da maconha ocorreu em 1930, mais como uma forma de repressão a conduta de uma determinada classe social do que a proibição da planta, e as primeiras prisões pelo uso de drogas ocorreram em 1933 no Rio de Janeiro, cidade que possuía a maior população urbana do Novo Mundo (GÓIS e col. 2008, s/p.).

As drogas sempre estiveram presentes na história da humanidade. Há indícios do uso de plantas alucinógenas em vários cultos pagãos, como no xamanismo, prática que entre 10 e 15 mil anos em busca, através de transe, viajar ao mundo dos espíritos e de seus ancestrais (JÚNIOR, 2013).

São os dizeres de Júnior⁷ (2013):

Ao que tudo indica a relação de dependência e vício entre homem e plantas teve origem na descoberta, por parte dos nossos ancestrais, de que a autoadministração de certas espécies poderia diminuir a dor, curar doenças, possibilitar maior energia, aguçar atividades cognitivas e proporcionar mais sensibilidade. Por volta de 1500 a.C. acredita-se que os povos da Guatemala que criaram esculturas onde deuses pareciam sair de cogumelos, já utilizavam o cogumelo para alterar sua percepção. Índios americanos também provavelmente se utilizavam de plantas alucinógenas, uma delas conhecida como “figueira do diabo” ou mesmo do cacto o peiote que é alucinógeno devido á mescalina, por isso seus desenhos nas cavernas são coloridos, provavelmente pela forma diferente e mais colorida de percepção que o efeito lhes dava da realidade. Cerca de 900 a.C. teriam Helena e Menelau comprado de um traficante na Índia uma planta chamada “nephente” ou “contra aflições” segundo o relato de Homero em sua Odisséia. Acredita-se que pode se tratar de haxixe (JÚNIOR, 2013.).

Martins (2007), diz um pouco sobre as três principais drogas de origem natural, quais sejam: planta de *cannabis*, arbusto de coca e o ópio, senão vejamos:

Planta de cannabis - Ao olharmos para a planta da cannabis, cujo berço terá sido nos estepes da Ásia central, onde continua a crescer de modo selvagem, por exemplo no Cazaquistão e no Quirguistão — observa-se hoje que a sua destruição maciça pode brigar com aspectos ecológicos de recuperação de áreas desérticas —, constata-se que a história da sua difusão universal se confunde com a das migrações. Cultivada por causa das fibras, do óleo extraído dos seus grãos e como forragem para animais, cedo (2700 anos a. C.) se lhe reconheceram propriedades psicoativas, nomeadamente como sedativo para tratamento da alienação mental na farmacopeia do imperador Chen-nong. (...) Usada como euforizante nos banquetes, alertava, porém, o médico Galien contra o abuso da erva (na pastelaria) pois prejudicaria o cérebro quando tomada em excesso. (...) Para não fugir a esta atracão, a partir do século VII também o islamismo contribui para a propagação da cannabis, conhecida a partir do século XIV sob o nome de haxixe, isto é, erva em árabe. (...) A viagem da planta para a África começa pelo Egito, no fim do século XII, onde o seu uso recreativo atinge todas as classes sociais, e depois de ser levada a todo o mundo muçulmano, estende-se pela África negra através dos comerciantes que vão

7 Ulysses Beolchi Júnior é profissional especializado em dependência química com atuação em clínicas particulares, comunidades terapêuticas e organizações não governamentais.

implantando entrepostos pela costa Este, aparecendo na África do Sul em meados do século XV, agora sob o nome de *dagga*. Provavelmente terão sido os portugueses, através dos escravos africanos idos de Angola para o Brasil, que introduziram a cannabis na América (liamba em Angola, riamba ou marimba no Brasil). Todavia, foi na Jamaica, pela mão dos ingleses, que a sua cultura (com a designação de ganja) se intensificou para a obtenção de fibras. Das Caraíbas para o México foi um salto, onde é rebatizada sob o nome mais vulgarizado — a marijuana. Provavelmente terão sido os portugueses, através dos escravos africanos idos de Angola para o Brasil, que introduziram a cannabis na América (liamba em Angola, riamba ou marimba no Brasil). Todavia, foi na Jamaica, pela mão dos ingleses, que a sua cultura (com a designação de ganja) se intensificou para a obtenção de fibras. Das Caraíbas para o México foi um salto, onde é rebatizada sob o nome mais vulgarizado — a marijuana (MARTINS, 2007).

Arbusto de coca - Na história do arbusto da coca e da folha da coca, cuja produção tem sido um quase monopólio dos países andinos, especialmente da Bolívia e do Peru, os gérmens conhecidos do seu consumo tradicional remontam a cerca de 5000 mil anos atrás. O hábito da mastigação da folha de coca tem acompanhado a vida das populações daquela região nas suas funções laborais, sociais e de manifestação ritual. Mas aparece ligado particularmente ao alívio do esforço físico e mental provocado pelo trabalho em altitude (no planalto). (...) Em tempo de guerra, nomeadamente com o irromper das independências, a partir do início do século XIX, a folha de coca permite aos combatentes de ambos os lados suportar a fadiga e os rigores do clima. E o domínio sobre o cultivo e o mercado da folha de coca andou muitas vezes paredes meias com as conquistas realizadas. Apesar do fervor religioso do clero, que no início da colonização (século XVI) advogava a sua erradicação, por ver na folha de coca o símbolo das crenças autóctones, o «talismã do diabo», o seu cultivo persistiu dado o valor económico que representava, a ponto de não apenas a Coroa espanhola cobrar tributo sobre a mesma, como a própria Igreja dela arrecadar o dízimo. (...) Hoje em dia, a massificação do seu uso, através da inalação, tornou-se possível mediante dois derivados: a pasta base de coca «*free-basing*» ou, numa outra forma, igualmente de fabrico simples, mas menos odorosa, o «crack». Características comuns, propícias à sua difusão: mais baratas e de efeitos mais fortes - também mais perigosos para a saúde, nomeadamente pela sua absorção rápida através dos pulmões, atingindo o cérebro de modo fulminante (MARTINS, 2007).

Ópio - Contrariamente à ideia mais difundida sobre a proveniência oriental do ópio, os vestígios mais antigos conhecidos (4200 a. C.) — objetos que terão servido para queimar ópio e sacos de cápsulas —, foram encontrados na gruta funerária de Albuñol, perto de Granada, em Espanha. No Médio-Oriente, a papoila do ópio era conhecida pela "planta da alegria". E as suas grinaldas perpassam pelas coroas dos deuses da mitologia grega (Morfeu sacode as papoilas todas as noites sobre os mortais a fim de lhes proporcionar repouso e esquecimento). Propriedades medicinais são-lhe atribuídas por Hipócrates (século V a. C.), e Aristóteles, preceptor de Alexandre o Grande, indica-a como calmante e sonífero, a par das virtudes mágicas e religiosas. Nem o apelo direto do Imperador Lin-Tso-siu à Rainha Victória para que a Inglaterra terminasse com o contrabando evitou as denominadas "guerras do ópio". Se a China tinha razões de sobra para proibir a produção, o comércio e o consumo de ópio, recebe no início do século o apoio de um aliado de peso, os Estados Unidos da América, ainda que movido por outros interesses. Com efeito, logo a seguir à deslocação de mão de obra amarela para a construção dos caminhos de ferro do Oeste e à conquista das Filipinas pelos Estados Unidos, instala-se no seu território uma importante colônia chinesa, a qual leva consigo os hábitos do fumo do ópio. Para além da natural concorrência com a mão de obra local, desperta

o puritanismo religioso, que pretende defender as tribos aborígenes e as raças não civilizadas (MARTINS, 2007).

Na Ásia Central e na Índia, estão localizados os centros de maior produção do haxixe, porém, diga-se, a título de esclarecimento, que a *cannabis sativa* não escolhe clima ou altitude para germinar, proliferando-se em qualquer lugar da Terra. Os médicos na Idade Média usavam-nas para o tratamento de diarreia, hemorroida e gonorreias (ARAÚJO, 2011).

A partir do momento em que o homem passou a dominar tecnologicamente a vida, passou a produzir drogas cada vez mais potentes e escravizantes, como pôde experimentar o século XIX através da espantosa variedade de drogas e estimulantes obtidos com a exploração de novas terras. É exemplo disso o ópio, o tabaco, que foi disseminado em todas as classes sociais, e o álcool destilado, que passou a ser produzido e utilizado em quantidades cada vez maiores (JÚNIOR, 2013).

Parte-se, portanto, da compreensão do consumo de drogas como prática histórica e social multideterminada. Tal perspectiva indica para diferentes motivações para o uso de drogas, contribuindo na compreensão sobre o uso de drogas por adolescentes na contemporaneidade.

A seguir serão abordados alguns tópicos referentes à adolescência e as diferentes possibilidades de interpretação para esta fase da vida.

2. O QUE É ADOLESCÊNCIA?

Aborda-se neste capítulo o conceito de adolescência. Diversos autores compreendem a adolescência como fase marcada por crises, conflitos e autoafirmações, bem como, com os primeiros indícios da maturidade, com o desenvolvimento e a transformação do corpo humano – nas meninas os seios se desenvolvem, o corpo se apresenta mais arredondado, etc., e nos meninos a voz começa a engrossar, surgem os primeiros pelos na genitália e nas axilas, etc (FERREIRA; NELAS, 2002, p. 141; SHAFFER, 2005 *apud* RIBEIRO, 2011, p. 2).

O dicionário Aurélio (2014), corrobora a definição de adolescência como: “*s.f. Idade da vida compreendida entre a puberdade e a idade adulta*. Não é o objetivo de este capítulo abordar sobre os fatores biológicos do desenvolvimento humano juvenil, mas sim, abordar sobre o que é a adolescência em uma compreensão sociocultural.

Segundo Cavalcante et al. (2008, p. 556), “caracterizar a adolescência somente como faixa etária, seria uma maneira muito simplista de observá-la, uma vez que ela compreende a transformação do jovem até a idade adulta, não apenas sob o ponto de vista biológico, mas também social e, principalmente, psicológico”.

Mesmo assim, é importante dar ouvidos à lei, uma vez que os limites cronológicos da adolescência são definidos pela OMS entre 10 e 19 anos, e pela Organização das Nações Unidas – ONU, entre 15 e 24 anos, critério este usado principalmente para fins estéticos e políticos (EISENSTEIN, 2005).

No Brasil a lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, dispendo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e dando outras providências, define a adolescência no seu artigo 2º da seguinte forma:

Artigo 2º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (ECA).

Já a lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013, instituindo o Estatuto da Juventude e dispendo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das

políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, define a adolescência no seu artigo 1º, parágrafos 1º e 2º da seguinte forma:

Artigo 1º - Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º - Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (Estatuto da Juventude).

“O conceito jurídico de adolescência determina a idade em que ela inicia, entrando em consonância com algumas teorias psicológicas e sociológicas, utilizadas para explicar os problemas sociais da adolescência” (FARIA; LEÃO, 2008, p. 2).

Para Ribeiro (2011, p. 2), a definição de adolescência é pouco consensual e muito complexa. Sabemos que a etimologia da palavra adolescência vem de duas raízes inter-relacionadas: do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer) e também de *adolesce*, origem da palavra adoecer. Só a partir do século XIX a adolescência foi vista como uma etapa distinta do desenvolvimento humano, e durante várias décadas estava associada a uma fase de conflito e tensão para o adolescente e todos os que com ele lidavam.

Segundo Cavalcante et al. (2008, p. 555-59), a adolescência é um período crítico na vida de cada indivíduo, pois nessa fase o jovem vivencia descobertas significativas e afirma a personalidade e a individualidade. Os autores referem que:

Nessa fase, o conceito de interação grupal é perceptível, e o adolescente busca pertencer a um grupo com o qual se identifica. Este terá a capacidade de influenciar suas ações e fará com que adote atitudes as quais serão a prova de sua aceitação na “tribo”. Justamente neste período, em que o grupo de amigos atinge importância social principal, os conflitos familiares atingem o pico, fazendo com que os pais percam um pouco do seu poder de controle sobre os filhos, que buscam a imagem de adulto independente no grupo de amigos no qual estão inseridos, o que é uma tendência natural dos adolescentes. É principalmente nesse período de crise que as drogas entram em suas vidas (CAVALCANTE et al., 2008, p. 555-59).

Assim, é de particular importância estudar esta população – adolescentes -, de forma minuciosa, principalmente no que se refere ao uso frequente e pesado de

drogas lícitas e/ou ilícitas, e identificar fatores psicológicos e socioculturais associados a tal uso (MUZA, 1997, p. 31).

Segundo Ribeiro (2011, p. 3), “a duração da adolescência está determinada culturalmente. Apesar do aspecto biológico deste fenômeno, as transformações psíquicas são profundamente influenciadas pelo ambiente social e cultural em que o adolescente se encontra inserido”.

A adolescência é um período de vida que merece atenção, pois esta transição entre a infância e a idade adulta pode resultar ou não em problemas futuros para o desenvolvimento de um determinado indivíduo (FERREIRA; NELAS, 2002, p. 142).

Eisenstein (2005) é uma das autoras que afirmam que a adolescência é o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizados pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional e sexual. Levando em consideração ainda, a questão social e os esforços do indivíduo – adolescente, em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive, corroborando com o conceito de adolescência numa compreensão sociocultural.

Mas se falo em compreensão sociocultural é preciso conceituá-lo.

Ribas e Moura (2006, p. 130) dizem que, esta abordagem está centrada nos estudos do desenvolvimento humano enquanto um processo que se dá nas interações sociais, e foi bastante influenciada pelas contribuições de L. S. Vygotsky (1896 – 1934). Afirma ainda os autores que, a abordagem sociocultural enfatiza que a atividade humana é mediada e nela tem sido investigado o desenvolvimento humano dentro das práticas culturais dos grupos, que supõem o uso de diferentes formas de mediação.

Outro aspecto enfatizado pela abordagem sociocultural é o de que a investigação do desenvolvimento humano deve considerar a inter-relação entre as dimensões individual, social e cultural (ROGOFF; CHAVAJAY, 1995 *apud* RIBAS; MOURA, 2006:130).

Em síntese, pode-se dizer que o objetivo principal da abordagem sociocultural na conceituação da adolescência, é compreender a relação entre o funcionamento mental do adolescente e os *settings* culturais, institucionais e históricos, como discute Wertsch (1995).

Partindo das percepções de alguns sociólogos contemporâneos o termo juventude – neste caso sinônimo de adolescência, é vinculada a uma categoria social. Para confirmar esta assertiva temos como referência Groppo (2000) *apud*

Almeida (2010), definindo a adolescência como uma categoria social, tornando no mesmo tempo uma representação sociocultural e uma situação social.

Em outras palavras, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos (ALMEIDA, 2010, p. 02).

A partir das afirmações da autora, durante o período de transição da fase de ingresso na sociedade para a maturidade, três termos apareceram e aparecem com mais frequência, quais sejam: juventude, adolescência e puberdade, sendo os dois primeiros mais citados.

Numa primeira análise, cada termo se refere a um tipo de transformação que o indivíduo sofre nesta fase da vida:

1. As **ciências médicas** criaram a concepção de puberdade, referente à fase de transformações no corpo do indivíduo que era criança e que está se tornando maduro;
2. A **psicologia**, a **psicanálise** e a **pedagogia** criaram a concepção de adolescência, relativa às mudanças na personalidade, na mente ou no comportamento do indivíduo que se torna adulto;
3. E por fim a **sociologia** costuma trabalhar com a concepção de juventude quando trata do período interstício entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto.

É o que aduz Almeida (2010, p. 5):

Fazendo uma leitura destes conceitos, verifica-se que o adolescente hoje é um recorte das práticas culturais que envolvem o meio social, sendo importante compreender que a cultura não é apenas os costumes que o ser humano adquire a partir de seu lócus, mas sim, práticas culturais manifestas na sua comunidade e na escola (ALMEIDA, 2010, p. 5).

Num contexto sociocultural, importante aduzir sobre os ritos de passagem. Certas etapas do ciclo de vida do ser humano são solenizadas em todas as sociedades por meio de rituais. “Chamam-se ritos de passagem as cerimônias que marcam a passagem de um indivíduo ou grupo de uma fase do ciclo para outra” (BRÊTAS et al., 2008, p. 405). “Tais feitos são, na sua maioria, acompanhados de atos especiais que marcam o indivíduo, dando condições de transpor e iniciar uma nova etapa” (ABRAMOVITCH, 1985 *apud* BRÊTAS et al., 2008, p. 405).

“É natural, ao longo desse processo do desenvolvimento biopsicossocial do

individuo, ocorrerem situações marcantes que traduzem essa ruptura em novas realidades e percepções sobre a sua existência, consideradas como rituais de passagem da adolescência” (BRÊTAS, 2004 *apud* BRÊTAS et al. 2008, p. 405).

“Como ocorrem nos grupos humanos em todas as “passagens”, os rituais de iniciação é um elemento interessante na questão da relação entre os jovens e a sociedade, presentes em diferentes formas, em todas as culturas, desde aquelas que chamamos de primitivas até as consideradas modernas” (OUTEIRAL, 2003 *apud* BRÊTAS et al. 2008, p. 405).

Segundo Aberastury e Knobel, 1981 *apud* Brêtas et al., 2008, p. 405):

É uma fase de extrema relevância, que deve ser minuciosamente vivida pelos adolescentes. Através dela o indivíduo consegue descobrir o seu papel social, adquirindo subsídios como valores, atitudes, crenças, princípios e vontades que serão organizados e assumidos pelo adolescente, servindo de bases para a consolidação do seu processo natural de desenvolvimento psíquico (ABERASTURY; KNOBEL, 1981 *apud* BRÊTAS et al., 2008, p. 405).

Segundo Rangel (1999, p. 149), “a formação da pessoa adulta é o foco do processo de socialização e educação; e isto não é exclusividade das sociedades indígenas” – em que as moças eram resguardadas após a primeira menstruação, para não atraírem pelo cheiro do sangue menstrual, os espíritos monstruosos aquáticos, e os rapazes passavam por um período de reclusão quando pretendiam se torna um xamã. Segundo a autora, cada sociedade elege o modo e o momento de transformar uma criança em um ser adulto.

Afirma Rangel (1999) que, a adolescência tem sido cada vez mais ampliada para certas camadas sociais, em nossa sociedade.

O retardamento do início das funções produtivas é um dos fatores mais importantes que explicam o fenômeno; quer seja pela falta de empregos, quer pelas exigências de formação profissional cada vez mais especializada, as camadas mais altas da hierarquia social dependem da instituição escolar para alongar a adolescência de seus filhos, deixando-os no limbo da indefinição juvenil, às vezes por mais de dez anos. Por outro lado, nas camadas sociais mais baixas o fenômeno inverte-se, exigindo de crianças de 7, 10 ou 12 anos que abandonem a escola para trabalhar, porque precisam contribuir para o orçamento familiar, mesmo que seja em troca de salários irrisórios (RANGEL, 1999, p.149).

Através da narrativa da autora, ficou demonstrado que nossa sociedade não possui critérios nítidos para promover a passagem da infância para a idade adulta,

porque a adolescência é vivida de maneira diferenciada pelos jovens de classes sociais distintas. “Ao que tudo indica, há um padrão psicológico idealizado que faz com que todos os jovens sejam tratados como imaturos, irresponsáveis e em crise constante; mas não há um padrão sociológico comum, que estabeleça obrigações, direitos e atividades típicas dessa fase intermediária” (RANGEL, 1999, p.149).

Existem certos tipos de cerimônias que se sujeitam às funções rituais, mas não marcam por absoluto sua passagem, por exemplo: formaturas – são calouros e veteranos em duas e/ou três vezes na vida escolar, tiram documentos – carteira nacional de habilitação – CNH, ajudam a decidir o futuro do país com o voto nas eleições, comemoram os aniversários de quinze e dezoito anos, compram e/ou ganham o primeiro sutiã, a primeira camisinha, e tudo isso ritualizado num contexto familiar e escolar.

Ao contrário dos meninos judeus, que ao completarem treze anos, o jovem atinge a maioridade religiosa judaica. Para marcar esta passagem, é celebrado o *Bar-Mitzvá*, uma cerimônia que ressalta a importância de cada um dos judeus na corrente ancestral do judaísmo. É nessa data que o jovem, pela primeira vez, coloca os *Tefilin* e é chamado para ler na *Torá*. O judaísmo considera o jovem de treze anos maduro o suficiente para ser responsável por seus atos (MORASHA, 2006).

Segundo Rangel (1999, p. 150), “isso mostra que em cada época e em cada lugar há uma maneira específica de marcar o momento de passagem para a idade adulta”.

“A adolescência deve então ser vista não só como uma fase transitória rica em conflitos, mas também, como um período rico em transformações aos vários níveis mencionados e também um período repleto de potencialidades para o adolescente” (RIBEIRO, 2011, p. 4).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Define Martínez (2002) *apud* Mendoza (2004, p. 24), que o referencial teórico é “o conjunto de enfoque e ações sistemáticas através das quais podemos construir uma compreensão a respeito da realidade social escolhida”. Em outras palavras, são as formas de respostas as interrogações, perguntas e/ou questões apresentadas.

Um bom marco teórico deve associar a orientação e o nexos dos conceitos e definições das suposições existentes em um campo do saber, contribuindo para posicionar os problemas que vão aparecendo dentro do sistema teórico e auxiliando na reflexão, investigação, exploração, estudo e interpretação dos mesmos.

A autora enfatiza ainda que, o marco teórico busca compreender os dados e não elaborar um paradigma para “moldá-los”, já que a verdadeira estrutura teórica deve surgir dos próprios dados, ele deve ensejar algo flexível para que o pesquisador largue o próprio marco e adote as posições ou perspectivas perante os dados (MENDOZA, 2004, p. 24).

Segundo Moreira (2002), dentre as ciências humanas e sociais existem duas tendências opostas: o positivismo e o interpretacionismo, ou seja, duas linhas de pensamentos que sustentam um tronco comum de superposição. Entre as correntes interpretacionistas, destaca-se o interacionismo simbólico – teoria adotada como referência deste trabalho –, como uma espécie de eixo fundamental com o qual se anuncia ou mantém próximo a maioria dos enfoques interpretacionistas.

Afirma Coulon (1995, p. 2) que, “o interacionismo simbólico tem sido bastante utilizado nas ciências sociais e na saúde por se ancorar numa concepção teórica em que o significado é o conceito central e os objetos sociais são construídos e reconstruídos pelos atores envolvidos de forma interminável”. Insta em dizer que, o significado social dos objetos se atribui ao fato de dar sentido no decurso de nossas interações. Portanto, as ações individuais e coletivas são produzidas a partir da interação entre as pessoas, que conceituando situações atuam no contexto social que estão inseridas (LOPES; JORGE, 2005).

O referencial teórico se fundamenta nos de estudos clássicos das ciências sociais, como o interacionismo simbólico, e os trabalhos Becker⁸ (1991).

⁸ Howard Becker é professor de Sociologia da Universidade de Washington, *Seattle*, EUA, e autor de extensa e influente obra. Dentre seus inúmeros livros destacam-se: *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance* (1973) e *Art Worlds* (1982). Em português, foram publicados: Uma Teoria

Diz Blumer (1969) que, “o interacionismo simbólico mostra respeito pela natureza da vida e da conduta do grupo humano, estando na vida grupal a condição essencial para a consciência, mundo de objetos e construção de atitudes”. Pode-se dizer em princípio, que o comportamento humano é “autodirigido” e observável, no sentido simbólico e interacional, consentindo ao ser humano a opção de planejar e dirigir suas próprias ações em relações aos outros, e proporcionar significado aos objetos que ele emprega para realizar seus planos (HAGUETTE, 1992).

É uma perspectiva da psicologia social, sendo esta uma ciência social que retrata a ação do ser humano na relação com o mundo, focaliza a natureza da interação, a dinâmica social entre as partes (CHARON, 1989). É a mais ampla perspectiva sobre o papel da comunicação em sociedade (LITTLEJOHN, 1992) e pode ser compreendida como uma vertente da etnometodologia⁹.

O interacionismo simbólico teve a sua origem no final do século XIX com George Hebert Mead¹⁰, considerado o homem da ciência, foi influenciado pelo pragmatismo filosófico e behaviorismo (CHARON, 1989).

Embora a obra de Mead tenha contribuído de maneira fundamental para a conceituação interacionista, o nome de interacionismo simbólico foi criado por um dos seus seguidores, Hebert Blumer¹¹, em 1937 (HAGUETTE, 1987).

Segundo Mendoza (2004), “o interacionismo simbólico pode ser definido como o estudo dos modos, através dos quais as pessoas atribuem sentidos às situações que vivem e das maneiras como elas conduzem suas atividades, na relação com as outras no seu cotidiano”. Para Moreira (2002), é uma perspectiva prática, que busca vincular a visão de como a vida humana é vivida na prática e como é a experiência rotineira das pessoas, cuja vida tenciona-se estudar.

Afirmam Lopes e Jorge (2005, p. 104) que, “o interacionismo simbólico se fundamenta na teoria da descrição do comportamento humano, cujo dado principal é o ato social, concebido como comportamento “externo” observável e também como atividades “encoberta” do ato”.

Lopes e Jorge (2005) e Correia (2012), aduzem que Daltoé (2003, p. 14) se refere a Blumer (1980, p. 119), para enfatizar que esta compreensão se baseia na

da Ação Coletiva (1977) e Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais (1993).

9 Considerada uma pesquisa compreensiva. Noção explicativa.

10 George Hebert Mead foi professor da Escola de Chicago no período de 1893 a 1931.

11 Hebert Blumer (1900-1987), sucedeu George Hebert Mead no curso de psicologia social na Universidade de Chicago, criando o termo interacionismo simbólico em um artigo sobre psicologia social, publicada em “O homem e Sociedade” (1937).

ideia de consonância entre o indivíduo e a sociedade, através da comunicação e/ou linguagem, sendo a sociedade, o indivíduo e mente três entidades indissolúveis, indestrutíveis e indesejáveis, que compoem o “*acto*” social, “desenvolvendo os pressupostos do interacionismo simbólico”. Blumer (1980) *apud* Daltoé, (2003, p. 14) elabora três premissas, quais sejam:

- O comportamento humano fundamenta-se nos significados dos elementos do mundo; Os seres humanos em relação às coisas, tomando por base o significado que as coisas tem para ele;
- A fonte dos significados é a interação social; O significado de tais coisas, às vezes, surge de uma interação social que a pessoa tem com os seus iguais;
- A utilização dos significados ocorre através de um processo de interpretação; Esses significados são manipulados e modificados através de um processo interpretativo, usado pela pessoa para lidar com as coisas que ele encontra (BLUMER, 1980).

O interacionismo simbólico amparado nessas premissas é levado a ampliar um esquema analítico da sociedade e das condutas humanas, que abarca as ideias principais relacionadas aos grupos humanos ou sociedades, interação social, objetos, o ser humano como ator, a ação humana e as interconexões com as linhas de ação (HAGUETTE, 1992).

Diz Charon, (1989) *apud* Santos (2008, p. 05) que, para compreender melhor o interacionismo simbólico é preciso aduzir sobre quatro aspectos de fundamental importância que os diferencia da psicologia, quais sejam:

1. O interacionismo simbólico cria uma imagem mais ativa do ser humano e rejeita a imagem deste como um organismo passivo e determinado. Os indivíduos interagem e a sociedade é constituída de indivíduos interagindo;
2. O ser humano é compreendido como um ser agindo no presente, influenciado não somente pelo que aconteceu no passado, mas pelo que está acontecendo agora. A interação acontece neste momento: o que fazemos agora está ligado a essa interação;
3. Interação não é somente o que está acontecendo entre pessoas, mas também o que acontece dentro dos indivíduos. Os seres humanos atuam em um mundo que eles definem. Agimos de acordo com o modo como definimos a situação que estamos vivenciando. Embora essa definição possa ser influenciada por aqueles com quem interagimos, ela é também resultado de nossa própria definição, nossa interpretação da situação;
4. O interacionismo simbólico descreve o ser humano mais ativo no seu mundo do que outras perspectivas. O ser humano é livre naquilo que ele faz. Todos definimos o mundo em que agimos e parte dessa definição é

nossa, envolve a escolha consciente, a direção de nossas ações em face dessa definição, a identificação dessas ações e a de outras e a nossa própria redireção (CHARON, 1989 *apud* SANTOS, 2008, p. 05).

Segundo Littlejohn (1992, p. 105), “os interacionistas definem a sociedade como constituída de indivíduos que interagem uns com os outros; quando as atividades dos membros ocorrem como resposta de um ao outro, ou em relação ao outro”.

Aduz Blumer (1969, p. 105) que, “o significado surge da interação de duas pessoas, ou seja, o significado que uma coisa tem para uma pessoa cresce da forma pelas quais as outras pessoas agem em relação a ele com relação a essa coisa. O significado é formado dentro e através de atividades definidoras das pessoas quando interagem”.

Diz Mead (1973) *apud* Mendoza (2004, p. 26) que:

Para essa perspectiva teórica uma noção fundamental é que a vida humana é comunitária; ou seja, os comportamentos humanos não podem ser entendidos fora do contexto comunitário em que vivem. É certo que não se pode negar que as pessoas nascem com traços genéticos, mas sua consciência de mundo, suas habilidades para pensar, aprender e criar, são desenvolvidas junto com a aquisição de uma linguagem comunitária e através do processo de aprendizado de uma linguagem e da interação com os outros. Os seres humanos adquirem conhecimento e se desenvolvem mentalmente. A partir disso os indivíduos começam a distinguir os objetos que constituem seu mundo, incluindo a si mesmos (...). À medida que compartilham conjuntos de símbolos, as pessoas são capazes de comunicar-se mutuamente e atuar de maneira que tenham sentido uma para outras. Os objetos não têm sentidos predefinidos (por si mesmos); as pessoas trazem os objetos à existência (ou seja, dão-lhes o significado), através dos modos com que atuam em relação a eles (MEAD, 1973 *apud* MENDOZA, 2004, p. 26).

Toda atividade grupal se fundamenta no comportamento cooperativo, mas a associação humana ocorre somente quando um indivíduo percebe a intenção dos atos dos outros, e então constrói sua própria resposta tendo como base aquela intenção (MENDOZA, 2004:26).

Mead (1973) descrito por Blumer (1969), *apud* Mendoza (2004, p. 29) diz que:

(...) o indivíduo pertence a uma estrutura social e uma ordem social. A pessoa é o resultado da atividade social organizada de um sujeito que corresponde à conduta social de seu grupo de referência, mas que pode ter reações ou manifestações individualmente diferentes. Neste sentido, cada indivíduo se constrói a partir da adoção de atitudes de outros, que logo depois de serem adotadas, afetam a própria conduta (MENDOZA, 2004, p. 29).

Segundo Facundo (2007, p.32), “os grupos humanos estão formados por indivíduos comprometidos na ação”. Os indivíduos podem funcionar de forma isolada, coletivamente ou em nome e/ou representação de alguma organização. A sociedade esta constituída por pessoas envolvidas na ação, e a vida da sociedade é um processo de união das atividades dos seus membros.

Diz Macrae (2004):

Dos diferentes ramos desta abordagem o interacionismo simbólico tem sido especialmente utilizado nas pesquisas sobre o uso de psicoativos. Sua premissa básica é que o comportamento humano é autodirigido e voltado para o simbólico e o interacional. Segundo a concepção interacionista, a vida social seria baseada em um consenso estabelecido na inter-relação, o que permitiria que o sentido atribuído às ações fosse manipulado através de um processo interpretativo consensual ao grupo (MINAYO, 1999, p. 54-55 *apud* MACRAE, 2004, p. 01-02).

E continua:

Em termos metodológicos isso implica em que os símbolos e a interação devem ser os principais elementos a serem investigados. Além disso, já que são os atores sociais que criam os símbolos, significados e definições, torna-se necessário ao investigador abandonar as pretensões do objetivismo e substituir sua própria perspectiva pela dos grupos em estudo (MINAYO, 1999, p. 54-55 *apud* MACRAE, 2004, p. 01-02).

Quanto aos ensinamentos sociológicos que visam desconstruir o “problema da droga” é necessário destacar, desde logo, o interacionismo simbólico, por considerar que a sociedade é constituída por agentes sociais ativos, o que exige atender ao nível micro, dos significados, símbolos e interações (BLUMER, 1969, 1982).

Neste sentido, considera-se que o consumo de drogas depende do sentido que este faz para o sujeito, dos significados que este lhe atribui e do modo como tal experiência é integrada na sua história (CRUZ et al., 2012).

Desenvolvidas nos EUA – Estados Unidos da América, a partir da década de 20, as teorias e investigações interacionistas simbólicas, que apresenta uma importante vertente chamada de “teoria da rotulação”, têm se mostrado especialmente apropriadas para estudos de comportamentos desviantes, embasando pesquisas sobre diferentes comportamentos sexuais e o uso de drogas. Neste último campo um dos trabalhos seminais foi o realizado por Becker investigando como pessoas se tornavam usuárias de maconha e o desenvolvimento

de suas “carreiras” enquanto “maconhistas” (BECKER 1966, p, 41-78).

São os dizeres de Romani (1999) *apud* Macrae ¹² (2004, p.27-48):

(...) chama atenção também para os vários ângulos da questão que devem ser abordados pelas pesquisas etnográficas. Ao tratar dos usuários devem tratar dos significados atribuídos ao uso e à sua persistência, dos distintos usos e estilos de vida correlatos, das expectativas culturais sobre os efeitos das drogas e o que se consegue sendo dependente - a identidade do drogadito.

Preocupa-se o interacionismo simbólico dentro do paradigma interpretativo, em entender os aspectos internos experimentais da conduta humana, ou seja, a forma como as pessoas captam os fatos ou a realidade a sua volta, e como elas atuam em relação às suas convicções. Esse referencial proporciona aos pesquisadores estabelecer um juízo de valor do fenômeno investigado (Santos, 2008).

Segundo Santos (2008, p. 03), “o interacionismo simbólico é uma das formas de se interpretar as percepções das pessoas, o significado e o sentido que eles dão às coisas e como estes relatos se relacionam com as experiências vivenciadas”.

Para Blumer (1969), “o interacionismo vê o comportamento humano como o resultado de vasto processo interpretativo em que as pessoas, de forma isolada ou coletiva, conduzem a si mesmas pela definição de um objeto, evento ou situações por elas encontradas”.

A argumentação teórica será desenvolvida considerando a teoria da análise do interacionismo simbólico, já que, segundo Blumer (1981), trata-se de um enfoque realista do estudo científico do comportamento ou das manifestações comportamentais e da vida dos grupos humanos (MENDOZA, 2004, p. 25).

12 Edward John Baptista das Neves MacRae é doutor em Antropologia Social pela USP.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a tendência da produção acadêmica nacional sobre o uso de drogas e o ato infracional na adolescência.

4.2 Objetivo específico

O objetivo específico desta pesquisa é realizar um levantamento bibliográfico de artigos sobre a adolescência, o uso de drogas e o ato infracional, em bases de dados das ciências médicas, humanas e sociais, do período de 2002 a 2012.

5. MÉTODO

Trata-se de um levantamento bibliográfico ou revisão da literatura. Para Lakatos e Marconi (1991) a pesquisa bibliográfica é também conhecida como pesquisa de fontes secundárias e pode abranger diferentes fontes, incluindo jornais e revistas, boletins, material cartográfico até meios de comunicação oral, tais como: rádio, audiovisuais (filmes e televisão) etc. Deve-se buscar evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos. É também preciso “observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento [...]” (GALVÃO, s/p, s/d).

Para Mancini e Sampaio (2006) existem diferentes tipos de revisão da literatura:

- A revisão crítica, também conhecida como estudos de revisão passiva sintetizam os estudos sobre um tema;
- As revisões opinativas analisam a evidência ou tendência existente sobre um assunto, são estudos nos quais os autores resumem, analisam e sintetizam as informações disponibilizadas na literatura, mas não seguem necessariamente uma metodologia pré-definida;
- Estudos de revisão sistemática da literatura adotam uma metodologia padronizada, com procedimentos de busca, seleção e análise bem delineados e claramente definidos, permitindo ao leitor apreciar a qualidade das pesquisas e a validade das conclusões feitas pelos autores;
- Estudos de metanálise acrescentam uma síntese quantitativa dos efeitos disponibilizados pelos artigos originais (MANCINI; SAMPAIO, 2006).

Para as autoras, tanto a revisão sistemática quanto a metanálise estão localizados em níveis superiores na hierarquia da evidência científica, comparados com revisões críticas, indicando que os mesmos tendem a apresentar maior rigor metodológico.

A revisão realizada no presente trabalho foi opinativa e parcial. Opinativa pelo fato de apresentar um recorte específico expresso por meio do objetivo de identificar quais são as tendências da produção acadêmica sobre os motivos ou fatores de

risco para o uso de drogas e para a prática infracional, ambos os eventos na adolescência.

É também uma revisão parcial, pois se ateve aos trabalhos realizados no Brasil e publicados em periódicos nacionais, restringindo-se aos artigos científicos, não considerando a produção de teses, dissertações, livros ou anais de eventos.

A princípio, a intenção era também de realizar um levantamento bibliográfico das dissertações e teses, mas pela grande quantidade de achados de artigos científicos, e por estes, em inúmeros casos, representarem resultados sucintos das referidas produções, optou-se então por somente analisar os artigos científicos publicados em periódicos nacionais.

No período entre novembro 2013 a janeiro de 2014 foram pesquisadas as bases *Scielo* (www.scielo.org), *BVS* (www.bireme.br), *Lilacs* (lilacs.bvsalud.org) e *Medline*, buscando-se identificar os artigos publicados entre os anos 2002 e 2012 a partir dos seguintes termos de busca: drogas, drogadição, prevenção e drogas, adolescência, juventude, fatores de risco.

Foram identificados 63 artigos, sendo 31 sobre uso de drogas e 32 sobre ato infracional, que foram submetidos às etapas de leitura sugeridas por Gil (1999). A primeira leitura, identificada como exploratória, buscou apreender a totalidade do texto e sua pertinência ou não com os objetivos propostos na pesquisa.

Nesta etapa foram excluídos dez artigos referentes ao uso de drogas e três sobre prática infracional, pois abordavam diretamente a relação entre drogas e ato infracional, ou o uso de uma única droga, ou questões referentes ao tratamento, embora apresentassem dados secundários sobre as motivações para o uso, um artigo foi excluído por associar o uso de drogas com comportamento sexual, e um por que teve como foco os temores de pais de adolescentes.

Portanto, foram selecionados para análise vinte e um artigos sobre uso de drogas na adolescência (BAUS; KUPEK; PIRES, 2002; SCHENKER; MINAYO, 2003; FERREIRA; 2003; TAVARES; BÉRIA; LIMA, 2004; SANCHEZ; OLIVEIRA; NAPPO, 2004; SOLDERA et al., 2004; SCHENKER; MINAYO, 2005; BAHLS; INGBERMANN, 2005; PRATTA; SANTOS, 2006; PRATTA; SANTOS, 2007A; PRATTA; SANTOS, 2007B; WAGNER; OLIVEIRA, 2007; SOUZA; SILVEIRA FILHO, 2007; VIEIRA et al., 2008; CAVALCANTE; ALVES; BARROSO, 2008; ROEHRS; LENARDT; MAFTUM, 2008; PAIVA; RONZANI, 2009; SAVIETTO; CARDOSO, 2009; SOARES; GONÇALVES; WERNER JUNIOR, 2010; OLIVEIRA; BITTENCOURT; CARMO,

2010; VASTERS; PILLON, 2011).

E vinte e nove artigos sobre a prática do ato infracional (FEIJÓ; ASSIS, 2004; DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004; DELL'AGLIO et al., 2005; SPAGNOL, 2005; CARVALHO; GOMIDE, 2005; JUNQUEIRA; JACOBY, 2006; SCHMITT et al., 2006; FERREIRA, 2008; LARANJEIRA, 2007; PRIULI; MORAES, 2007; ARANZEDO; SOUZA, 2007; GALLO; WILLIAMS, 2008; CASTRO; GUARESHI, 2008; VORCARO; MAZZINI; MONTEIRO, 2008; BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008; BOCCA, 2009; MULLER et al., 2009; ZAPPE; DIAS, 2010; ROSÁRIO, 2010; ZAPPE; RAMOS, 2010; HUCULAK; MCLENNAN; BORDIN, 2011; DIAS; ARPINI; SIMON, 2011; TEJADAS, 2011; SOUZA; SILVA-ABRÃO; ALMEIDA, 2011; MONTE et al., 2011; ANDRADE et al., 2011; MENDES et al., 2012; ZAPPE; DIAS, 2012; NARDI; DELL'AGLIO, 2012).

A partir da identificação e seleção do material foram realizadas as três etapas subsequentes de leitura, conforme propostas por Gil (1999). Uma leitura mais aprofundada buscou objetivamente os achados que interessavam ao trabalho. A fim de organizar os achados resultantes desta etapa de leitura foi construído um instrumental no formato de tabela com colunas específicas para identificar: o ano da publicação do trabalho, nome do periódico, a área de concentração do periódico, o título do artigo, a formação do primeiro autor, as palavras-chaves, o objetivo e a síntese das conclusões. O método utilizado nos trabalhos estudados não constituiu foco de análise, embora posteriormente tenha sido parcialmente incorporado como se verá na análise.

A seguir, foi realizada a leitura analítica objetivando ordenar e resumir as informações encontradas, identificando-se as ideias centrais dos textos a partir das quais foram sintetizadas as principais informações. Esta leitura resultou na construção de dez categorias utilizadas para facilitar o trabalho da última etapa de leitura, a interpretativa. A análise dos fatores devem ser exaustivos e mutuamente exclusivos; devem também ser classificados todos os comportamentos, ou variáveis que foram observadas e registradas, independente do número de eventos que sejam categorizados em cada classe; por último, deve haver coerência entre as categorias nos critérios escolhidos para a classificação e no grau de especificidade para as classes dos eventos (ZAMIGNANI, 2007).

Segundo Ianni (2011, p. 416), a construção dos fatores é um desfecho, é a síntese da proposta, isto é, como se explica cientificamente um acontecimento,

como se constrói a explicação. Na medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em “conceito”, numa lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado. Essa proposta implica em que o pesquisador se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sobre todas as perspectivas. Os dez fatores referentes ao uso de drogas foram: 1 – família, 2 – grupos de pares/meios de comunicação, 3 – curiosidade/prazer/falta de informação, 4 – sexo, 5 – escolaridade, 6 – sintomas/depressão/inabilidade social, 7 - classe social/território, 8 – religiosidade, 9 – trabalho e 10 – violência. Os dez fatores referentes à prática infracional foram: 1 – sexo, 2 – idade, 3 – classe social/território/comunidade, 4 – família, 5 – uso de drogas, 6 – escolaridade, 7 – internação, 8 – violência 9 – perspectivas de futuro e 10 – psicopatia, sintomas/depressão.

A última etapa de leitura proposta por Gil (1999), a interpretativa, procurou estabelecer relações entre o conteúdo dos textos pesquisados, e apoiou-se no modelo de análise que incorpora três níveis de conceitualização: o estrutural, o sociopsicológico e o individual.

Assis (1999) retomando Shoemaker (1996), propõe este modelo para a análise da problemática do adolescente autor de ato infracional, porém dada sua pertinência para análise de problemas sociais, adotamos o mesmo para analisar os fatores implicados no uso de drogas na adolescência.

O fator estrutural aborda as condições sociais dos adolescentes que utilizam drogas, enfatizando as influências das organizações sociais na constituição da subjetividade do adolescente. Neste nível se considera, por exemplo, a relação com a pobreza ou o impacto da desigualdade social e foram analisadas as categorias sexo e a classe social/território.

O fator sociodemográfico é composto pelas instituições - família, escola, grupo de amigos, entre outras - em relação aos adolescentes. Neste nível se coloca em foco o vínculo, ou seja, confiança, controle, afetos, etc. (presente e passado) do adolescente com as instituições (formais ou informais) que, em tese, deveriam ser de pertencimento. Neste nível foram agregadas as categorias: família, relação com grupos de pares e a influência dos meios de comunicação, escolaridade, religiosidade, trabalho e violência.

E o fator individual diz respeito aos aspectos biológicos e psicológicos, como hereditariedade, personalidade e a presença ou não de alguns atributos, tais como: impulsividade, inteligência, capacidade de suportar frustrações, etc. Foram incluídas neste nível as categorias: sintomas/depressão/inabilidade social, curiosidade/prazer/falta de informação.

Estes três eixos de análise não podem ser considerados isoladamente, pois atuam de modo inter-relacionado.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento bibliográfico realizado na pesquisa, sobre o uso de drogas na adolescência e a prática do ato infracional, como dito anteriormente no capítulo método, foi realizado em base de dados nacionais das áreas médicas, humanas e sociais, respeitando o período de 2002 a 2012, em que identificou 31 artigos científicos sobre o uso de drogas na adolescência e, 32 sobre a prática do ato infracional.

Dentre os achados, dez artigos sobre o uso de drogas na adolescência e três sobre a prática do ato infracional foram excluídos, pois abordavam diretamente a relação entre drogas e ato infracional, ou o uso de uma única droga, ou questões referentes ao tratamento, embora apresentassem dados secundários sobre as motivações para o uso, um artigo foi excluído por associar o uso de drogas com comportamento sexual, e um por que teve como foco os temores de pais de adolescentes.

Sendo assim, foram selecionados para análise vinte e um artigos sobre o uso de drogas na adolescência (ANEXO 01) e vinte e nove sobre a prática do ato infracional (ANEXO 02). Neste capítulo serão apresentadas as análises dos achados.

6.1. Adolescência e o uso de drogas

6.1.1. Artigos científicos: adolescência e o uso de drogas

Os vinte e um artigos foram relacionados por ano de publicação dos mais antigos para os mais recentes (ANEXO 1). Foram realizadas as leituras já referidas no capítulo método – exploratória, aprofundada, analítica e interpretativa – a partir das palavras-chave, resumo e considerações finais que ofereceram elementos para o preenchimento da tabela sobre: ano da publicação, nome do periódico, área de concentração do periódico, título, formação do primeiro autor, palavras-chave/descriptores, objetivo do trabalho, fatores aos quais se reporta o uso de drogas na adolescência.

Com relação a este último item foram selecionadas as situações que os autores consideraram como riscos, determinantes e/ou motivadores para o uso de drogas na adolescência. As expressões utilizadas pelos autores para fazer referência aos motivos pelos quais os adolescentes interpretavam o uso de drogas, variaram de acordo com o método utilizado pelo autor – quantitativo ou qualitativo – ou ainda, com a teoria utilizada para interpretar os achados.

Nas áreas de concentração dos periódicos predominaram saúde e psicologia, sendo: oito em psicologia (38%), sete em saúde pública ou coletiva (33,3%), quatro em enfermagem (19%), um em saúde mental (4,7%) e um em psiquiatria (4,7%).

A formação do primeiro autor concentrou-se nas áreas de psicologia e enfermagem, sendo doze (57,1%) e cinco (23,8%), respectivamente. Para os demais autores também predominou a formação na área da saúde: um em terapia ocupacional, um em medicina e um em farmácia-bioquímica (4,7% cada). Apenas uma autora tinha formação em serviço social. Duas autoras possuíam uma segunda formação na área da educação (pedagogia), porém como partilham tal formação com uma primeira graduação (psicologia ou serviço social), considerou-se a primeira formação para a análise.

Embora produzidos predominantemente por profissionais e periódicos das áreas médicas e psicológicas, dez pesquisas (47,6%) tiveram como sujeitos adolescentes estudantes e foram desenvolvidas dentro do ambiente escolar. Apenas uma pesquisa (SOUZA; SILVEIRA FILHO, 2007) realizada em escola tinha o primeiro autor com dupla formação, sendo a segunda delas na área da educação. Um trabalho (BAHLS; INGBERMANN, 2005) entrevistou adolescentes internados para tratamento, porém também focou na questão educacional, investigando a história escolar.

O método mais utilizado (42,8%) foi o quantitativo, tendo como campo o ambiente escolar e, como sujeitos, adolescentes estudantes. O segundo método mais utilizado, 33% dos trabalhos (sete), foi a revisão bibliográfica.

Apenas três artigos (14,2%) (SANCHEZ; OLIVEIRA; NAPPO, 2004; BAHLS; INGBERMANN, 2005; VASTERS; PILLON, 2011) relataram pesquisa qualitativa com adolescentes e jovens que não se encontravam inseridos na educação formal, e dois estudos (SAVIETTO; CARDOSO, 2009; SOARES; GONÇALVES; WERNER JUNIOR, 2010) eram de cunho exclusivamente teórico.

A análise do método é importante, pois evidencia a perspectiva por meio da

qual o problema foi estudado. Os estudos qualitativos, por privilegiar a subjetividade, compreendem o objeto de estudo como multifacetado e passível de diferentes interpretações. Já, os estudos quantitativos tendem para um paradigma positivista da ciência. As duas abordagens podem ser complementares, enriquecendo o processo de pesquisa. No entanto, a predominância de uma das abordagens (no caso em questão, da quantitativa), pode indicar que o tema está sendo estudado desde uma perspectiva unívoca.

Se por um lado, tal fato pode favorecer a comparação entre os resultados das diferentes pesquisas, por outro lado tende a excluir os elementos subjetivos inerentes ao uso de drogas. Tal fato pode indicar um empobrecimento das discussões, já que a questão das drogas é reconhecidamente interdisciplinar, demandando diferentes abordagens e contribuições de variados atores e campos do saber.

A possibilidade de que o estudo sobre o uso de drogas na adolescência esteja se tornando domínio das áreas médicas e psicológicas, deve ser objeto de reflexão e discussão, pois, ainda que tais lógicas se proponham e incluam as questões sociais e culturais, a ausência das demais áreas do conhecimento em um debate tão complexo pode implicar em um estreitamento das interpretações, bem como, na dificuldade da construção de uma linguagem interdisciplinar.

A seguir serão elencadas os dez fatores que agrupam os diferentes riscos/motivadores/determinantes para o uso de drogas na adolescência, sendo indicado entre parênteses o número de vezes que a referida categoria foi citada na tabela:

Família: o uso de drogas foi reportado como mais frequentes entre pais separados, na existência de conflitos familiares, episódios de agressões e violência na trajetória de vida dos adolescentes, laços familiares frágeis, envolvimento de algum familiar com drogas (inclusive anabolizantes, calmantes e anorexígenos), condescendência familiar, principalmente para o uso de álcool compreendido por alguns familiares como parte do “rito de passagem” para a vida adulta.

Os trabalhos publicados entre 2002 e 2005 tendem a enfatizar a estrutura familiar, enquanto os trabalhos mais recentes tendem a enfatizar a qualidade dos vínculos e a confiança independentemente da estruturação da família, salientando que a coesão e a presença familiar não são suficientes se não houver modelos (aculturação). Estes trabalhos tendem a enfatizar os estilos parentais. Adolescentes

que reportaram uso frequente e também viviam com ambos os pais, porém com relações de confiança limitadas, uso de psicoativos no núcleo familiar – geralmente o pai – histórico de violência física, sexual ou psicológica, falta de projeto de vida.

Grupos: pressão dos grupos de iguais. O grupo de pares pode ser também fator protetivo caso esteja voltado para atividades sociais, culturais, etc.

Curiosidade/prazer/falta de informação: falta de informação, adolescentes não relacionam ao prazer, fácil acesso à droga, mídia, apelo dos meios de comunicação, inclui a necessidade de viver aventuras e boas sensações, facilidade e baixo preço, não percebem a droga como algo perigoso, pois o perigo estaria na perda do controle, riscos, novas sensações, motivação pela curiosidade, diversão e ocupação do tempo livre.

Sexo: o sexo masculino foi considerado aquele que mais tem maior possibilidade de fazer uso de drogas, no entanto observa-se maior propensão ao uso de anfetamínicos, tranquilizantes e anorexígenos entre as adolescentes.

Escolaridade: defasagem idade/série, baixa escolaridade, estudantes de escola pública do período noturno que já são trabalhadores.

Depressão/inabilidade social: sentimento de solidão, tristeza, ansiedade, dificuldades para dormir, ideação suicida, transtornos alimentares, enfrentamento de situação desagradável. A dificuldade de dizer não aos seus pares, considerada como inabilidade social, também foi considerada.

Classe social: quanto à classe social existem contradições, quanto às possíveis diferenças, no entanto sugere haver diferenças quanto às drogas utilizadas: os adolescentes de classe alta consumiriam mais álcool. Estudantes pobres do sexo masculino tenderiam a ter maior acesso às drogas ilegais.

Religiosidade: não ter religião foi considerado um fator de exposição para o uso de drogas.

Trabalho: Adolescentes pobres que já trabalham teriam maiores condições financeiras para adquirir drogas.

Violência: ter histórico de violência familiar ou social, inclusive ter sido assaltado ou roubado no ano anterior, foi considerado fator que aumenta a possibilidade de uso de drogas.

A tabela abaixo sintetiza a frequência com que as categorias foram citadas, possibilitando algumas considerações preliminares:

Família	12
Grupos	9
Curiosidade/prazer/falta de informação	5
Escolaridade	5
Sexo	3
Depressão	3
Classe social	2
Religião	2
Trabalho	1
Violência	1

Tabela 1: Frequência dos determinantes para uso de drogas por adolescentes brasileiros

É visível a ênfase sobre a família e os grupos sociais que juntos foram citados 21 vezes como os principais responsáveis pelo uso de drogas por adolescentes.

Por outro lado, evidencia-se o silêncio absoluto sobre a existência ou ausência de políticas públicas voltadas para a questão. Embora a maioria dos trabalhos tenham sido publicados em periódicos da área da saúde, nada se falou acerca da importância dos serviços e políticas de saúde – acessibilidade, projetos de prevenção, etc.

A fim de dar densidade e complexidade à análise evitando reducionismos, as categorias, além de contabilizadas, foram analisadas tendo-se como referência a proposta de Assis (1999) que, retomando Shoemaker (1996), incorpora três níveis de conceitualização: o estrutural, o sociopsicológico e o individual.

No nível estrutural foram analisados o sexo e a classe social. No que tange ao nível sociopsicológico, a família, a relação com grupos, a escolaridade, a religiosidade, o trabalho e a violência. No nível individual foram incluídos os relatos de curiosidade/prazer/falta de informação e sintomas/depressão/inabilidade social.

6.1.1.1. Fatores estruturais - sexo e classe social

A chance de garotas usarem remédios para emagrecer ou ficarem acordadas foi o dobro da chance de garotos e, quanto ao uso de tranquilizantes, quase o triplo. Os garotos tinham um risco quase duas vezes maior de uso de solvente do que as

garotas (BAUS; KUPEK; PIRES, 2002).

A classe socioeconômica alta foi associada a um risco duas vezes maior do uso de álcool do que a classe baixa (BAUS et al., 2002).

Aduzem Baus et al. (2002, p. 44) que, determinantes socioeconômicos e culturais podem estar relacionados à profusão de “festas da cerveja”, que por sua vez, estaria relacionada à tendência maior de experimentar/usar mais a cerveja do que outros tipos de bebidas alcoólicas. Para o autor, o preço associado à cerveja, pode ser um fator que favoreça o consumo daqueles pertencentes às classes mais abastadas. E que, outros estudos brasileiros, também mostraram maior prevalência de abuso de drogas, entre classes socioeconômicas mais altas entre estudantes de ensino de primeiro e segundo grau.

O uso da cocaína/crack na vida mostrou uma associação muito forte ao uso de alucinógenos e solventes, assim como o risco quase quádruplo das classes socioeconômicas mais baixas comparadas aos das mais altas (BAUS et al., 2002, p. 45).

Souza e Filho (2007), num estudo transversal de base populacional, para determinar a prevalência do uso recente de substâncias psicoativas em uma amostra probabilística de 798 adolescentes trabalhadores e de 1.493 não trabalhadores, matriculados na rede estadual de educação básica da área urbana de Cuiabá – Brasil, constatou que com relação às condições socioeconômicas da família dos participantes deste estudo, apenas os adolescentes trabalhadores de famílias de níveis menos favorecidos (C+D+E) mostraram-se associados ao uso recente de tabaco.

Segundo os autores, esses dados contrapuseram aos dados de estudos, que evidenciaram associação significativa entre melhor nível socioeconômico e uso de substâncias psicoativas (GALDURÓZ et al., 1997, p. 130, 2005, p. 381), e aos observados por Malcon et al. (2003) para o tabagismo em Pelotas, que não verificaram diferenças significativas entre uso e condições econômicas do adolescente.

Afirmam ainda Souza e Filho (2007, p. 285) que, os adolescentes já usuários de substâncias psicoativas, com renda disponível aumentada por mais horas de trabalho, podem encontrar no trabalho uma motivação para apoiar este uso de drogas.

6.1.1.2. Fatores sociodemográficos – família, grupos, escolaridade, religiosidade, trabalho e violência

O trabalho de Shenker e Minayo (2003) foca mais no tratamento do que nos determinantes para o uso de drogas, no entanto pelo fato de apresentar importante revisão bibliográfica sobre a relação entre família e uso de drogas na adolescência não foi excluído da análise. As autoras indicam uma compreensão ampliada de família, não restringindo à consanguinidade “Por *família* se entende uma instituição privada, passível, neste mundo pós-moderno, de vários tipos de arranjo, mas basicamente tendo a função de socialização primária das crianças e dos adolescentes” (p. 300).

As autoras reconhecem a família como o principal *lócus* tanto para propiciar o uso de drogas ou proteger do uso abusivo. Utilizando a teoria sistêmica, compreendem que, muitas vezes o uso de drogas cumpre uma função na homeostase familiar, não obstante apontam para compreensões advindas de diferentes campos teóricos que vão desde modelos comportamentais (behavioristas), passando pela terapia funcional, terapia estrutural, para espriar na compreensão de que a família faz parte da rede de influências juntamente com a cultura de amigos, a escola e o sistema de justiça.

O artigo em questão foi o único que, ao realizar o estudo bibliográfico, identificou um artigo americano (DAKOF; TEJEDA; LIDDLE, 2001) que relacionava o *status* do adolescente no sistema de justiça com o seu envolvimento no tratamento.

Shenker e Minayo (2005) afirmam:

A família, pelo papel de inserir os seus membros na cultura e ser instituidora das relações primárias, influencia a forma como o adolescente reage à ampla oferta de droga na sociedade atual. Relações familiares saudáveis desde o nascimento da criança servem como fator de proteção para toda a vida e, de forma muito particular, para o adolescente. No entanto, problemas enfrentados na adolescência, plantados na infância, têm um contexto de realização muito mais amplo (SHENKER e MINAYO, 2005, p. 708).

Sanchez et al. (2004, p. 44) dizem que de acordo com o levantamento realizado por Hanson (2002), os principais fatores protetores ao uso de drogas incluem a família, por causa do estabelecimento dos laços afetivos entre seus membros. Neste sentido, o termo família foi definido pelo autor como a união de pessoas, seja por laços de parentesco, pelo sangue ou por aliança, que vivassem na

mesma casa.

Soldera et al. (2004, p. 282), afirmam que a questão da estrutura familiar é tradicionalmente enfatizada quando se estuda o uso de drogas em adolescentes, além do mais, identificando a importância do ambiente e estrutura familiares como possível fator protetivo para o uso de drogas. Vários autores identificaram um uso de drogas em níveis de risco para jovens pertencentes a famílias com pais separados ou famílias com relacionamentos muito deteriorados (MILLER, 1996).

Segundo Baus et al. (2002, p. 45), o uso de cigarro e da maconha na adolescência, foi associado à condição de separação dos pais e à moradia com outras pessoas – que não os pais biológicos. Para os autores, a adversidade familiar precede o aparecimento do abuso de substâncias, e o desajuste familiar na primeira infância aumenta a possibilidade de subsequente abuso de drogas.

A disfunção familiar é um dos vários fatores causais na produção de abuso de drogas e distúrbios comportamentais e sociais relacionados entre adolescentes e jovens adultos (PEARSON, 2000, p. 305-8).

Steinberg (1991) diz que, “jovens que vivem em famílias que passam por momentos de transição nas relações interpessoais, experimentam dificuldades psicológicas temporárias, que podem estar associadas ao uso aumentado de drogas”. “A separação do filho em relação aos pais ou a ausência de um dos pais têm sido considerada, por vários autores, fatores de risco associado ao uso de drogas por parte dos jovens” (QUINTON et al., 1993, p. 760).

Outro aspecto importante a ser considerado é o risco que constitui a atitude positiva da família com relação ao uso de drogas, reforçando a iniciação dos jovens (KANDEL et al., 1978).

No entanto, algumas pesquisas têm mostrado que o afeto e o interesse mostrado pelos pais, o tempo que passam com seus filhos e a firmeza de medidas disciplinares tomadas pelos dois pais mantêm a relação com a abstenção ao uso de drogas (BROOK et al. 1998, p. 759; CLIMENT et al., 1990, p. 522).

O que essas pesquisas parecem apontar é que as condições de um ambiente familiar, tanto pré-separação como pós-separação, podem conter características bastante propícias à produção de estados emocionais altamente estressantes na criança e no adolescente que podem, por sua vez, ser favoráveis ao uso drogas (Baus et al., 2002, p. 45).

São os dizeres de Shenker e Minayo (2005):

O âmbito familiar tem um efeito potencialmente forte e durável para o ajustamento infantil. O vínculo e a interação familiar saudável servem de base para o desenvolvimento pleno das potencialidades das crianças e dos adolescentes. Inúmeros estudos mostram que os padrões de relação dos pais e dos irmãos são modelos importantes para os adolescentes, inclusive no caso de uso de drogas (Kandel et al., 1978; Brook et al., 1990; Hawkins et al., 1992; Patton, 1995; Schor, 1996; Kodjo & Klein, 2002). Tec (1974) descobriu que uma interação familiar gratificante é um forte fator protetor, mesmo no caso dos pais adictos, quando esses são capazes de prover um contexto amoroso, afetuoso e de cuidado. No âmbito da família, estudos evidenciam como fatores que protegem o adolescente do uso de drogas: (a) a relevância dos vínculos familiares fortes (Kandel et al., 1978; Swadi, 1999; Werner et al., 1999; Hoffmann & Cerbone, 2002; Schenker & Minayo, 2003); (b) o apoio da família ao processo de aquisição da autonomia pelo adolescente (Tuttle et al., 2002); (c) o monitoramento parental aos diversos processos de crescimento e desenvolvimento (Steinberg et al., 1994; Chilcoat & Anthony, 1996; Swadi, 1999; Patton, 1995; Werner et al., 1999; Brook et al., 1990); (d) o estabelecimento de normas claras para os comportamentos sociais, incluindo-se o uso de drogas (Oetting & Donnermeyer, 1998) (SHENKER; MINAYO, 2005, p. 713).

Ferreira (2003, p. 51-52), na sua pesquisa com grupos focais de 250 adolescentes de baixa renda, objetivando investigar a questão do uso de drogas sob a perspectiva da redução de danos diz que, a presença de conflitos familiares surgiu como um dos elementos que motivaria a experimentação e o uso, bem como, os conflitos familiares são os motivadores para a manutenção do uso abusivo de drogas, sendo uma forma equivocada de resolução dos problemas da vida do adolescente.

Afirma Carvalho et al. (1995, p. 65), que numa amostra nacional de estudantes, identificaram a violência doméstica e a qualidade do relacionamento familiar como importantes fatores relacionados ao uso de drogas, enquanto Baus et al. (2002, p. 36) encontraram associação do uso de drogas com separação dos pais e não residir com os pais.

Segundo Tavares et al. (2004, p. 795), mau relacionamento com os pais poderia predispor ao maior uso de drogas. Porém, o próprio uso de drogas pode acarretar alterações de comportamento que levem as dificuldades de relacionamento do adolescente com a família.

Vários autores identificaram um uso de drogas em níveis de risco para jovens pertencentes a famílias com pais separados ou famílias com relacionamentos muito deteriorados (MILLER; PLANT, 1996).

Tavares et al. (2004) afirmam:

O fato de haver um usuário em casa já pode ser um indicador de disfunção

familiar que predisponha ao uso de drogas. Além disso, a maior proporção de dependentes em determinadas famílias sugere que fatores genéticos podem modular a vulnerabilidade ao desenvolvimento das dependências. Por outro lado, para conquistar sua própria identidade, o adolescente muitas vezes adota os modelos de comportamento adulto de que dispõe, cabendo aos familiares e educadores em geral apresentar modelos de comportamento mais adequado ao adolescente (TAVARES et al. 2004, p. 795).

Assim, frente à sociedade em desestruturação, a desagregação das famílias e um mundo violento que tende a negar valores morais, e até mesmo éticos, a toxicomania surge para o adolescente como uma direção para o que pensam ser a felicidade (PRATTA; SANTOS, 2006, p. 318). Portanto, a compreensão do fenômeno toxicomaniaco exige uma análise, a partir de três elementos: a substância, o indivíduo e o contexto sociocultural (SILVEIRA FILHO, 1995).

Sanchez et al. (2004, p. 48) dizem que a família é um fator protetor, deixando claro que o esteio familiar é necessário não apenas na imposição de regras, mas também no amparo de toda e qualquer dificuldade. Para crianças menores, o contexto principal é a família, que continua igualmente importante na adolescência (SCHOR, 1996).

Afirmam Soldera et al. (2004, p. 282), que a questão da estrutura familiar é tradicionalmente enfatizada quando se estuda o uso de drogas em adolescentes. Identificando a importância do ambiente e estrutura familiar como possível fator protetivo para o uso de drogas, em que o adolescente se sente apoiado e compreendido pela família.

Shenker e Minayo (2005) afirmam:

Sendo assim, conclui-se que crianças e adolescentes que vivem em ambientes familiares ou em comunidades onde há uso abusivo de drogas e conseguem não deixar se influenciar por esse contexto apresentam características individuais protetoras conjugadas ao convívio com outros adultos cuidadores escolhidos por eles, fora do ambiente familiar (SHENKER; MINAYO, 2005, p. 713).

Persistem as associações entre diversas características familiares e uso de drogas. A família desempenha importante papel como agente socializador na vida do indivíduo e, por essa razão tem sido alvo de interesse nos estudos que investigam fatores associados ao uso de drogas entre adolescentes (TAVARES et al. 2004, p. 794). Por essa razão, a prevenção do uso de drogas pelos adolescentes deve incluir ações dirigidas também à família, especialmente naquelas onde existem situações

de risco já identificadas (p. 796).

Segundo Paiva e Ronzani (2009, p. 177), o uso de substâncias psicoativas, por diferentes aspectos, é apontado por instituições e grupos sociais como um grave problema de saúde pública.

Shenker e Minayo (2005:710) dizem que, o mito que supervaloriza a influência dos pares durante a adolescência provavelmente decorre, em algum nível, de uma desresponsabilização, sobretudo por parte dos pais e dos educadores, de problemas frequentes nas relações intrafamiliares ou institucionais.

Raramente os estudos sobre drogas dão realce às amizades entre os jovens como protetoras, uma vez que, em geral, todas as intervenções focalizam a superação das influências negativas das amizades e não o estabelecimento ou manutenção de influências positivas dos amigos (TUTTLE et al., 2002).

Sabe-se que, grupos de amigos com objetivos e expectativas de realização na vida e movimentos que levam ao protagonismo juvenil e à solidariedade, têm papel fundamental numa etapa existencial em que as influências dos pares são cruciais (SHENKER; MINAYO, 2005, p. 713).

No entanto, a relação interpares precisa ser qualificada. Ela se configura como fator de risco quando os amigos considerados modelo de comportamento (JESSOR et al., 1995; HOFFMANN; CERBONE, 2002; SWADI, 1999) demonstram tolerância, aprovação (KODJO; KLEIN, 2002) ou consomem drogas (BEMAN, 1995).

Observam os estudiosos que há uma sintonia, no caso dos pares: os adolescentes que querem começar ou aumentar o uso de drogas, procuram colegas com valores e hábitos semelhantes (TUTTLE et al., 2002).

Mesmo no caso de amigos e colegas, a questão não pode ser vista de forma simplista, pois o desenvolvimento de afiliações a pares tolerantes e que aprovam as drogas, representa o final de um processo onde fatores individuais, familiares e sociais adversos, se combinam de forma a aumentar a probabilidade do uso abusivo (FERGUSSON; HOWOOD, 1999).

Contudo, é importante pontuar que os hábitos e costumes de cada sociedade é que direcionavam o uso de drogas em cerimônias coletivas, rituais e festas, sendo que, geralmente, este consumo estava restrito a pequenos grupos (CARMO, 2000).

Entretanto, muitas vezes os adolescentes, em função da própria necessidade do inusitado e de viver novas sensações, podem se envolver em atividades destrutivas - como é o caso do consumo de drogas (FERRIANI; CANO; SPAGNOL;

SILVA, S. 1994), ou mesmo como uma forma de transgressão às normas impostas, para justificar sua contestação, para não pertencer ao chamado “grupo de caretas” (ALVES; KOSSOBUDZKY, 2002).

Gómez (2001) *apud* Wagner e Oliveira (2007, p. 103), refere-se que os fatores de risco e proteção para o consumo de drogas em adolescentes, incluem fatores psicológicos e influências do grupo de pares. Levando em consideração tais aspectos, é necessário que os jovens aprendam a manejar suas características de caráter psicológico que os exponham a uma situação de risco, potencializando aquelas que possam protegê-los frente ao início do consumo de substâncias psicoativas.

Além da dificuldade do adolescente em dizer não ao grupo de iguais, o uso de drogas pode produzir um reforçador social, além de reduzir sintomas de ansiedade decorrentes de contingências aversivas, os quais poderiam ser reduzidos e/ou suprimidos se outras habilidades sociais fossem promovidas nos diferentes contextos nos quais o jovem está inserido, tais como família, escola, amigos e relacionamentos amorosos (WAGNER; OLIVEIRA, 2007, p. 104).

Segundo Wagner e Oliveira (2007, p. 111), para ser aceito pelo grupo de iguais, o adolescente pode sentir-se pressionado a ter o mesmo comportamento de uso de substâncias psicoativas, o que também pode expô-lo a muitos comportamentos de risco.

Inúmeros estudos vão ao encontro do que já se observa na prática clínica, em que muitas vezes os adolescentes abusadores e dependentes de drogas podem apresentar *déficits* em habilidades sociais, não conseguindo recusar a oferta de drogas para serem aceitos no grupo de iguais (WAGNER; OLIVEIRA (2007, p. 111).

Soldera et al. (2004, p. 280) afirmam que, a probabilidade do uso pesado de drogas é maior nos estudantes da escola pública da região central dos municípios (sendo quatro vezes maior que na escola periférica), estudantes estes que trabalham e frequentam as aulas no período noturno.

O risco de uso de cigarro e maconha na vida foi 84% e 67% maior, respectivamente, para alunos cujos pais estavam separados (BAUS; KUPEK; PIRES, 2002).

A maior parte dos pesquisadores considera que o uso de drogas por estudantes não é causado por um único fator, mas por uma combinação de vários deles, tais como os genéticos, psicológicos, familiares, socioeconômicos e culturais.

Assim, entende-se que o uso e a dependência de drogas são fenômenos bastantes complexos que não podem ser reduzidos a uma faceta da dimensão biológica, psicológica ou social (SOLDERA et al., 2004, p. 281).

A escola é o espaço privilegiado dos encontros e interações entre jovens. No entanto, mesmo no âmbito educacional, existem fatores específicos que predispoem os adolescentes ao uso de drogas, como por exemplo, a falta de motivação para os estudos, o absenteísmo e o mau desempenho escolar (KANDEL et al., 1978); a insuficiência no aproveitamento e a falta de compromisso com o sentido da educação; a intensa vontade de ser independente, combinada com o pouco interesse de investir na realização pessoal (FRIEDMAN, 1989); a busca de novidade a qualquer preço e a baixa oposição a situações perigosas; a rebeldia constante associada à dependência E recompensas (SWADI, 1999).

Kandel et al. (1978) afirmam que, a escola é um poderoso agente de socialização da criança e do adolescente, ressaltando-se uma certa mística e identidade do tipo de educandário com o comportamento daqueles que o frequentam.

Por juntar em seu interior a comunidade de pares e por ter fortes instrumentos de promoção da autoestima e do autodesenvolvimento em suas mãos, o ambiente escolar pode ser um fator fundamental na potencialização de resiliência dos adolescentes (SHENKER; MINAYO, 2005, p. 713).

Shenker e Minayo (2005), afirmam:

Muito se tem falado também no papel da escola seja como agente transformador, seja como lócus propiciador do ambiente que exacerba as condições para o uso de drogas. Ninguém desconhece que essa instituição é hoje alvo do assédio de traficantes e repassadores de substâncias proibidas, prevendo-se o aliciamento por pares. Pois a escola é o espaço privilegiado dos encontros e interações entre jovens (SHENKER; MINAYO, 2005, p. 710).

Vasters e Pillon (2011) realizaram um estudo objetivando conhecer o uso de drogas entre adolescentes, da primeira experimentação às percepções sobre adesão ao tratamento, com base em pesquisa qualitativa, buscando compreender o ponto de vista dos sujeitos. Quatorze adolescentes foram entrevistados: sendo a maioria do sexo masculino, idade entre 14 e 19 anos e de baixa escolaridade.

Segundo as autoras, referente à escolaridade, apenas quatro adolescentes estavam na série correspondente à sua idade; os demais se encontravam em ano

escolar consideravelmente abaixo, dado esse que corrobora a literatura no que se refere à relação existente entre baixo rendimento escolar e uso de drogas (JINEZ et al. 2009 *apud* VASTERS; PILLON, 2011, p.4). Do total de participantes, sete frequentavam escola regularmente, dois adolescentes concluíram o ensino médio e cinco interromperam os estudos (VASTERS; PILLON, 2011, p. 4).

A relação entre baixo rendimento ou evasão escolar e uso de drogas é discussão recorrente na literatura, e perceptível também entre os participantes do estudo (VASTERS; PILLON, 2011, p. 4). Nesse caso, a exclusão da educação formal pode eliminar a escola enquanto uma via de acesso a políticas de prevenção às drogas (HORTA, 2007, p. 23), embora um estudo tenha revelado que adolescentes não perceberam a escola enquanto fator de proteção (JESUS; FERRIANI, 2008).

Segundo Sanchez et al. (2004), o tratamento de dependentes de substâncias psicotrópicas, é cada vez maior no número de trabalhos que apontam a religiosidade como um fator de prevenção ao consumo inicial de drogas por adolescentes.

Sullivan (1993) define a espiritualidade como: “uma característica única e individual que pode ou incluir a crença em um “deus”, sendo responsável pela ligação do “eu” com o universo e com os outros”. Para Miller (1998), a religiosidade consistiria na crença e prática dos fundamentos propostos por uma religião. A ausência de religião esta associada a maior uso de drogas por estudantes, em diversos contextos socioculturais, bem como, a probabilidade do adolescente fazer uso de drogas pesadas, esta associada ao fato de que a educação religiosa na infância foi pouco intensa (SOLDERA et al. 2004, p. 278-280).

Os autores Miller (1998); Blum e col. (2003), Will et al. (2003) *apud* Sanchez et al. (2004), propuseram uma associação inversa entre a religiosidade do adolescente e o uso inicial de substâncias psicotrópicas, ou seja, quanto mais religioso for o adolescente, menor seria o seu interesse pelo consumo.

Tavares et al. (2004, p. 795-6) afirmam que, o maior envolvimento religioso poderia contribuir para reforçar sentimentos de esperança e segurança para o futuro, tornando-os menos inclinados a se envolver em abuso de substâncias. Além disso, é necessário considerar que a prática religiosa pode ser um marcador dos comportamentos assumidos por jovens com um perfil mais conservador, que seriam menos inclinados a se envolver em comportamentos de riscos, como o uso de droga.

A avaliação da religiosidade é geralmente realizada por parâmetros que envolvem o comparecimento a uma “igreja”, prática religiosa e crença em Deus ou nos preceitos da religião professada (SANCHEZ et al. 2004, p. 44).

Afirmam Sanchez et al. (2004, p. 44), que a religiosidade é um dos fatores protetores contra o uso de drogas, segundo a ótica de jovens pertencentes a uma população de risco.

Estudantes com uma educação religiosa na infância mais intensa, têm menor propensão ao uso pesado de drogas (SOLDERA et al., 2004, p. 282). De uma maneira geral, a literatura mostra que jovens ligados de alguma forma à religião, fazem menos uso de drogas (MILLER; PLANT, 1996; MUZA et al., 1997).

São os dizeres de alguns adolescentes entrevistados e não identificados na pesquisa realizada por Sanchez et al., sobre os fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. O artigo científico foi publicado na Revista Ciência & Saúde Coletiva (2004), em que os adolescentes entrevistados, destacaram o importante papel da religião como sua fonte geradora.

Identifica Bucher (1988, p. 55-67) quanto às prevenções primárias, secundárias e terciárias acerca da religiosidade, em que os não-usuários atribuem-lhe o importante papel como fator preventivo primário, ou seja, a religiosidade impede-os de iniciar o consumo de drogas. Ao contrário das prevenções secundárias e terciárias, em que atribuem à religiosidade uma forma de ajuda ou abandono no consumo ou até na redução drástica do uso de drogas, expondo-os a um menor prejuízo.

Em ambos os grupos, apesar de cumprir funções diferentes, a religiosidade surge como um poderoso fator protetor, mostrando sua importância quando se trata do consumo de drogas (SANCHEZ et al., 2004, p. 50).

Por intermédio dos fundamentos pregados, a religiosidade auxiliaria na construção da personalidade do indivíduo, incutindo-lhe valores morais que têm por fim o respeito e a preservação da vida (MILLER, 2000).

De uma maneira geral, a literatura mostra que jovens ligados de alguma forma à religião fazem menos uso de drogas (MILLER; PLANT, 1996; MUZA et al. 1997). Ao seguir uma religião, adere-se a um conjunto de valores e de comportamentos, entre os quais se inclui a proibição do uso (SOLDERA et al. 2004, p. 282).

Tavares, Béria e Lima (2004, p. 787), apontam entre os determinantes já

citados: familiares, violência doméstica e outros, o fato de ter sido assaltado ou roubado no ano anterior, como um dos fatores que propiciariam o uso de drogas.

6.1.1.3. *Fatores individuais – curiosidade/prazer/falta de informação e sintomas/depressão/inabilidade social*

Ferreira (2003, p. 51-52) escutou 250 adolescentes em grupos focais que ressaltaram a curiosidade gerada pela falta de informação sobre os efeitos das drogas, juntamente com a pressão do grupo de iguais e a facilidade de acesso entre os principais elementos.

Outra tendência muito comum quando se fala de drogas, é a absolutização do papel da mídia como fator de risco. É certo que, sobretudo no caso das drogas lícitas os meios de comunicação, geralmente mostram imagens muito favoráveis (SHENKER & MINAYO, 2005, p. 710).

Shenker e Minayo (2005, p. 710) afirmam que, o uso do álcool e do tabaco costuma vir associado, por meio da publicidade, a imagens de artistas, ao *glamour* da sociabilidade e à sexualidade.

Frequentemente os anúncios glorificam as substâncias, retratando-as como mediadoras de fama e do sucesso (PATTON, 1995; KODJO; KLEIN, 2002; MINAYO et al., 1999; NJAINE, 2004).

Mas não se pode, teoricamente, demonizar a mídia: de um lado ela reflete e retrata a cultura vigente. E, de outro, seria um erro menosprezar a capacidade crítica dos adolescentes e a sinergia de vários outros elementos com os meios de comunicação (SHENKER; MINAYO, 2005, p, 711).

A campanha “diga não às drogas”, por não oferecer alternativas à promoção de comportamentos saudáveis, revela-se moralmente cínica (SHEDLER; BLOCK, 1990; JESSOR, 1991) e teoricamente contraditória, na medida em que omite as normas sociais que favorecem o uso de drogas (BEMAN, 1995).

Por outro lado, a droga é buscada, muitas vezes, como uma fonte de prazer e de satisfação momentânea ou como uma forma de esquecer as dificuldades da vida (CURSINO, 1999; SILVEIRA FILHO, 1995). Entretanto, com o tempo, muitas pessoas continuam a consumi-la com a finalidade de evitar os efeitos desagradáveis provocados pela ausência do uso da droga (DRUMMOND; DRUMMOND FILHO,

1998).

“A utilização de álcool e tabaco, é encarada naturalmente por muitas pessoas em nossa sociedade, passando a fazer parte de seus hábitos diários, conduta que legitima a toxicomania e a dependência das drogas” (PRATTA & SANTOS, 2006, p. 318).

Assim, muitas vezes, o consumo desse tipo de droga começa na própria família, na qual há o consumo constante de álcool e tabaco (DIEGUEZ, 2000; DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998).

Soldera et al. (2004), referem que o uso pesado de drogas lícitas e ilícitas é, de modo geral, a forma de uso que antecede a dependência química e todas suas consequências médicas, psicológicas e sociofamiliares.

“Além disso, os pais foram ensinados que, a qualquer sinal de dor física ou psíquica, os mesmos devem recorrer a algum tipo de substância química para aliviá-lo. Muitos praticam a automedicação tranquilamente” (PRATTA & SANTOS, 2006, p. 318).

Segundo DRUMMOND e DRUMMOND FILHO (1998):

(...) apesar do aparente cuidado e dedicação, pode-se pensar nas mensagens que estão sendo passadas para a criança [ou para o adolescente]: em primeiro lugar, que ela não é capaz de suportar desconforto e, depois, que para toda dor ou dificuldade sempre tem algum remédio. (...) Esse tipo de procedimento levará a criança [ou o adolescente] a acostumar-se com a sequência “desconforto-química-alívio”, que ficará gravada em sua memória [e quando ela se deparar com situações deste tipo, futuramente] (...) ela buscará algo que a conforte (DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998, p. 16).

Tal fato pode indicar porque os adolescentes, quando vivenciam tensões, passam a buscar algo que alivie seu sofrimento. Esse algo, muitas vezes, pode ser as drogas. Assim, muitas famílias, mesmo sem ter a intenção, assumem um modelo de comportamento permissivo no que diz respeito às drogas, as quais passam a ser empregadas, nos mais variados momentos, como a fonte certa para a solução imediata de angústias e de problemas (PRATTA; SANTOS, 2006, p. 318).

A literatura aponta que o primeiro contato com a droga geralmente ocorre na adolescência, uma vez que esta fase é marcada por muitas e profundas mudanças, tanto físicas quanto psíquicas, as quais tornam o adolescente mais vulnerável (ANTÓN, 2000; DE MICHELI; FORMIGONI, 2000; KALINA et al., 1999; MUÑOZ RIVAS; RODRIGUEZ; GÓMEZ, 1999; NICASTRI; RAMOS, 2001; REBOLLEDO;

MEDINA; PILLON, 2004; RODRIGUEZ; LUIS, 2003; SCHENKER; MINAYO, 2005; SILVA; MATTOS, 2004; TAVARES et al., 2001 *apud* PRATTA; SANTOS, 2006, p. 317). Ou seja, por viverem um corpo e uma mente em constante transformação, fato que pode provocar sofrimento psíquico, os adolescentes constituem um grupo mais vulnerável em relação ao consumo de drogas (REBOLLEDO et al., 2004; SUÁREZ; GALERA, 2004; TAVARES et al., 2001 *apud* PRATTA; SANTOS, 2006, p. 317).

Afirmam ALVES; KOSSOBUDZKY, (2002); DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, (1998); KALINA et al., (1999); SILVEIRA FILHO, (1995) *apud* Pratta e Santos, (2006, p. 318), que “a droga é utilizada por muitos adolescentes como uma forma de preencher ou de aliviar um vazio interno, de fugir, de se isolar da realidade em que vive, de esquecer seus problemas e inseguranças e de aliviar o sofrimento”.

O enfrentamento sobre o complexo assunto do uso de drogas na adolescência carece da participação dos diferentes campos do saber e setores da sociedade no cuidando na elaboração e execução das políticas públicas.

Foi possível reconhecer nesse trabalho, que a tendência da produção acadêmica nacional sobre o uso de drogas na adolescência, é de pesquisas quantitativas realizadas com adolescentes escolares e de revisões bibliográficas, ambos desenvolvidos e publicados, predominantemente por profissionais e periódicos da psicologia e da saúde.

A ausência de pesquisas produzidas e difundidas na área da educação merece a devida atenção, uma vez que esta instância tem estado historicamente a serviço da prevenção do uso de drogas e, muitas vezes, de forma repressiva, chegando ao ponto de dividir o espaço pedagógico com profissionais da área da segurança pública (PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

No que tange à saúde, embora profissionais e periódicos se adentrem na questão, é de extrema importância no contexto sociocultural à inserção das políticas públicas, que promovem e protegem o adolescente do uso de drogas, sendo ainda frágil o referido assunto. Prevalece sobre o binômio família-escola a responsabilidade pelo uso de drogas, tendendo o afastamento da dimensão políticossocial e a ênfase sobre o indivíduo e as instituições mais próximas como responsáveis pelo uso de drogas na adolescência.

Não se trata aqui de negar a importância das instituições em geral que, muitas vezes, têm um papel decisivo na vida do adolescente. Trata-se antes de

certificar que, além destas e outras instituições, o cenário do uso de drogas na adolescência, seja ele experimental ou prejudicial, está permeado também pelas ações e omissões das diferentes políticas públicas, cujos profissionais devem se empenhar nas discussões, debates e pesquisas com vistas à formação de um campo teórico e de trabalho efetivamente interdisciplinar, superando a matriz repressora que historicamente tem tencionado as ações.

Diversos autores afirmam que os adolescentes usam as drogas, para se sentirem mais leves, mais espontâneos, e como uma forma de esquecer dos problemas do dia a dia, bem como pela influência dos amigos, grupos e pares. Nota-se que as drogas entram na vida do adolescente como uma possibilidade de fuga – esquecer do passado, sendo que a intensa e imediata sensação do prazer e/ou desprazer suscita algo novo.

O contato do adolescente com as drogas transforma o modo como ele se sente, alcançando possibilidades, objetivos e/ou metas que antes eram impossíveis, senão pelo uso – atos de encorajamento, de tal modo que passa a dar mais valor as tais substâncias, para ter uma vida mais agradável e suportável.

Segundo NEVES; MIASSO (2010, p. 595), “a interação social também determina a construção de significados e ações deles resultantes, pois se pode perceber, que o primeiro contato com as drogas se deu por influência de amigos e pela necessidade do pertencer ao grupo”.

“É possível compreender o uso das drogas como intrinsecamente ligado a um contexto de interações simbólicas que gera e faz circular conhecimentos sobre a mesma e que vai servir de guia para o consumidor” (NEVES; MIASSO, 2010, p. 595).

“Dos diferentes ramos desta abordagem o interacionismo simbólico tem sido especialmente utilizado nas pesquisas sobre o uso de psicoativos. Sua premissa básica é que o comportamento humano é autodirigido e voltado para o simbólico e o interacional” (MACRAE, 2004, p. 01).

Salienta Minayo (1999, p. 54 e 55) *apud* Macrae (2004), com a seguinte afirmação:

Segundo a concepção interacionista, a vida social seria baseada em um consenso estabelecido na inter-relação, o que permitiria que o sentido atribuído às ações fosse manipulado através de um processo interpretativo consensual ao grupo. Em termos metodológicos isso implica em que os símbolos e a interação devem ser os principais elementos a serem

investigados. Além disso, já que são os atores sociais que criam os símbolos, significados e definições, torna-se necessário ao investigador abandonar as pretensões do objetivismo e substituir sua própria perspectiva pela dos grupos em estudo (MINAYO, 1999, p. 54 e 55 *apud* MACRAE, 2004).

Aduz ainda Caldeira (1999) *apud* Neves e Miasso (2010, p. 595) que, “esse contexto remete à reflexão de que a droga existe independente do usuário; o seu consumo só é possível com a participação do indivíduo; o uso, o abuso ou a dependência só podem ser definidos a partir de a relação triangular entre o sujeito, a droga e o contexto em que essa droga é consumida”.

Predomina na presente análise. a relação do uso de drogas na adolescência com a família, grupos – de amigos, de pares e de iguais, curiosidade/prazer/falta de informação e a escola. Tem-se a ausência da problematização sobre as políticas públicas e a escassez de trabalhos que indiquem a relação do uso de drogas na adolescência com a prática do ato infracional.

6.2. Adolescência e o ato infracional

O ECA, promulgado em 13 de julho de 1990, Lei Federal 8069/90 (Brasil, 1990) –, ousou propor uma ruptura histórica ao apresentar a criança e o adolescente como sujeitos de direito, em desenvolvimento e destinatários de proteção integral.

A partir de então, o adolescente que transgride a lei passa a ser: 1) identificado por meio de uma categoria jurídica objetiva, ou seja, como aquele que praticou uma conduta descrita em lei como crime ou contravenção (ato infracional), e, não obstante 2) tal conduta necessita estar comprovada por meio de um processo judicial, bem como, 3) com a obrigatória observância do direito de defesa (Art. 111 ECA, igualdade de condições na relação processual). A transição da infância/adolescência como objeto da assistência e vigilância (Código de Menores) para a condição de sujeito de direitos (conforme a Doutrina da Proteção Integral) é subjetiva e complexa e solicita mais do que dispositivos legais, pois envolve uma mudança de valores por parte de toda a sociedade (JIMENEZ; FRASSETO, no prelo).

Ao praticar um ato infracional – conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal – as crianças com até 12 anos incompletos serão aplicadas medidas de proteção (art. 101). Os adolescentes entre 12 e 18 anos estarão sujeitos às medidas socioeducativas (MSE) que devem ser aplicadas considerando a

capacidade do adolescente de cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração (Brasil, 1990, art. 112), bem como, as necessidades pedagógicas, “preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 1990, art. 100).

A lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012, conhecida como a lei do SINASE (Brasil, 2012), no parágrafo 2º, artigo 1º, apresenta os objetivos das medidas socioeducativas:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Existem seis medidas socioeducativas, sendo a mais severa a internação, que deve ser aplicada em caráter de brevidade e excepcionalidade, pois implica em privação de liberdade. As medidas socioeducativas em meio aberto são quatro, sendo que duas delas, advertência e obrigação de reparar o dano, se esgotam no âmbito do judiciário. A prestação de serviços à comunidade – PSC destina-se aos adolescentes cuja intensidade do ato infracional é considerada mínima, mediante os critérios de quem julga. O cumprimento prevê a realização de tarefas gratuitas de interesse geral, não excedendo há seis meses, e considerando as aptidões do (a) adolescente. A liberdade assistida – LA embora seja uma intervenção educativa, é também uma medida coercitiva que impõe limites à liberdade e possui um prazo mínimo de seis meses e máximo de três anos.

Para o cumprimento das medidas socioeducativas uma pessoa capacitada, socioeducador, que pode ter diferentes formações universitárias, é designada para realizar o acompanhamento que será feito por meio de um plano de atendimento, o PIA – Plano Individual de Atendimento.

No ano de 2006, 40.356 adolescentes encontravam-se em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil, sendo 9.555 em internação, ocupando o estado de São Paulo posição de destaque tendo a metade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do país: 20.062 adolescentes. O perfil típico deste jovem

foi: 88% (oitenta e oito por cento) do sexo masculino; 84% (oitenta e quatro por cento) em idade entre 15 e 19 anos, 44% (quarenta e quatro por cento) com maior concentração entre 16 a 17 anos, 53% (cinquenta e três por cento) nível fundamental de escolaridade, destacaram-se os atos infracionais correspondentes aos crimes contra o patrimônio, (Brasil, Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinquente - ILANUD, 2007).

No ano de 2008 houve um crescimento de 2,17% adolescentes cumprindo alguma medida privativa ou restritiva de liberdade em relação ao no de 2006 (SEDH, 2008), (SEDH, 2006). Já, entre os anos 2008 e 2009 houve uma diminuição de adolescentes em cumprimento das medidas privativas, com respectivo aumento do número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida – LA – e/ou Prestação de Serviços à Comunidade – PSC).

Em 2010, volta a haver um aumento de adolescentes em cumprimento de medidas em meio fechado, 1.892 adolescentes a mais em relação ao ano anterior, o que representa um crescimento de 10,69% no contexto de restrição e privação de liberdade (SDH, 2011).

Apesar destes aumentos, considerando que, segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a população total de adolescentes (12 a 18 anos incompletos) era de pouco mais de 20 milhões, apenas 0,09% desse total encontra-se em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado.

Os atos infracionais mais frequentes são: roubo (38%) e tráfico (26,6%), que juntos totalizam 64,6%, ficando homicídio com 8,4% e furto com 5,6%. Entre os anos 2002 e 2011 a participação no tráfico de drogas aumentou de 7,5% para 26,6%; o homicídio reduziu de 14,9% para 8,4%; latrocínio de 5,5% para 1,9%; estupro de 3,3% para 1,0% e lesão corporal de 2,2% para 1,3% (SDH, 2011, p. 23). Se, por um lado há um aumento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no sistema fechado, há também uma diminuição na gravidade dos atos infracionais por eles praticados.

No que diz respeito às medidas socioeducativas em meio aberto, no ano de 2010 havia 69.650 adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (SDH, 2011). Roubo, furto, tráfico de drogas e porte ilegal de armas são os principais atos infracionais cometidos por estes adolescentes (SEDH/ILANUD, 2007).

Quanto ao perfil, tem se mantido no decorrer dos anos, incidindo sobre o sexo masculino, cor parda/negra, evadido do sistema formal de ensino, que vivem com famílias na faixa da pobreza em regiões pauperizadas. Ou seja, um grupo que, historicamente tem escasso acesso aos direitos básicos.

Podemos concluir indicando que adolescência e conflitualidade são eventos construídos histórica e socialmente, constantemente produzidos e transformados pelo contexto cultural, econômico, político e de justiça no qual se inserem.

É desde esta perspectiva que o presente trabalho teve como objetivo investigar a tendência da produção acadêmica nacional sobre os adolescentes aos quais se atribui a prática infracional.

Neste trabalho foi possível identificar que a tendência da produção acadêmica nacional sobre o tema é de pesquisas quantitativas (42,9%) realizadas com adolescentes escolares e de revisões bibliográficas (33%).

A análise do método é importante, pois evidencia a perspectiva por meio da qual o problema foi estudado. Os estudos qualitativos, por privilegiar a subjetividade, compreendem o objeto de estudo como multifacetado e passível de diferentes interpretações. Já, os estudos quantitativos tendem para um paradigma positivista da ciência, e para a relação de causa-efeito. As duas abordagens podem ser complementares, enriquecendo o processo de pesquisa.

No entanto, a predominância de uma das abordagens (no caso em questão, da quantitativa), pode indicar que o tema está sendo estudado desde uma perspectiva unívoca. Se por um lado, tal fato pode favorecer a comparação entre os resultados das diferentes pesquisas, por outro lado tende a excluir os elementos subjetivos inerentes ao uso de drogas. A possibilidade de que o estudo sobre o uso de drogas na adolescência esteja se tornando predomínio das áreas médicas e psicológicas, por meio de métodos quantitativos deve ser objeto de reflexão e discussão, pois, ainda que tais lógicas se proponham e incluir as questões sociais e culturais, a ausência das demais áreas do conhecimento e a escassez de pesquisas qualitativas em um debate tão complexo podem implicar em um estreitamento das interpretações, bem como, na dificuldade da construção de uma linguagem interdisciplinar.

A área dos periódicos que publicam o tema 38% remete à Psicologia e 33% à Saúde, sendo que a formação do primeiro autor concentrou-se nas áreas de Psicologia (57,1%) e Enfermagem (23,8%).

A escassez de pesquisas realizadas e divulgadas pela área da Educação requer atenção, uma vez que esta instância tem estado historicamente a serviço da prevenção e, muitas vezes, de forma repressiva, chegando mesmo a partilhar o espaço pedagógico com profissionais da área da Segurança Pública.

É importante indicar que foram identificados dois artigos produzidos e publicados na área da educação (SÁ; CEDRAN; PIAI, 2012 e RIBEIRO, 2013), sendo o primeiro um relato de experiência sobre prevenção ao uso de drogas no contexto educacional; e o segundo, um trabalho teórico sobre como a prevenção ao uso de drogas se tornou um assunto educacional. Ambos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, sendo que o artigo de Ribeiro (2013) contribuiu para a análise.

No que tange à Saúde, embora profissionais e periódicos se embrenhem na questão, a inclusão das Políticas Públicas como parte importante do contexto sociocultural, que promove ou protege do uso de drogas, ainda é frágil. Predomina sobre o binômio família-escola a responsabilidade pelo uso de drogas, tendendo à exclusão da dimensão político-social e a ênfase sobre o indivíduo e as instituições mais próximas como responsáveis pelo uso de drogas na adolescência.

Não se trata aqui de negar a importância das instituições em geral que, muitas vezes, têm um papel decisivo na vida do adolescente. Trata-se antes de afirmar que, além destas e outras instituições, o cenário do uso de drogas na adolescência, seja ele experimental ou prejudicial, está permeado também pelas ações e omissões das diferentes políticas públicas, cujos profissionais devem se engajar nas discussões e pesquisas com vistas à constituição de um campo teórico e de trabalho efetivamente interdisciplinar, superando a matriz repressora que historicamente tem tencionado as ações.

6.2.1. Artigos científicos: adolescência e o ato infracional

A primeira etapa da análise foi realizada a partir dos dados obtidos por meio de um instrumental – tabela, que agregou as seguintes informações: ano da publicação, área de concentração do periódico, título do artigo, formação do primeiro autor, palavras-chaves e método. Embora por meio deste instrumental se tenha obtido também o objetivo e a síntese das conclusões, estas duas instâncias farão

parte da segunda etapa da análise.

Foram selecionados para análise vinte e nove artigos, que tiveram como critério de inclusão os temas fatores de risco e proteção, habilidades sociais, escola, família, características individuais e sociais, além de terem sido incluídos apenas os trabalhos realizados no Brasil e publicados em periódicos nacionais. Constituiu exceção o artigo de Laranjeira (2007) que realizou estudo bibliográfico sobre a produção acadêmica portuguesa e internacional sobre o tema e foi mantido devido à pertinência com o presente trabalho.

A análise seguiu a mesma linha de análise dos artigos sobre adolescência e uso de drogas. Qual seja, dê-os relacionar por ano de publicação dos mais antigos para os mais recentes, as leituras foram realizadas de maneira: exploratória, aprofundada, analítica e interpretativa – como consta no capítulo método desta dissertação, a partir das palavras-chave, resumo e considerações finais que ofereceram elementos para o preenchimento da tabela sobre: ano da publicação, nome do periódico, área de concentração do periódico, título, formação do primeiro autor, palavras-chave/descriptores, objetivo do trabalho, fatores aos quais se reporta a prática do ato infracional.

Com relação aos fatores, também foram selecionadas as situações que os autores consideraram como riscos, determinantes e/ou motivadores para a prática do ato infracional. Nesse sentido, a mesma linha de análise dos artigos científicos sobre adolescência e uso de drogas, foram utilizadas as expressões dadas pelos autores para fazer referência aos motivos pelos quais os adolescentes interpretavam a prática do ato infracional, variando de acordo com o método utilizado pelo autor – quantitativo ou qualitativo – ou ainda, com a teoria utilizada para interpretar os achados.

Os periódicos de psicologia, saúde e psiquiatria concentraram 75,9% das produções (total de vinte e dois artigos, sendo: dezesseis, quatro e dois respectivamente). As áreas multi e interdisciplinar publicaram 10,4% (três artigos), ficando os demais distribuídos em periódicos de serviço social, educação, sociologia, Revista do Ministério Público, sendo 3,4% (um artigo) em cada um, totalizando 13,7% da produção.

A concentração de dezesseis artigos em periódicos da psicologia representa mais da metade de toda a produção (55,1%) e merece estudos mais aprofundados, pois enquanto ciência humana e social a psicologia agrega vertentes teóricas muito

distintas que podem incidir em compreensões que tendem mais para o estudo do indivíduo, ou da sociedade.

Quanto à formação do primeiro autor, 58,6% (dezessete) são psicólogos, 17,3% (cinco) são médicos e 3,4% (um) é enfermeiro, totalizado 79,3% (dezenove) autores nas áreas da psicologia e da saúde.

As áreas sociais, serviço social e ciências sociais, agregaram 17,3% (cinco) autores, sendo 10,4% (três) e 6,8% (dois) respectivamente. Uma autora (3,4%) tinha sua primeira formação em direito.

Com relação ao método, predominaram os estudos qualitativos realizados por meio de entrevistas e/ou análise documental (processos e prontuários), estudo clínico/de caso ou comparativo, com adolescentes internados ou seus familiares, totalizando vinte trabalhos (69%).

Os estudos quantitativos por meio de aplicação de questionários ou inventários com adolescentes ou familiares contabilizaram quatro artigos. As revisões de literatura duas, e um estudo teórico. Dois autores classificaram o método como quantitativo e qualitativo.

Ao encerrar esta primeira etapa da análise se pode concluir que as áreas da Psicologia e Saúde concentraram a maior parte das publicações, bem como, contemplam a formação do primeiro autor. Pode-se postular que as pesquisas sobre adolescência e conflitualidade no Brasil concentram-se na atualidade nas áreas psicossocial e médica. Se lembrarmos de que o sistema socioeducativo enfatiza a educação como estratégia para a ressocialização dos adolescentes aos quais se atribui a prática infracional, o perfil da produção acadêmica revela contradição com tal postulado por meio da vacuidade de publicações e pesquisadores na área da educação, e também nas áreas sociais.

Ainda merece destaque o fato de a maioria dos trabalhos ter como sujeitos adolescentes internados, em detrimento das outras possibilidades de medidas socioeducativas, tais como: advertência, reparação de danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade.

No que diz respeito à análise dinâmica da prática infracional na adolescência, é frequente os autores adotarem os três níveis de conceitualização propostos por Shoemaker (1996) para a compreensão da delinquência juvenil (estrutural, individual e sócio psicológico). No entanto, como tal referência não se fez presente na totalidade dos trabalhos, optou-se por analisar os artigos tendo como referência os

fatores sociodemográficos, psicossociais e individuais e como os mesmos são articulados à prática infracional.

Os fatores estruturais abarcaram: 1 – sexo, 2 – idade e 3 – classe social/território/comunidade. Os fatores sociodemográficos, foram: 4 – família, 5 – uso de drogas, 6 – escolaridade, 7 – internação e 8 – violência. Frisa-se que neste fator se coloca em foco o vínculo, ou seja, a confiança, o controle, os afetos, etc. (presente e passado) do adolescente com as instituições (formais ou informais) que, em tese, deveriam ser de pertencimento. No fatod individual considerou-se: 9 – perspectivas de futuro e 10 – psicopatia, sintomas/depressão.

A seguir serão elencadas os dez fatores que agrupam os diferentes riscos/motivadores/determinantes para a prática do ato infracional na adolescência, sendo indicado entre parênteses o número de vezes que as referidas categorias foram citadas na tabela:

Sexo: a maioria dos adolescentes e jovens adultos são do sexo masculino; residentes em áreas periféricas ou menos favorecidas.

Idade: predominam adolescentes e jovens adultos, com a idade entre os 15 e 24 anos.

Classe social/território/comunidade: classe socioeconômica – adolescentes habitantes das periferias e bairros mais abastados; pobreza/periferia/baixa renda familiar; vida na comunidade; gangues na cidade; grupos de amigos; envolvimento com gangues, influência do grupo; influência de grupos de pares/associação de jovens em grupos/inter-relações estabelecidas nos grupos; quebra dos vínculos e regras de sociabilidade entre as pessoas, afirmação de determinados valores por grupos sociais, etários, ou de gênero; carência socioeconômica; renda familiar de até dois salários-mínimos; desigualdade social; condição de pobreza e exclusão social; tentativa de inclusão no contexto social do qual foi excluído, tentativa de ser reconhecido em algum espaço; condição socioeconômica precária; desemprego; precarização das relações de trabalho; desqualificação para o trabalho.

Família: fragilidade das famílias - condição de pobreza e exclusão social, isoladas do amparo social; famílias sofrem as consequências emocionais e financeiras, decorrentes da separação dos pais: ausência da figura paterna e materna, por causa do trabalho ou pelo abandono do lar; rupturas nas relações com os cuidadores e violência intra e extrafamiliar; falta de estabilidade e a fragilidade

dos vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento; eventos estressores vivenciados; abandonos e afastamentos; família monoparental; as mães são as principais responsáveis pela criação dos filhos; família: agressões físicas do pai contra a mãe; expulsão do lar; influência de familiares; “falta do pai”; a ausência de diálogo com a família - a família deixa de ser hierarquizada; fonte de apoio: família/arranjos familiares; famílias divididas: pais separados/mortos/ausência de algum dos genitores; infraestrutura prejudicada em termos financeiros, emocionais ou domiciliares.

Uso de drogas: uso de drogas ilícitas – maconha, crack e cocaína; uso abusivo de álcool; tem-se o uso de drogas como um potencial fator de risco para o envolvimento em infrações; substâncias psicoativas.

Escolaridade: impossibilidade de educação; repetência escolar; abandono, expulsão e/ou exclusão escolar; baixo nível de escolaridade; abandono *déficit* de inteligência/baixo nível educacional; defasagem escolar; desinteresse - abandono - conflitos - fracasso escolar; analfabetismo.

Internação: cometimento de crimes contra a vida; reincidência criminal; prática habitual de outros tipos de crime; ato infracional como sintoma (social?); fácil acesso as armas de fogo e a passagem prévia pela Justiça; tráfico de drogas.

Violência: história de agravos à saúde e de violências sofridas; ocorrência de maus-tratos; abuso sexual; laços sociais baseados no fascínio do poder e pela destruição do outro; vandalismo, fuga de casa, furtos, ações agressivas, mentira e cábula; punições físicas em crianças, de várias formas e em diferentes áreas do corpo; violência/negligência/maus-tratos/agressões físicas e psicológicas durante a infância; ambiente propício ao desencadeamento de atos violentos; violência familiar; ameaças de lesão física; ter sido espancado ou assaltado e/ou baleado foram as formas mais comuns de violência vivenciada; ter dormido na rua; envolvimento em brigas; violência intrafamiliar; violência psicológica; taxas de exposição à violência similares entre meninos e meninas.

Perspectivas de futuro: destino e vocação, gosto ou crença de terem nascido pra a vida do crime – herança do crime.

Psicopatia, sintomas/depressão: comportamento antissocial/desviante; outros distúrbios neurológicos; atividades antissociais - drogas lícitas e ilícitas; influência dos pares; envolvimento com pares/influência de pessoas da mesma idade/colegas/amigos/parceiros; modelo de interação indivíduo/colega; vivência de

conflitos e perdas; ter sofrido humilhações; trajetórias de vidas difíceis, repletas de perdas, faltas e privações; autoestima; aspectos biológicos hereditários e as características de personalidade, como a inteligência, que pode predispor o indivíduo para a criminalidade; vivência de perdas - morte do adulto responsável pelos cuidados das crianças, algumas vezes de mais de um adulto e até de irmãos; morte de um dos pais ou outro familiar; sentimentos como o medo; a insegurança e tristeza; depressão; suicídio; rebeldia; problemas para dormir e dificuldade de concentração; transtorno de *déficit* de atenção com hiperatividade, da conduta, desafiador opositivo, de ansiedade, depressivo, personalidade, cognição e hereditariedade; vivência de conflitos e perdas; problemas de relações interpessoais e de comunicação; situações conflituosas; vulnerabilidade; prevalência de psicopatia maior do que outros adolescentes infratores.

A tabela abaixo sintetiza a frequência com que as categorias foram citadas, possibilitando algumas considerações preliminares:

Psicopatia, sintomas/depressão	16
Escolaridade	15
Classe social/território/comunidade	14
Violência	14
Família	11
Uso de drogas	11
Internação	6
Sexo	5
Idade	3
Perspectivas de futuro	1

Tabela 2: Frequência dos determinantes para a prática do ato infracional por adolescentes brasileiros

Ficou constatado na análise dos artigos científicos sobre os fatores determinantes/motivadores para a prática do ato infracional na adolescência, que a psicopatia, sintomas/depressão e a escolaridade, juntos foram citados 31 vezes.

Ao contrário da análise realizada sobre os fatores determinantes/motivadores sobre o uso de drogas, um artigo relacionou a prática do ato infracional com a questão da etnia. Frisa-se que os autores deste artigo, são da região sul do país – Rio Grande do Sul, em que a maioria da população deste Estado é da cor branca.

Apenas um artigo abordou sobre o sistema e justiça, acerca da influência das agências de controle da criminalidade, em que se questiona a ausência ou a presença dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal, como a polícia civil e a militar.

Da mesma forma como foi analisado os artigos científicos sobre o uso de drogas na adolescência, retomamos a proposta de Assis (1999) com referências de Shoemaker (1996), e afim de dar densidade à análise e evitar reducionismos as categorias, além de contabilizadas, foram analisadas e incorporados três fatores de conceitualização: o sociodemográfico, os psicossocial e o individual.

No fator sociodemográfico foram analisados o sexo, a idade, e a classe social/território/comunidade. No que tange ao fator psicossocial, a família, o uso de drogas, a escolaridade, a internação e a violência. No fator individual foram incluídos os relatos de perspectivas de futuro, psicopatia e os sintomas/depressão.

6.2.1.1. Fatores estruturais – sexo, idade e classe social/território/comunidade

Em São José do Rio Preto (SP) e em Santa Maria (MS), a maioria dos adolescentes internados eram do sexo masculino, na faixa etária de 17 anos, sendo que na cidade do sudeste do país a maioria era pardo/negro e no sul a maioria era branca. Zappe e Ramos (2010) identificaram uma criança de 11 anos de idade cumprindo medida de internação, situação absolutamente ilegal, já que as medidas socioeducativas só podem ser aplicadas aos adolescentes (sujeitos entre 12 e 18 anos) e, segundo os artigos 121 e 122 do ECA, em caráter de exceção e brevidade.

Dois artigos estudaram adolescentes do sexo feminino (DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004, DELL'ÁGLIO et al., 2005) que constitui uma pequena parcela do universo infracional na adolescência, mas cujo número dá indícios de aumento, principalmente devido a participação no tráfico de drogas. No que tange ao histórico de vida destas jovens, as autoras referem a existência de um índice de 50% de violência sexual e física, bem como de gravidez ou aborto.

Segundo o estudo realizado por Dell'Áglio et al. (2005) com referências de Steinberg (1999), pôde-se observar “uma maior prevalência de desordens internalizante, como a depressão, entre as meninas, e desordens externalizantes, como expressão de sentimentos através de comportamentos agressivos e abuso de drogas ou álcool, entre os meninos” (p. 120).

Especificamente quanto a adolescentes autoras de ato infracional, Assis e Constatino (2001), afirmam que a infração juvenil feminina é facilitada por necessidades financeiras, pela desigualdade social e consumismo exagerado, assim como por gastos com drogas, problemas familiares, maus-tratos, especialmente em comunidades violentas (DELL'ÁGLIO et al., 2005, p. 120).

Há indícios de que o grupo de pares pode ser mais influente entre os adolescentes do sexo masculino do que entre as meninas (DELL'ÁGLIO et al., 2005), por outro lado elas parecem ser mais sugestivas aos companheiros afetivos (DELL'ÁGLIO; SANTOS; BORGES, 2004).

Com relação ao território, o local do ato infracional tende a coincidir com o de moradia, possivelmente devido a participação significativa no tráfico de drogas. (PRIULI; MORAES 2007; ZAPPE; RAMOS 2010)

Os adolescentes pobres representam quase a totalidade daqueles que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa, fato que tem levado tal condições socioeconômica a ser considerada um fator de risco em inúmeros trabalhos (FEIJÓ; ASSIS, 2004; FERREIRA, 2007; MULLER et al., 2009; ZAPPE; DIAS, 2010; ZAPPE; DIAS, 2012). No entanto Spagnol (2005) aponta para a existência da delinquência entre jovens pertencentes às classes média e alta e a ausência de estudos sobre esta realidade, identificando que a família e a mídia dificultam o reconhecimento desta dimensão da conflitualidade na adolescência e, quando estes eventos chegam ao conhecimento público, tendem a ser reconhecidos como decorrentes de “problemas psicológicos”. O autor também pontua a existência de adolescentes pobres que não se envolvem com a prática delituosa.

A baixa escolaridade, a renda familiar restrita, a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e a dificuldade de acessar alguns direitos, como cultura e lazer são alguns fatores identificados como relacionados à prática infracional (FERREIRA, 2008; BOCCA, 2009)

Monte et al. (2011) referenciam-se a Ayres, Júnior, Calazans e Filho (2003), bem como a Teixeira (2005), num argumento sobre os dados publicados pelo Conselho Federal de Psicologia, um estudo sobre a realidade na assistência aos adolescentes em conflito com a lei. Segundo a análise da pesquisa, constatou que os adolescentes em conflito com a lei, são confundidos com grupos marginais, vulneráveis socialmente em relação às políticas públicas e as condições de uma vida digna, “devido a fatores históricos culturais e estruturais, a saber: a maior parte

dos adolescentes autores de ato infracional são do sexo masculino, com baixa escolaridade e baixa renda familiar, além de, na sua grande maioria, fazer uso de drogas ilícitas como a maconha, o crack e a cocaína” (p. 126).

6.2.1.2. Fatores sociodemográficos – família, uso de drogas, escolaridade, internação e violência

A fragilidade familiar é identificada em inúmeros trabalhos que ressaltam não apenas a pobreza, como também o histórico de violência destas famílias, inclusive do castigo físico como prática supostamente educativa. Pais separados, usuários de drogas, envolvidos com a criminalidade ou mortos, família extensa reduzida ou distante, a mãe como principal provedora, a dificuldade de acessar os serviços de assistência e a passagem recorrente por abrigos, constituem em grande parte a história de vida destes adolescentes (FEIJÓ; ASSIS, 2004; DELL’ÁGLIO; SANTOS; BORGES, 2004; PRIULI; MORAES, 2007; ZAPPE; DIAS, 2012; NARDI; DELL’ÁGLIO, 2012). Os próprios familiares tendem a relacionar a prática infracional aos problemas vivenciados na relação com a figura paterna: ausência ou violência (DIAS, ARPINI; SIMON, 2011).

As figuras femininas – mães e irmãs – tendem a ser percebidas como o ponto de apoio (ZAPPE; DIAS, 2012; NARDI; DELL’ÁGLIO, 2012). Zappe e Dias (2012) questionam se não existiria certa idealização sobre a figura da mãe, uma vez que tal positividade emerge geralmente quando o adolescente se encontra internado. Durante a internação as mães tendem a maior aproximação dos filhos e as relações afetivas tendem a melhorar (DIAS; ARPINI; SIMON, 2011).

Por outro lado, os familiares se percebem como impotentes diante das atitudes dos filhos, sentindo-se perdidos, aflitos, sobrecarregados, envergonhados e sem saber como lidar com as situações apresentadas pelos adolescentes (DIAS; ARPINI; SIMON, 2011).

Carvalho e Gomide (2005) estudaram a percepção dos pais e dos filhos adolescentes infratores sobre as práticas parentais (conjunto de atitudes, metas, modelos parentais e práticas educativas utilizado pelos pais como estratégias para promover a socialização dos filhos), concluindo que os dois grupos coincidem com a percepção de que as práticas destes pais tendem para a disciplina relaxada, a

inconsistência na punição e castigos físicos.

É o que afirma Dell'Áglio, Santos e Borges (2004), no sentido de que “o comportamento infrator na adolescência também pode estar associado à diminuição no envolvimento parental em famílias numerosas, à modelagem de comportamento mal adaptativo por pares e uso de álcool e drogas pelos pais ou outros membros da família” (p. 191).

A apreensão do adolescente para posterior julgamento e, muitas vezes, cumprimento de medida socioeducativa é recebida pela família com surpresa, pois geralmente desconhecem as atividades praticadas ou não imaginam que podem resultar em tal situação. Posteriormente, reconhecem positividade no cumprimento da medida (DIAS; ARPINI; SIMON, 2011).

Constataram Feijó e Assis (2004) com referências de Adorno (1997), que diante da dificuldade das mães de se relacionarem com os seus filhos, numa forma de conhecê-los melhor e lidar com os traços da sua personalidade, bem como, as causas e as circunstâncias que os levaram à prática do ato infracional, é difícil de entender, uma vez que para as mães, “o filho é sempre bom, carinhoso, reagindo com surpresa frente ao comportamento deste em sociedade” (p. 159).

Abordando-se sobre a escolaridade, Laranjeira (2007) diz que, “a escola pelo fato de ser um local de formação, é um contexto propício à comunicação entre os membros de um grupo e à utilização do tempo livre para a promoção de interesses pessoais, inibindo a manifestação da delinquência” (p. 226). Em Santa Maria, 96,3% dos adolescentes internados não possuíam o ensino fundamental completo, apesar de a maioria já ter atingido a idade de tê-lo concluído, fato extensivo aos adolescentes de ambos os sexos (ZAPPE; RAMOS, 2010).

Reprovação, evasão escolar e experiências escolares negativas são situações recorrentes na vida destes adolescentes (DELL'ÁGLIO et al., 2005). Tudo indica que, a baixa escolaridade mantém estreita relação com a prática infracional (BRANCO et al., 2008).

Sobre a efetivação das matrículas dos adolescentes autores de atos infracionais, Gallo e Williams (2008) afirmam que os educadores, “na maioria das vezes, as escolas justificavam a rejeição da matrícula dos adolescentes em conflito com a lei porque tais jovens, quando estavam na escola, causaram problemas, devendo, portanto, ser encaminhados para outras escolas” (p. 51). Porém estas outras escolas rejeitam estes alunos pela história de vida, criam um ciclo de

exclusão que só tende a agravar a problemática em questão. Os autores afirmam que “o maior problema que as escolas enfrentam ao lidar com adolescentes em conflito com a lei são seus comportamentos disruptivos, que levam a escola a adotar medidas disciplinares coercitivas, que por sua vez facilitam a evasão escolar” (p. 55).

No que tange a medida socioeducativa de internação, há uma ideia de que tal medida ajudaria o adolescente a manter-se afastado ou o auxiliaria na superação de supostos problemas, bem como teria ele, um comportamento esperado pelo magistrado. No entanto, para “os adolescentes considerados autores de ato infracional a medida de internação significa uma prisão, manicômio, castigo e segregação, o que fica evidente através das práticas de uso de medicação psiquiátrica como forma de contenção, isolamento como punições a comportamentos considerados inadequados” (CASTRO; GUARESCHI, 2008, p. 205).

Para Tejedas (2011), a experiência dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação é contraditória, “ao mesmo tempo em que o desejo de alcançar a liberdade manifestava-se de forma contundente, o medo e a insegurança diante do futuro permitiam perceber a privação da liberdade como meio de se manter vivo e longe do presídio, visto por alguns como uma profecia” (p. 59)

Na questão sobre o uso de drogas, diversos autores relacionam a prática infracional com o uso de drogas. O estudo de Junqueira e Jacoby (2006) comparou motivações para a infração entre adolescentes brasileiros e estadunidenses. Os primeiros tendem a não violência e relacionam o ato infracional ao desejo de consumir drogas e outros bens, já os segundos são de classe média e associam a infração à influência dos amigos, sendo que, uma parte importante (37%) refere que não sabia que o ato praticado era criminoso. Já em 2005, Spagnol apontava para a diluição da barreira entre classes, já que jovens da classe média “imitam” os jovens da periferia nas roupas, na linguagem, no *rap*, levando a crer que ser tachado de “marginal” chega a ser uma conquista. As autoras referem ser notáveis a influência do tráfico no cometimento de delitos por adolescentes brasileiros, fato não identificado nos EUA, bem como, o fato de o delito entre adolescentes ter “muito menor relação com os aspectos familiares, psicopatológicos do que com a estrutura social que coloca em condições desiguais os diferentes grupos sociais; levando à incidência e reincidência de atos infracionais muito mais influenciados pelas

necessidades de inclusão” (p. 12).

Os familiares de adolescentes internados referem que o uso de drogas e a agressividade era uma constante antes do cumprimento da medida tendendo a melhorar após a internação (DIAS; ARPINI; SIMON, 2011).

Priuli e Moraes (2007) adolescentes internados de São José do Rio Preto, a maioria era usuária de um ou mais tipos de drogas, geralmente tabaco, maconha, álcool, *crack*; a minoria, cocaína, *thinner* e cola. O uso de drogas apresentou uma alta frequência no estudo, de Dell'Áglio et al. (2005) com adolescentes do sexo feminino.

Com relação ao número surpreendente de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa devido à participação no tráfico de drogas, vale lembrar que

o Estatuto da Criança e do Adolescente veda a aplicação de internação como primeira medida a adolescentes autores de ato infracional equiparado a tráfico de drogas. O art. 122 da lei prevê o cabimento de tal medida apenas diante de ato infracional praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou na reiteração da prática de outras infrações graves. Tráfico de drogas não é crime praticado mediante violência e, quando primário o adolescente, não se pode cogitar de reiteração (FRASSETO; JIMENEZ, no prelo)

Spagnol (2005) identifica que mais importante do que o produto obtido com a ação criminosa é a satisfação que pode ser notada quando os adolescentes recontam detalhes, para eles próprios, daquilo que presenciaram. Este relato os identifica como pertencentes a um determinado grupo e legitima a ação.

É o que afirma Zappe e Dias (2010) retomando Shoemaker (1996) que, “no nível psicossocial também se considera a relação entre delinquência e a associação de adolescentes em grupos, entendendo-se que a influência dos pares sobre o adolescente e as inter-relações estabelecidas nos grupos são fatores importantes de serem considerados na gênese da delinquência” (p. 84).

Apontam as autoras com referência de Pacheco et al. (2005) que, os padrões de comportamento antissociais são adquiridos na fase da infância, numa interação da criança com a família e os grupos de pares a qual esta inserida. Seria então a delinquência um agravamento desses padrões que se iniciaram na infância e percorreu na adolescência e vida adulta. Necessitando identificar como esses fatores contribuíram para as condutas e/ou problemas antissociais na transição da infância para a adolescência.

As autoras apontam ainda que, “o jovem pode ainda apresentar problemas escolares (poucos anos de estudo, abandono escolar, desentendimento com professores e colegas, reprovações repetidas) e utilizar drogas, geralmente associado à convivência no grupo de pares” (p. 94).

Nardi e Dell'Áglio (2012) retomando aos pensamentos de Assis e Constantino (2005), Castro (2006); Gallo e Williams (2005), Steinberg, Catalano e Dooley (1981), afirmam que “além das diversidades no interior de suas famílias, os adolescentes autores de atos infracionais geralmente estão expostos a outras situações sociais de risco, que podem contribuir para a conduta infracional, tais como problemas na escola, envolvimento com grupos marginais e violência na comunidade” (p. 182).

Segundo as autoras, Hein (2004) “aponta os fatores de risco que podem contribuir para o comportamento infracional: os aspectos familiares, os individuais – tais como personalidade cognição e hereditariedade –, escolares, sociais e comunitários – tais como os fatores ligados ao grupo de pares –, socioeconômicos e culturais” (p. 182).

O histórico de violência dentro da família é frequente, e, muitas vezes desde momentos muito precoces na vida destes adolescentes (Zappe e Dias, 2012), sendo que, há indícios de maior frequência e/ou intensidade em relação às adolescentes, incluindo o histórico de abuso físico e sexual, estupro e exploração sexual pelos próprios familiares ou por desconhecidos, realidade que pode constituir importante fator estressor (Dell'Áglio et al., 2005), denunciando a possibilidade de, em algumas situações, a própria família figurar como um fator de risco importante (DELL'ÁGLIO; SANTOS; BORGES, 2004).

Agrega-se à violência praticada dentro da família àquela existente no contexto social no qual vivem os adolescentes que abarca desde a presença do tráfico de drogas próximo a residência até a dificuldade de acessarem direitos (ZAPPE; DIAS, 2012).

6.2.1.3. Fatores individuais – perspectivas de futuro e psicopatia, sintomas/depressão.

Em uma amostra estudada por Andrade et al. (2011), numa única instituição governamental de detenção em regime fechado de adolescentes e jovens com idade

entre 12 e 21 anos, no Estado do Rio de Janeiro (Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE), resultou a alta prevalência de transtornos psiquiátricos entre adolescentes autores de atos infracionais. Sendo os mais prevalentes, abuso de drogas ilícitas (70%) e abuso de álcool (52%), segundo o autor o uso abusivo de álcool aumentou em 2,4 vezes a chance de um adolescente cometer um ato infracional violento.

Afirma Andrade et al. (2011) que, “esses dados sugerem às autoridades em saúde pública que tanto a detecção quanto ao tratamento precoce de transtornos psiquiátricos na infância, podem ajudar na prevenção de atos infracionais” (p. 2183-84). Visando também os autores, por uma “maior assistência de saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei, o que deverá contribuir substancialmente para o processo de recuperação e ressocialização dos mesmos” (p. 2180).

Segundo Feijó e Assis (2004), “o nível individual trata das teorias que consideram mecanismos internos do indivíduo como os determinantes do comportamento infrator, tantos nos seus aspectos biológicos, quanto nos psicológicos” (p. 158).

Spagnol (2005) resgatou Horkheimer para retratar o impacto da individualidade construída pelo adolescente com a realidade que cerceará os anseios e sonhos, resultando como uma das alternativas a busca por correr riscos e a busca de ideais. Por meio de ações violentas, estes adolescentes buscam reverter os signos visíveis das suas desvantagens sociais. A periferia apresenta uma estética empobrecida, reduzida e repetitiva somada à falta de condições de habitação, saneamento básico etc., fato que faz com que os jovens que habitam essas regiões sintam vergonha do lugar onde vivem e reagem com revolta, por se sentirem abandonados, e orgulho por se imporem por meio da violência.

“A falta de oportunidades para o indivíduo e sua família afeta o seu sentido de existência e suas expectativas de futuro” (FEIJÓ; ASSIS, 2004, p. 158). No cenário nacional, os autores resgatam as assertivas de Oliveira (2007) em que eles – adolescentes autores de atos infracionais, são “os moradores e meninos de rua, os catadores de lixo, os desempregados das favelas e periferias, muito convertido em 'flanelinhas' e em delinquentes” (p. 158). Alegam ainda os autores que, o adolescente abandonado ou vivendo em extrema pobreza caminhará para as vias da delinquência, praticando uma série de atos infracionais como forma de sobrevivência e aumento da renda familiar.

As transformações ocorridas na vida social e econômica impactaram as possibilidades de futuro dos adolescentes fazendo com que a sociedade tenha dificuldades em projetar um futuro para eles, fato percebido tanto pelos jovens como pelos familiares (DIAS; ARPINI; SIMON, 2011).

Schmitt et al. (2006) buscaram avaliar por meio de escala internacional o índice de psicopatia dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e, identificaram que os adolescentes que cometem infrações mais graves, como os crimes contra a vida, possuem uma frequência maior de características psicopáticas caracterizadas como falta de empatia, remorso e respeito pela dor e sofrimento alheios. O estudo evidenciou ainda uma alta prevalência de histórico de maus-tratos entre os adolescentes internados, mas sem associação entre este histórico e crimes graves.

No artigo científico publicado por Souza, Silva-Abrão e Oliveira Almeida (2011), as autoras referenciaram-se a um estudo realizado por De Souza (2006), com alunos do ensino fundamental de uma escola de Ceilândia (DF), em que se verificou a alta prevalência de sintomas que se relacionam a fácil irritabilidade, tristeza profunda e dificuldades de concentração. “Sintomas estes que colocam em risco o desempenho e a integridade física e psicológica dos adolescentes, além de serem fatores de risco para comportamento antissocial” (p. 15).

Zappe e Ramos (2010) aduzem que, o ato infracional é como um sintoma social por meio do qual o adolescente busca reconhecimento e lugar na sociedade. Diz Muller et al. (2009) que, “um ato infracional cometido por um adolescente revela não só um problema individual e social, mas destacam também falhas em segmentos como a escola, a família, o Estado e a sociedade” (p. 73).

Tejadas (2011) apresentou resultados parciais de uma pesquisa acerca do tema “juventude, ato infracional e reincidência”, em que o objetivo era “desvelar as determinações que incidem no fenômeno da reincidência na prática de atos infracionais por adolescentes residentes na cidade de Porto Alegre” (p, 43). A autora identificou na sua pesquisa “a vivência de perdas, devido à morte do adulto responsável pelos cuidados das crianças, algumas vezes de mais de um adulto e até de irmãos” (p. 46).

Tais eventos podem acarretar impacto no processo de socialização do indivíduo, uma vez que se verifica certa rotatividade de adultos cuidadores, instabilidade nos arranjos familiares e rupturas e perdas de pessoas

significativas no processo vincular. Experiências que remetem a sentimentos como o medo, a insegurança, a tristeza e que podem corroborar com uma identidade marcada pela ideia de inadequação, desqualificação, inferioridade, não pertencimento (Tejadas, 2011, p. 46).

Nesse sentido e como dito anteriormente, existem duas linhas na sociologia do desvio: o positivismo e o interacionismo. Certo dizer que, os positivistas buscam entender e/ou procurar as causas e os motivos do comportamento desviante, que na maioria das vezes são as condições sociais ou culturais e de características individuais do ser humano, que impedem a sua socialização.

Segundo Silva (2010, p.19), “as teorias interacionistas do desvio rompem com as concepções positivistas. O desvio e seu controle são encarados de maneira dialética, através de um processo de interação dinâmico e variável entre as duas partes. Várias correntes interacionistas foram desenvolvidas baseadas em tais fundamentos”.

De acordo com Pedrete (2007) *apud* Silva (2010, p. 20), os autores interacionistas tratam a reação social ao comportamento desviante como algo mutável (nunca constante) e alegam que as relações geradas entre desviantes e os dispositivos de controle social modelam e modificam o fenômeno do desvio.

Afirma ainda segundo o autor que, “a teoria da rotulação enfoca o processo de criminalização do desviante e a conformação de carreiras criminais, propondo o que se denominam etiquetas negativas – formas apriorísticas de classificação de indivíduos que impõem rótulos delitivos” (PEDRETE, 2007 *apud* SILVA, 2010, p. 20).

As etiquetas se tornam o principal elemento de identificação do indivíduo, moldam sua autopercepção e conduzem ao novo papel; criam expectativas de comportamento; influem para a realização do comportamento esperado; produzem desvio secundário a partir do processo de tratamento do principal; generalizam-se em etiquetas correlatas e contagiam pessoas mais próximas; dirigem a atividade social no sentido de uma profecia auto-realizável; e produzem subculturas – grupos de referência que agregam desviantes afins, desenvolvendo uma ideologia que racionaliza e justifica o desvio (PEDRETE, 2007, *apud* SILVA, 2010, p. 21).

Para o interacionismo simbólico, o processo de tornar-se um desviante é concebido como uma construção gradual de um papel e de uma identidade tal qual uma carreira convencional (PEDRETE, 2007 *apud* SILVA, 2010, p. 99).

Silva (2010, p.149) procurou “investigar o processo de construção social dos atos infracionais na Justiça Juvenil, além de investigar o fluxo de tomada de

decisões nesse sistema e alguns aspectos da execução de medidas socioeducativas no Brasil”.

A sua pesquisa analisou o Sistema de Justiça Juvenil, baseando-se numa questão sociológica do direito juvenil direcionada ao interacionismo simbólico, compreendido como um processo de interação dinâmico e mutável entre dois indivíduos, quais seja: acusados e acusadores.

Cita Minahim et al. (2010, p. 61):

Na perspectiva do interacionismo simbólico, esta ligação entre delito e reação social é também recíproca e inseparável, podendo-se afirmar que as expressões são atreladas uma à outra na medida em que o desvalor do delito não está na conduta praticada, mas sim numa qualidade que lhe é atribuída por meio de complexos processos de interação social que são seletivos e discriminatórios (MINAHIM et al. 2010, p. 61).

“Segundo essa perspectiva, no que se refere aos adolescentes em conflito com a lei, ser rotulado como delinquente dependerá do discernimento dos agentes de repressão, da biografia desse adolescente, da moralidade de seus pais, da queixa da vítima, dentre outros fatores” (SILVA, 2010, p. 149).

Os adolescentes envolvidos com a prática do ato infracional no Brasil, por muitos das vezes, chamou a atenção de especialistas e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, certo dizer que, a produção acadêmica dos últimos anos tem oferecido inúmeros trabalhos para a elaboração de diversas análises.

Na análise dos vinte e nove artigos científicos sobre a prática do ato infracional, foi possível identificar que a tendência da produção acadêmica sobre o tema são de pesquisas qualitativas (69%), ao contrário do tema sobre o uso de drogas na adolescência, em que predominou o método quantitativo. No método qualitativo predominou as entrevistas e as análises documentais – processos e prontuários, estudos clínicos e/ou de casos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, ou seus familiares.

Como no estudo realizado sobre o uso de drogas na adolescência, também predominou na análise da prática do ato infracional, as áreas médicas e psicológicas (75,9%), sendo que a primeira formação do primeiro autor também concentrou na área da psicologia (58,6%) e da medicina (17,3%). Merece destaque que a maioria da produção científica do tema trata do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, em detrimento das outras possibilidades de medidas

socioeducativas, tais como: advertência, reparação dos danos, etc.

Os autores ponderam que na sociedade brasileira, a desigualdade social e a delinquência juvenil precisam ser analisados e associados aos fatores sociodemográficos, psicossociais e o nível individual, uma vez que a grande maioria dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas é constituída por jovens pobres, moradores em bairros periféricos.

Para autores que pesquisam sobre o adolescente autor de ato infracional, a exclusão social e as vulnerabilidades da família, estão ligados à delinquência juvenil, bem como outras formas de exclusão, tais como: a cultural, a territorial e a étnica (FEIJÓ; ASSIS, 2004, p. 157). Pois todas estas formas de exclusão levam o adolescente a um estado de vulnerabilidade, passando por situações difíceis de serem superadas na sua vida.

Segundo Spagnol (2005, p. 277), os atos infracionais cometidos por adolescentes da classe média e média alta, chegam muito pouco ao conhecimento da sociedade, não tendo eles muito das vezes ingressado na Fundação Casa para o cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Apesar de depararmos com adolescentes da classe média e média alta envolvidos com a criminalidade, a maioria dos adolescentes internados na Fundação Casa são oriundos das periferias da cidade e pertencentes às classes trabalhadoras mais atingidas pela violência (por exemplo, na cidade de São Paulo, os adolescentes moradores nas regiões do Jardim Ângela, Cidade Ademar, Sapopemba, Jabaquara e etc.) (SPAGNOL, 2005, p. 278).

Um estudo realizado por Priuli e Moraes (2007, p. 1188), de dados coletados nos prontuários de 48 adolescentes internados na Fundação Casa de São José do Rio Preto, detectou que o ato infracional mais cometido por aqueles e naquela época foram: roubo (45,8), furto (16,7), tentativa de homicídio e homicídio (14,5%), roubo qualificado (8,3%), tráfico de entorpecentes (8,3%) e roubo seguido de morte (6,4%).

De acordo com os dados obtidos na pesquisa realizada pelas autoras, a maior parte dos adolescentes cumpridores de medida socioeducativa de internação, estavam na idade dos seus dezessete anos, próximos de atingirem a maioridade. Com maior incidência de cometimento de atos infracionais no período na inimputabilidade penal, em que prevalece a doutrina de proteção integral estabelecido pelo ECA.

Para Tejedas (2011, p. 49), a “modulação do comportamento se sobrepõe às demais e não produz efeitos quanto à mudança da forma como o adolescente se percebe e, como se relaciona socialmente, contribuindo para a manutenção da violência como forma de relação”. Surgindo então um paradoxo: o sistema de atendimento socioeducativo, que deveria contribuir para a redução da reincidência, o reforça.

“A relação entre a prática de atos infracionais por adolescentes e a existência de fragilidade nas composições familiares tem sido um foco privilegiado de estudos que buscam compreender o fenômeno da chamada 'delinquência juvenil'” (ZAPPE; DIAS, 2012, p. 389).

Para terminar o entrelaço destas considerações citamos as autoras Zappe e Dias (2012, p. 390), em que configuram o ato infracional como consequência de diversos problemas, na vinculação social do adolescente com as instituições, tais como: família, escola, grupos, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda exposição, esta pesquisa se propôs como objetivo geral analisar a tendência da produção acadêmica sobre o uso de drogas na adolescência, a prática do ato infracional e a relação entre os dois eventos. Realizando um levantamento bibliográfico de artigos científicos sobre o tema, em bases nacionais das ciências médicas, humanas e sociais no período de 2002 à 2012.

Constatou-se que a palavra “droga” é polissêmica e pode ser utilizada para fazer referência a qualquer substância que altere as funções do organismo. Perdendo-se no tempo a tradição do consumo de drogas, pois, cada povo e cada cultura vão tendo as suas. Algumas vezes, o homem procurou nelas a nutrição física, outras andou a procura de remédios para as suas doenças, outras ainda, para alimentar sonhos ou alcançar o transcendente, influenciar o humor, buscar a paz ou a excitação, enfim, simplesmente para abstrair do mundo que o cerca e o perturba em dado momento da sua existência (KOUTOUZIS, 1986 *apud* MARTINS, 2007).

Abordando-se sobre o conceito da adolescência numa compreensão sociocultural, constatou que o objetivo geral na conceituação, foi compreender a relação entre o funcionamento mental do adolescente e os “*settings*” culturais, institucionais e históricos, como discute Wertsch (1995).

O trabalho abarcou o referencial teórico, na questão do interacionismo simbólico no uso de drogas e na prática do ato infracional na adolescência. Em que foi “possível compreender o uso de drogas como intrinsecamente ligado a um contexto de interações simbólicas, que gera e faz circular conhecimentos sobre a mesma e que vai servir de guia para o consumidor” (NEVES; MIASSO, 2010, p. 595). Na prática do ato infracional, “o processo de tornar-se desviante é concebido como uma construção gradual de um papel e de uma identidade, tal qual uma carreira convencional” (PEDRETE, 2007 *apud* SILVA, 2010, p. 99).

Na análise dos artigos científicos, foi surpreende a ausência da problematização sobre a presença destes adolescentes no tráfico de drogas. Feijó e Assis (2004) trazem a riqueza em suas palavras ao retomar bibliografia sobre exclusão social e falta de pertencimento, retomando autores como Castel, e incluindo a cultura, o território e a dimensão étnica. Spagnol (2005) focou com maior

ênfase as infrações cometidas com requintes de violência e crueldade e incluiu adolescentes de classes média buscando em Bourdieu e Sennet a compreensão para as relações de forças subjetivas.

A dificuldade referida por Carvalho e Gomide (2005) de se definir o que é um comportamento antissocial se junta ao fato de que uma parcela expressiva dos adolescentes em conflito com a lei responde por tráfico de drogas, atividade compreendida por eles como trabalho e não desvio (LYRA, 2013).

A junção de dois fatores – comportamento antissocial e conflito com a lei – que partem de referenciais teóricos distintos carece de melhores articulações. O comportamento antissocial é compreendido como desvio às normas existentes em determinado contexto, e, neste sentido, podemos afirmar a partir dos dados apresentados no início do trabalho, que a maioria dos adolescentes que se encontram respondendo à justiça não constitui desvio em relação ao contexto sociocultural e econômico que partilham.

Muller et al. (2009), compreendem os fatores de riscos que contribuem para o envolvimento do adolescente em práticas de atos infracionais, destacando a questão de o adolescente ser do sexo masculino, pobre, bem como as características psicológicas e biológicas, a vulnerabilidade e exclusão social, a violência familiar, a baixa escolaridade e o uso de drogas.

Resultou o estudo realizado por Andrade et al. (2011), no DEGASE do Estado do Rio de Janeiro, a alta prevalência de transtornos psiquiátricos entre adolescentes autores de atos infracionais. Sendo os mais prevalentes, o abuso de drogas ilícitas (70%) e o abuso de álcool (52%), segundo os autores o uso abusivo de álcool aumentou em 2,4 vezes a chance de um adolescente cometer um ato infracional violento.

Notou-se no levantamento bibliográfico, que a maior parte da produção de artigos sobre o uso de drogas na adolescência concentrou-se nos anos de 2004, 2008 (14%) e no ano de 2007 (19%), ao contrário dos artigos sobre a prática do ato infracional, em que a maior parte da produção concentrou-se nos anos de 2007, 2008, 2010 (14%) e no ano de 2011 (17%).

Juntas, as áreas de maior concentração de publicação dos periódicos sobre o uso abusivo de drogas foram: psicologia, saúde pública e enfermagem com o total de 90,3%, ao passo dos artigos sobre a prática do ato infracional que foram: saúde, psiquiatria e também a psicologia com o total de 75,9%.

A respeito da primeira formação acadêmica dos autores nos artigos sobre o uso de drogas na adolescência, constatou-se que 57,1% deles são psicólogos e, nos artigos sobre a prática do ato infracional o resultado foi o mesmo, com 55,1% dos pesquisadores formados em psicologia, quase a mesma porcentagem dos pesquisadores sobre o primeiro tema.

Efetivamente, notou-se a ausência dos pesquisadores formados nas áreas da educação (0%) e do direito (3,4%). São preocupantes estas duas últimas áreas, a primeira pela questão da socioeducação e a segunda pela questão do sistema de justiça.

Ambos os temas predominam autores e periódicos da área da psicologia, porém, uso de drogas predominam pesquisas quantitativas (questionários estruturados) com estudantes, já ato infracional predomina pesquisas qualitativas por meio de entrevistas com adolescentes internados.

Acerca dos fatores que relacionam o uso de drogas na adolescência, ficou constatado que a família (31%), os grupos (23%), curiosidade/prazer/falta de informação e a escolaridade (13% - cada), são os maiores motivadores e/ou determinantes para o uso, representando 80% dos achados. Ao passo que a psicopatia, sintomas/depressão (17%), a escolaridade (16%), a classe social/território/comunidade (15%), a violência (15%), a família e o uso de drogas (11% - cada), representando 85% dos motivadores e/ou determinantes, são os fatores que mais relacionam o adolescente à prática do ato infracional. Frisa-se que nos artigos científicos que relacionam a prática do ato infracional ao uso de drogas, ao contrário não é igual, ou seja, pouco ou nada os artigos que discutem o uso de drogas na adolescência relacionam ao fator da prática do ato infracional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1981.

ABRAMOVITCH, Fanny. **Ritos de passagem de nossa infância e adolescência: antologia**. São Paulo: Summus Editorial; 1985.

ALEXANDER, Bruce. K. **The globalization of addiction: a study in poverty of the spirit**. New York, Oxford University Press. 2008.

ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. **A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-08022011-144629/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h40min.

ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. **Juventude e suas manifestações socioculturais: da escola a comunidade**. in: VI Encontro de Pesquisa em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2010, Teresina(PI). O pensamento pedagógico na contemporaneidade, 2010. v. 06. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.17/GT_17_06_2010.pdf. Acessado em 07/08/2014 às 16h58min.

ALVES, Rudinalva & KOSSOBUDZKY, Luís André. **Caracterização dos adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba**. Interação em Psicologia, 6(1), 65-79.

ANDRADE, Renata Candido de et al. **Prevalência de transtornos psiquiátricos em jovens infratores na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro. v. 16, n. 4, Apr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400017&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04/-8/2014 às 00h15min.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Droga**. Disponível em: <http://s.anvisa.gov.br/wps/s/r/c0k4>. Acessado em 13/11/2013 às 00h43min.

ARANZEDO, Alexandre Cardoso & SOUZA, Lídio de. **Adolescentes autores de homicídio: vivência da privação de liberdade e planos para o futuro**. Disponível em: http://www.psicopol.unsl.edu.ar/dic2007_notas1.pdf. Acessado em 03/08/2014 às 17h06min.

ARAÚJO, Carlos. **O histórico das drogas**. Disponível em: <http://www.nossobairro.net/carlosaraujo/?p=29>. Acessado em 18/11/2013 às 14h44min.

ARAÚJO, Domingos Barreto de. **O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador no ano 2000**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. 2004.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

_____. CONSTANTINO, Patrícia. **Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina**. Ciênc. Saúde Coletiva 2005; 10:81-90.

BAHLS, Flávia Rocha Campos & INGBERMANN, Yara Kuperstein. **Desenvolvimento escolar e abuso de drogas na adolescência**. Estudos de Psicologia - Campinas. 22(4):395-402, outubro – dezembro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v22n4/v22n4a07.pdf>. Acessado em 17/08/2014 às 22h04min.

BASTOS, Samira Safadi & RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Jovens de classes médias infratores e a questão da autoridade**. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/viewFile/8281/6047>. Acessado em 03/08/2014 às 17h37min.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis Ganhos Fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

BAUS, José; KUPEK, Emil; PIRES, Marcos. **Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 36, n. 1, fev. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 29/04/2014 às 12h22min.

BECKER, *Howard Saul*. **Becoming a marijuana user**. *American Journal of sociology*. Vol. 59 (3), 1953. Pp. 235-242.

_____. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, cap. 5 (“As regras e sua imposição”), p.86-107; cap. 10 (“Consciência, poder e efeito da droga”), p.181-204.

_____. **History, culture and subjective experience: an exploration of the social bases of drug induced experiences**. *Journal of Health and Social Behavior*. Vol 8 (3), 1967. Pp.163-176.

_____. **Marijuana use and social control**. *Social Problems* vol 3 (1) 1955, pp. 35-44.

_____. **Outsiders: Studies in sociology of deviance**. Nova York, The Free Press.1991.

_____. **Estudos de praticantes de crimes e delitos**. In: _____. Métodos e

Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994. p.153-178

_____. **Conferência: a Escola de Chicago.** MANA 2(2):177-188, 1996.

BEMAN, Deane Scott. 1995. **Risk factors leading to adolescent substance abuse.** Adolescence 30(117):201-208.

BENINCASA, Miria. **Avaliação da qualidade de vida e uso de drogas em adolescentes do município de São Paulo.** 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19102010-145600/>>. Acessado em 03/-08/2014 às 22h57min.

BLUMER, Hebert. **Symbolic interactionism perspective and method.** California. Prentice-Hall. 1969.

_____. (1969/1982). **El interaccionismo simbólico: Perspectiva y método.** Barcelona: Hora S.A.

BOCCA, Marivania Cristina. **Ato infracional na adolescência: um fenômeno contemporâneo.** Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR, Umuarama, v. 13, n. 2, p. 169-179, maio/ago. 2009.

BOMBARDI, Vanessa Mies. **A rebelião do dia a dia: uma leitura sobre adolescentes autores de atos infracionais.** 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21012009-111759/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h30min.

BRACONNIER, Alain; MARCELLI, Daniel. **Adolescência e Psicopatologia.** Porto Alegre: Artmed, 2007. (Originalmente publicado em 1992).

BRADLEY, Jana. **Methodological issues and practices in qualitative research.** Library Quarterly, v. 63, n. 4, p. 431-449, Outubro 1993.

BRANCO, Bianca de Moraes et al. **Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar.** Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000100016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03/08/2014 às 23h58min.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em 26/04/2014 às 00h18min.

_____. **Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm> Acessado em 14/05/2013 às 21h43min.

_____. **Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acessado em 26/08/2014 às 00h45min.

_____. **Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acessado em 26/04/2014 às 00h30min.

_____. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria SVS/MS n.º 344 de 12 de maio de 1998.** Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/anvisaegis/visualizadocumento.asp?id=939&versao=2>. Acessado em 22/04/2014 às 00h38min.

BRETAN, Maria Emilia Accioli Nobre. **Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional: análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC/SP (1990-2006).** 2008. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-18122009-134124/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h29min.

BRÊTAS, José Roberto da Silva. **A mudança corporal na adolescência: a grande metamorfose.** Temas Desenvolv. 2004; 12(72): 29-38.

_____. et al. **Os rituais de passagem segundo adolescentes.** *Acta paul. enferm.* [online]. 2008, vol.21, n.3, pp. 404-411. ISSN 1982-0194.

BUCHER, Richard. 1988. **A abordagem preventiva.** pp. 55-67. In R Bucher. *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicos-social.* EPU, São Paulo.

BUNGE, Mario. **Epistemologia: curso de atualização.** São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1980. Capítulo 2.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982.

CARLINI, Elisaldo Araujo e col. **Drogas Psicotrópicas – O que são e como agem?** “in” revista IMESC n.º 3, 2001, pp. 9-35.

CARMO, D. R. (2000). **Prevenção ao abuso de drogas pela educação: proposta da Universidade Estadual de Londrina.** In M. A. V. Luis & M. A. Santos (Orgs.), *Uso e abuso de álcool e drogas: trabalhos apresentados no VI Encontro de Pesquisadores em Saúde Mental e V Encontro de Especialistas em Enfermagem Psiquiátrica* (pp.141-153). Ribeirão Preto, SP: FIERP-EERP – USP/FAPESP.

CARNEIRO, Beatriz Helena Bezerra Scigliano. **Desvarios da Paulicéia: a vertigem dos venenos elegantes.** *Da Leitura*, São Paulo, v. 11, n 23, ago. 1992:06.

CARRANZA, Doris Violeta Velásquez, & PEDRÃO, Luiz Jorge. **Satisfacción personal del adolescente adicto a drogas en el ambiente familiar durante la fase de tratamiento en un instituto de salud mental.** (2005). *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13, 836-844.

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de & GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei.** Estud. psicol. (Campinas) [online]. 2005, vol.22, n.3, pp. 263-275. ISSN 0103-166X.

CASSIANI, Silvia Helena de Bertoli e col. **A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa.** Rev. latino-am.enfermagem, v. 4, n. 3, p. 75-88, dezembro 1996.

CASTRO, Ana Luiza de Souza. **Ato infracional, exclusão e adolescência: construções sociais.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2006.

_____. GUARESCHI, Pedrinho. **Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual.** Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 20, n. 2, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04/08/2014 às 23h36min.

CASTRO Marta de Lima, e col. **Comportamento de violência e fatores associados entre estudantes de Barra do Garças.** MT. Rev Saúde Pública 45(6): 1054-61, 2011.

CAVALCANTE, Maria Beatriz de Paula Tavares e col. **Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção da saúde.** Rev Esc Anna Nery Enferm, 2008. Set; 12(3):555-59.

CEBRID. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. **O que são drogas psicotrópicas?** Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/drogas_.html. Acessado em 13/05/2013 às 20h55min.

_____. **Classificação do uso.** Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/quest_drogas/classific_uso.htm. Acessado em 21/04/2014 às 21h47min.

CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários.** 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. Primeira Parte. Capítulo 2, Itens 2.4 e 2.5.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Da adolescência em perigo à adolescência perigosa.** Educar em Revista, [S.l.], n. 15, Dez. 2005. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/2048>>. Acessado em 01/07/2014 às 12h12min.

CHARON, Joel M. **Symbolic interactionism: an introduction, an interpretation, an integration.** Califórnia: Prentice-Hall; 1989.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios.** Revista Portuguesa de Educação, 16 (2), 221-236. (2003) Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf.

Acessado em 22/04/2014 às 00h44min.

CLIMENT, Carlos E. ARAGON, Lydia Victoria de. PLUTCHIK, Robert. **Predicción del riesgo de uso de drogas por parte de estudiantes de secundaria.** In: Organización Panamericana de la Salud y Organización Mundial de la Salud. Abuso de drogas. Washington (DC); 1990. [OPAS – Publicación Científica, 522].

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Departamento de Pesquisas Judiciárias. **Panorama Nacional. A execução das medidas socioeducativas de internação.** Brasília: Programa Justiça ao Jovem. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/acoeseoprojetos/CNJ_panorama_nacional_medidas_socioeducativas.pdf. Acessado em 22/04/2014 às 00h47min.

COFANI, Alessandra. **Juventude e consumo de álcool entre jovens de distintos grupos sociais.** 2012. Dissertação (Mestrado em Cuidado em Saúde) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-11062012-153606/>>. Acessado em 03/08/2014 às 22h49min.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.** Brasília. Disponível em: http://www.condeca.sp.gov.br/legislacao/sinase_integra.pdf. Acessado em 22/04/2014 às 00h49min.

CORREIA, Maria Amélia Meireles Lima da Costa Peres. **Do aprender ao ensinar a cuidar – construção de um modelo explicativo.** Tese. Universidade Católica Portuguesa. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10122/1/Tese%20Doutoramento%20Am%C3%A9lia%20Meireles.pdf>. Acessado em 23/04/2014 às 01h51min.

COULON. Alan. **Etnometodologia.** Petrópolis (RJ): Vozes; 1995.

CRUZ, Olga Souza e col. **O “problema da droga”: Sua construção, desconstrução e reconstrução.** *Análise Psicológica* (2012), XXX (1-2): 49-61.

CURSINO, Edna Aparecida. **Sexualidade, AIDS e drogas: informações, concepções e percepções de alunos e professoras de uma escola de primeiro grau.** (1999). Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

DAKOF, Gayle A., TEJEDA, Manuel & LIDDLE, Howard A. 2001. **Predictors of engagement in adolescent drug abuse treatment.** *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry* 40(3):274-281.

D'ANDREA, Gustavo. **Delinquência juvenil: a noção de trajetórias desenvolvimentais e a descrição de carreiras.** 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-11112008-214800/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h32 min.

DEL PRIORI, Mary. **Crianças e adolescentes de ontem e de hoje.** In: Bocayuva, H.; NUNES, S. A. (Orgs.). *Juventudes, subjetivações e violências* (pp. 11-24). Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2009.

DELMANTO, Júlio. **Para além da “fuga da realidade”: outras motivações para consumo de psicoativos na contemporaneidade.** *Saúde & Transformação Social*, 4(2), 78-90. (2013). Disponível em: <http://www.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/2252>. Acessado em 22/04/2014 às 00h50min.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; SANTOS, Samara Silva dos & BORGES, Jeane Lessinger. **Infração Juvenil Feminina: Uma Trajetória de Abandonos.** *Interação em Psicologia*, 2004, 8(2), p. 191-198.

_____. BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz e col. **Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.** *Paidéia*, 2005, 15(30), 119-129.

DENARC. Divisão Estadual de Narcóticos. **Drogas. Secretaria da Segurança Pública do Paraná.** Disponível em: <http://www.denarc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>. Acessado em 22/05/2013 às 23h05min.

DIAS, Ana Cristina Garcia; ARPINI, Dorian Mônica & SIMON, Bibiana Rosa. **Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas.** *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04/08/2014 às 00h10min.

DICIONÁRIO DO AURÉLIO. **Drogas.** Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Droga.html>. Acessado em 14/05/2013 às 22h16min.

_____. **Adolescência.** Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Adolescencia.html>. Acessado em 25/04/2014 às 02h47min.

DIEGUEZ, Consuelo. **Receita para fugir do abismo.** (2000, 12 de janeiro). Veja, nº 2, 90-91.

DRUMMOND, M., & DRUMMOND FILHO, H. (1998). **Drogas: a busca de respostas.** São Paulo: Loyola.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas.** Madrid: Editorial Espasa Calpe S/A. (2005). (Originalmente publicado em 1989).

EISENSTEIN, Evelyn. **Adolescência: definições, conceitos e critérios.** *Adolesc Saude*. 2005;2(2):6-7.

_____. **Atraso puberal e desnutrição crônica.** 1999. Tese de Doutorado – Escola

Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

FACUNDO, Francisco Rafael Guzman. **Fatores de risco e o significado do consumo de drogas em adolescentes e jovens marginais de bandos juvenis.** 2007. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-18102007-161851/>>. Acessado em 23h00min.

_____. Castillo, Maria Magdalena Alonso. **Adquisición del uso de alcohol en un grupo de adolescentes mexicanos: el efecto de la relación con amigos.** Saúde Mental, Álcool e Drogas, 1(2), 1-13 (2005).

FARIA, Simone Menezes de & LEÃO, Inara Barbosa. **Adolescência: um conceito de estágio de desenvolvimento psicossocial definido historicamente.** Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EP04.pdf>. Acessado em 26/04/2014 às 02h17min.

FARINA, Daniele. **Drogas: uma revisão sistemática da literatura entre 2000-2010.** 97 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FEIJÓ, Maria Cristina & ASSIS, Simone Gonçalves de. **O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias.** Estudos de Psicologia 2004, 9(1), 157-166.

FERNANDEZ, Osvaldo. **Drogas e o (des)controle social.** In: PASSETI, E.; SILVA, R. B. D. (org.) Conversações Abolicionistas: uma crítica do sistema penas e da sociedade punitiva. São Paulo: IBICRIM, 1997:117-127.

FERREIRA, Lílíana Soares. **Educação, Paradigmas e Tendência: por uma prática educativa alicerçada na reflexão.** OEI-Revista Iberoamericana de Educación. s/d. Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/417Soares.pdf>. Acessado em 22/04/2014 às 01h04min.

FERREIRA, Manuela & NELAS, Paula Batista. **Adolescência... Adolescentes... Educação, ciência e tecnologia.** Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium32/11.pdf>. Acessado em 26/04/2014 às 01h51min.

FERREIRA, Simone de Loiola. **Estudo comparativo sobre o adolescente autor de ato infracional no centro (Estados Unidos da América) e na periferia (Brasil) do capitalismo.** Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar – Nº 14 – dez. 2007/jan./fev./mar. 2008 – Quadrimestral – Maringá - Paraná - Brasil - ISSN 1519.6178.

FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. **Relato de uma experiência com adolescentes sobre o uso de drogas.** Psicol. teor. Prat., São Paulo, v. 5, n. 2, dez.

2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000200005&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 29/04/2014 às 12h22min.

FERRIANI, Maria das Graças Carvalho et al. **Levantamiento del conocimiento y del contacto con drogas en la comunidad de alumnos de 1er, grado de enseñanza pública y privada en Ribeirão Preto**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, July 1994. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691994000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25/07/2014 às 00h09min.

FILHO, José Camilo dos Santos. **Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio o paradigmático**. In: SANTOS FILHO, J. Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, p.13-59, 2001.

FOSCARINI, Priscila Tonial. **Benzodiazepínicos: uma revisão sobre uso, abuso e dependência**. Trabalho de Conclusão Faculdade de Farmácia. (2010). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26847/000758691.pdf?sequence=1>. Acessado em 22/04/2014 às 01h06min.

FRASSETO, Flávio Américo e JIMENEZ, Luciene. **Interface entre drogas, criminalidade e adolescência: notas para compreensão do modelo legal vigente**. SENAD (no prelo).

FRIEDMAN, HL. 1989. **The health of adolescents: beliefs and behaviour**. Social Science and Medicine 29(3):309-315, Section C.

GALDURÓZ, José Carlos F., NODO, Ana Regina & CARLINI, E.A. **IV levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º. e 2º. Graus em 10 capitais brasileiras - 1997**. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo, 1997. p. 130.

_____. FONSECA, Arilton Martins. V levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras - 2004. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID: Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo; 2005; p. 381.

GALLO, Alex Eduardo & WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes**. Cad. Pesqui. [online]. 2008, vol.38, n.133, pp. 41-59. ISSN 0100-1574.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa qualitativa**. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf. Acessado em 22/04/2014 às 01h10min.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo:

Atlas, 1999.

GIUSTI, Jackeline Suzie. **Adolescentes usuários de drogas que buscam tratamento: as diferenças entre os gêneros.** 2004. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-01082005-182209/>>. Acessado em 03/08/2014 às 22h43min.

GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. **Qualitative research in information management.** Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992. 238p.

GÓIS, Mariana Maíza de Andrade e col. **O uso de drogas lícitas e ilícitas e suas consequências sociais e econômicas.** (2008). Disponível em: http://www.progep.ufpa.br/progep/docsDSQV/ALCOOL_E_DROGAS.pdf. Acessado em 16/11/2013 às 12h53min.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. **Adolescência e drogas: uma trama discursiva fechada.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12112010-155159/>>. Acessado em 03/08/2014 às 22h47min.

GOVERNO DE GOIÁS. **Padrões de uso.** Atualizado em 19/11/2013. Disponível em: <http://www.geed.go.gov.br/post/ver/158583/padoes-de-u>. Acessado em 21/04/2014 às 22h44min.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 3 edição. Petropolis. Vozes. 1992.

_____. **Metodologías cualitativas na sociología.** Petrópolis, RJ: Ed Vozes, 1987, p. 25-47.

HEGENBERG, Leônidas. **Etapas da investigação científica.** São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1976. v. 2, Capítulo 4.

HOFFMANN, J.P. & CERBONE, F.G. 2002. **Parental substance use disorder and the risk of adolescent drug abuse: na event history analysis.** Drug and Alcohol Dependence 66:255-264.

HORTA, Rogério Lessa et al. **Tabaco, álcool e outras drogas entre adolescentes em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: uma perspectiva de gênero.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, Apr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 25/07/2014 às 00h24min.

HUCULAK, Susan; MCLENNAN, John D. & BORDIN, Isabel A. S. **Exposição à violência entre jovens da cidade de São Paulo em privação de liberdade.** Rev. Bras. Psiquiatr. [online]. 2011, vol.33, n.3, pp. 314-320. Epub Apr 15, 2011. ISSN 1516-4446.

IANNI, Octávio. **A construção da categoria**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr2011 - ISSN: 1676-2584.

ILANUD. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinquente. **Mapeamento Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. (Relatório Resumido). Brasília. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007. Disponível em http://www.ilanud.org.br/midia/doc/relatorio_resumido_mapeamento_mse_abr2009.pdf.

INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E DE CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO. **Drogas**. Disponível em: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/Droga.htm>. Acessado em: 16/11/2013 às 13h16min.

JESÚS, María del Carmen. FERRIANI, Marias das Graças Carvalho. **School as a “protective factor” against drugs: perceptions of adolescents and teachers**. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2008;16(spe):590-4.

JESSOR, Richard. BOS, Van Den. VANDERRYN, Judith. COSTA, Frances M. & TURBIN, Mark S. 1995. **Protective factors in adolescent problem behavior: moderator effects and developmental change**. Developmental Psychology 31(6):923-933.

JIMENEZ, Luciene; FRASSETO, Flávio Américo. **Face da morte: a lei em conflito com o adolescente**. Psicologia e Sociedade. [no prelo].

JOLIVET, Régis. **Curso de filosofia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979. Segunda Parte. Capítulo 2.

JUDITH S. BROOK, DAVID W. BROOK, MARIO DE LA ROSA, LUIS FERNANDO DUQUE, EDGAR RODRIGUEZ, IVAN D. MONTOYA, MARTIN WHITEMAN. **Pathways to Marijuana Use Among Adolescents: Cultural/Ecological, Family, Peer, and Personality Influence**. Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry - July 1998 (Vol. 37, Issue 7, Pages 759-766, DOI: 10.1097/00004583-199807000-00016).

JÚNIOR, Ulysses Beolchi. **História das drogas**. Disponível em: <https://sites.google.com/site/ulyssesbeolchijrdq/drogas-o-que-preciso-saber/historia-das-drogas>. Acessado em 18/11/2013 às 11h29min.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos & JACOBY, Márcia. **O olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez. 2006.

KALINA, Eduardo, et al. (1999). **Drogadição hoje: indivíduo, família e sociedade**. Porto Alegre: Artmed.

KANDEL, Denise B., KESSLER, Ronald C. & MARGUILES, Rebecca Z. **Antecedents of adolescent initiation into stage of drug use: a developmental analysis**. Journal of Youth and adolescence. 1978. 7(1):13-40.

KAPLAN, Bonnie & DUCHON, Dennis. **Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study**. MIS Quarterly, v. 12, n. 4, p. 571-586, Dec. 1988.

KODJO, C. M. & KLEIN, J. D. **Prevention and risk of adolescent substance abuse. The role of adolescents, families and communities**. The Pediatric Clinics of North America. 2002. 49:257-268.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LANGNESS, Lewis. L. **The study of culture**. 2. ed. Novato - Califórnia: Chandler & Sharp Publishers, 1987.

LARANJEIRA, Carlos Antonio. **A análise psicossocial do jovem delinquente: uma revisão da literatura**. Psicol. estud., Maringá, v. 12, n. 2, Aug. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03/08/2014 às 23h31min.

LICO, Fátima Madalena de Campos. **Juventude, violência e ação coletiva**. 2009. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-09042009-110602/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h43min.

LIDÓN, Luis. **ONU sugere pela primeira vez a descriminalização do consumo de drogas**. UOL-Notícias. 08/03/2014 – 09h57min. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2014/03/08/onu-sugere-pela-primeira-vez-a-descriminalizacao-do-consumo-de-drogas.htm>. Acessado em 21/04/2014 às 18h48min.

LIEBSCHER, Peter. **Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods**. in a LIS Master's program. Library Trends, v. 46, n. 4, p. 668-680, Spring 1998.

LIMA, Maria Araguaia de Castro Sá. **Drogas**. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/drogas/>. Acessado em 16/11/2013 às 11h38min.

LITTLEJOHN, Stephen W. **Fundamentos teóricos da comunicação humana**. Rio de Janeiro: Zahar; 1992.

LOPES, Consuelo Helena Aires de Freitas & JORGE, Maria Salete Bessa. **Interacionismo simbólico e a possibilidade para cuidar interativo em enfermagem**. Rev. Esc. Enfermagem(USP) 2005; 39(1):103-8.

LÜDKE, Nardi, Fernanda. **Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre família, ato infracional e medida socioeducativa**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia.

Curso de Pós-Graduação em Psicologia. 2010.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2013.

MACHADO, Ana Regina e col. **Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.801-821, jul.-set. 2007

MACRAE, Edward e col. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas**. Salvador: Ed. da UFBA, 2000.

_____. **Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos**. In: Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo, Tavares, L.A, Almeida, AR. B. MacRAe, E., Ferreira, O. S. et al (orgs.), Salvador, EDUFBA; CEETAD/UFBA, 2004 pp. 27-48.

_____. **O controle do uso de substâncias psicoativas**. In: PASSETTI, E. e Silva, R. D. B., orgs., Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema punitivo. São Paulo: IBCCrim/ PUC-SP, 1997

_____. **Aspectos socioculturais do uso de drogas e políticas de redução de danos**. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/edward2.pdf>. Acessado em 22/04/2014 às 01h18min.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09032012-132410/>. Acessado em 04/08/2014 às 00h45min.

MANCINI, Marisa Cotta & SAMPAIO, Rosana Ferreira. **Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão**. Rev. bras. fisioter., São Carlos, v. 10, n. 4, Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552006000400001&lng=en&nrm=iso. Acessado em 15/08/2014 às 02h23min.

MARUSCHI, Maria Cristina. **Avaliação de adolescente em conflito com a lei a partir dos conceitos de risco e necessidade. associados à persistência da conduta infracional**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. FFCLRP – Departamento de Psicologia e Educação Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2010.

MARTÍNEZ, M. M. **La investigación cualitativa etnográfica em educación: manual teórico-práctico**. México: Editorial Trillas, 2002.

MARTINS, Mayra Costa. **A primeira experiência do uso de drogas e o ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei**. 2007. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-08052007-174809/>>.
Acessado em 03/08/2014 às 22h50min.

_____. **Práticas educativas parentais e o uso de drogas entre os adolescentes escolares.** 2011. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-30112011-084804/>>. Acessado em 03/08/2014 às 22h58min.

_____. PILLON. Sandra Cristina. **A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei.** *Relationship between first-time drug use and first offense among adolescents in conflict with the law.* Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(5):1112-1120, mai, 2008.

MALCON, Maura C; MENEZES, Ana Maria B; CHATKIN, Moema. **Prevalência e fatores de risco para tabagismo em adolescentes.** Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 37, n. 1, Feb. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25/07/2014 às 01h17min.

MEAD, Georg Herber. ***Mind self and society.*** Chicago: University of Chicago Press. 1973.

MENDOZA, Aurora Zamora. **O uso de álcool na adolescência, uma expressão de masculinidade.** 2004. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-28042005-094435/>>. Acessado em 03/08/2014 às 22h52min.

MENEGUETTE, Arlete. **Courseware em Ciências Cartográficas.** Unesp - Campus de Presidente Prudente. Página atualizada em 20.01.2000. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Disponível em: <ftp://ftp.unilins.edu.br/tuca/GeoMarketing/MaterialApoio/courseware/estrategias.htm>. Acessado em 16/04/2014 às 10h04min.

MILLER, W. R. ***Researching the spiritual dimensions of alcohol and other drug problems.*** *Addiction.* 1998. 93(7): 979-990.

_____. MILLER, P. M., PLANT, M. ***Drinking, smoking, and illicit drug use among 15 and 16 year olds in the united kingdom.*** *BMJ* 1996;313:394-7.

MINAHIM, Maria Auxiliadora e cols. ECA: **Apuração do Ato Infracional Atribuído a Adolescentes.** UFBA. SÉRIE PENSANDO O DIREITO Nº 26/2010 – versão publicação. Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL). MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1999.

_____. **Fala galera: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro.** Editora Garamond, Rio de Janeiro. 1999.

_____. DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Otávio Cruz Neto Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (32ª Edição).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NO BRASIL. **Informações sobre drogas/Definição e histórico**. Disponível em: http://obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11250&rastro=INFORMA%C3%87%C3%95ES+SOBRE+DROGAS/Defini%C3%A7%C3%A3o+e+hist%C3%B3rico. Acessado em 14/05/2013 às 21h11min.

_____. **Informações sobre drogas/padrões de uso**. Disponível: http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11251&rastro=INFORMA%C3%87%C3%95ES+SOBRE+DROGAS/Padr%C3%B5es+de+uso. Acessado em 21/04/2014 às 21h38min.

MONTE, Franciela Félix de Carvalho e col. **Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação**. *Psicologia & Sociedade*; 23 (1): 125-134, 2011.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **O Supremo Tribunal Federal, o tráfico de drogas e as penas alternativas**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12795&revista_caderno=3. Acessado em 09/05/2013 às 17h11min.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico da pesquisa**. São Paulo. Pioneira Thompson, 2002.

MULLER, Francine e col. **Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras**. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 1 (1): 70-87, 2009.

MUZA, Gilson M. e col. **Consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares de Ribeirão Preto, SP (Brasil)**. II - Distribuição do consumo por classes sociais. *Rev Saúde Pública* 1997;31:163-77.

NARDI, Fernanda Lüdke & DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Abr-Jun 2012, Vol. 28 n. 2, pp. 181-191.

NEAD. Núcleo Einstein de Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein. **Álcool e Drogas sem Distorção**. Disponível em: www.einstein.br/alcooledrogas. Acessado em 21/04/2014 às 21h08min.

NÉRICI, Imídeo G. **Introdução à lógica**. 5.ed. São Paulo: Nobel, 1978. Primeira Parte. Capítulo 6. Segunda Parte. Capítulo 11.

NEVES, Augusto César Lima & MIASSO, Adriana Inocenti. **“Uma força que atrai”:** o significado das drogas para usuários de uma ilha de Cabo Verde. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* 2010 May-Jun; 18(Spec):589-97. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18nspe/a15v18nspe.pdf>. Acessado em 18/08/2014 às

01h49min.

NJAINE, Kathie. **Violência na mídia sob a ótica dos adolescentes**. Tese de doutorado defendida na Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2004.

NUNES, Eliane Lima Guerra. **Adolescência e corpo: a prostituição e o abuso de droga como sintoma**. 2008. Tese (Doutorado em Fisiopatologia Experimental) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5160/tde-28012009-134219/>>. Acessado em 03/08/2014 às 22h57min.

OUTEIRAL, José Ottoni. **Adolescer: estudos revisados sobre adolescência**. 2a ed. Rio de Janeiro: Revinter; 2003.

OLINGER, Mariana. **Drogas – Questões e perspectivas: Brasil e a Política Nacional sobre Drogas**. Segundo Volume da série “Drogas: questões e perspectivas” produzida pela ONG Viva Rio com apoio do Open Society Institute.

OLIVEIRA, Alana Batistuta Manzi de. **Avaliação de adolescentes em conflito com a lei: adaptação transcultural do Inventário de Personalidade de Jesness**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-24092012-111109/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h42min.

OLIVEIRA, Christian Cesar Candido de. **Discurso e memória autobiográfica em adolescentes usuários de drogas**. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Humana) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5162/tde-28012008-094122/>>. Acessado em 03/08/2014 às 22h5min.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano**. São Paulo: LTR, 2000.

OLIVEIRA, Elias Barbosa de; BITTENCOURT, Leilane Porto; CARMO, Aila Coelho do. **A importância da família na prevenção do uso de drogas entre crianças e adolescentes: papel materno**. SMAD. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), [S.l.], v. 4, n. 2, p. 01-16, ago. 2008. ISSN 1806-6976. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38673>. Acessado em 06/06/2014 às 13h41min.

OLMO, Rosa del. **Violencia juvenil y consumo de drogas**. OPTAR, Boletim Foro, 34. (1999). Disponível em: http://iin.oea.org/Cursos_a_distancia/UT1-Lecturas%203y4.pdf. Acessado em 22/04/2014 às 01h25min.

OMS. **Organización Mundial de la Salud**. Disponível em: <http://www.who.int/countries/bra/es/>. Acessado em 15/05/2013 às 20h55min.

OZELLA, Sérgio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. de. **Desmistificando a concepção de adolescência**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 133, abr. 2008. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742008000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 28/07/2014 às 13h00min.

PAIVA, Fernando Santana de; RONZANI, Telmo Mota. **Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática**. Psicol. estud., Maringá, v. 14, n. 1, Mar. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000100021&lng=en&nrm=iso. Acessado em 06/07/2014 às 13h59min.

PAULA, Liana de. **A família e as medidas socioeducativas: a inserção da família na socioeducação dos adolescentes autores de ato infracional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022006-194750/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h23min.

PATTON, L. H. **Adolescent substance abuse. Risk factors and protective factors**. Pediatric Clinics of North America. 1995. 42(2):283-293.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills: Sage. (1980).

PEARSON, G. **Substance abuse and the family**. Current Opinion Psychiatry 2000;13(3):305-8.

PENSO, Maria Aparecida & SUDBRACK, Maria Fátima Oliver. **Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel de filho parental**. Psicologia USP, 2004, 15(3), 29-54.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes & SUDBRACK, Maria Fátima Oliver. **Drogadição e Atos Infracionais na Voz do Adolescente em Conflito com a Lei**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2008, vol. 24, n.º 2, pp. 151-159.

POMPEO, Daniele Alcalá; ROSSI, Lídia Aparecida; GALVAO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem**. Acta paul. enferm., São Paulo, v. 22, n. 4, 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002009000400014&lng=en&nrm=iso> Acessado em 27/08/2014 às 01h42min.

PRATTA, Elisângela Maria Machado & SANTOS, MANOEL Antonio dos. **Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico**. Estudos de Psicologia 2006, 11(3), 315-322.

_____. **Adolescência e uso de substâncias psicoativas: o impacto do nível socioeconômico**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 15, n. spe, Oct. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692007000700015&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 17/08/2014 às 20h57min.

_____. **Lazer e uso de substâncias psicoativas na adolescência: possíveis relações.** *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2007, vol.23, n.1, pp. 43-52. ISSN 0102-3772.

PRIULI, Roseana Mara Aredes & MORAES, Maria Sílvia de. **Adolescentes em conflito com a lei.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5):1185-1192, 2007.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: perspectivas para o campo da etnomusicologia.** *Claves* n. 2 - Novembro de 2006, (p. 87 – 98).

QUINTON, David. PICKLES, Andrew. MAUGHAN, Barbara. RUTTER, Michael. **Partners, peers, and pathways: Assortative pairing and continuities in conduct disorder.** *Dev Psychopathol* 1993;5(4):760-83.

RANGEL, Lucia Helena. **Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação.** *Debates*, agosto de 1999. *Interface - Comunic, Saúde, Educ* 5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v3n5/19>. Acessado em 08/08/2014 às 13h29min.

REVISTA MORASHÁ. **O significado maior do Bar-Mitzvá.** Sabedoria e ética. Edição 53 – junho de 2006. Disponível em: http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos_view.asp?a=605&p=0. Acessado em 08/08/2014 às 13h12min.

RIBAS, Adriana Ferreira Paes & MOURA, Maria Lucia Seidl de. **Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores.** *Psicol. Estud.* [online]. 2006, vol.11, n.1, pp. 129-138. ISSN 1413-7372.

RIBEIRO, Sara Raquel Teixeira. **Percepção da pressão de pares na tomada de decisão dos adolescentes.** Dissertação de Mestrado em Psicologia. 2011. Universidade de Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4856/1/ulfpie039628_tm.pdf. Acessado em 26/04/2014 às 02h15min.

ROEHRS, Hellen. LENARDT, Maria Helena & MAFTUM, Mariluci Alves. **Práticas culturais familiares e o uso de drogas psicoativas pelos adolescentes: reflexão teórica.** *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2008 jun; 12 (2): 353 – 7.

ROMANI, O. **Las Drogas Sueños y Razones.** Barcelona, Editorial Ariel, 1999.

ROSÁRIO, Adriana Moro Maieski do. **Avaliação de instrumentos que investigam abuso de álcool e outras drogas em adolescentes: revisão de literatura.** 2012. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-25042012-104801/>. Acessado em 03/08/2014 às 22h48min.

ROSARIO, Ângela Buciano do. **Grupo com adolescentes em privação de liberdade: circulação da palavra como possibilidade de resignificação do ato infracional.** *Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto*, v. 11, n. 1, jun. 2010. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702010000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 04/08/2014 às 00h03min.

SAES, Danuza Sgobbi. **Adolescentes infratores: um estudo compreensivo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-01062012-154753/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h20min.

SANCHEZ, Zila Van der Meer; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de & NAPPO, Solange Aparecida. **Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 30/04/2014 às 14h58min.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos. **Interacionismo simbólico: uma abordagem teórica de análise na saúde**. Enfermagem Brasil, v. 7, p. 232-237, 2008.

SANTOS, Thais Carvalho e col. **As consequências do uso de substância psicoativa no aspecto biopsicossocial**. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2196/2355>. Acessado em 20/11/2013 às 20h35min.

SCHENKER, Miriam. **Valores familiares e uso abusivo de drogas**. 2005. xxi, 234 f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) - Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

_____. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100022&lng=en&nrm=iso. Acessado em 29/05/2014 às 10h01min.

_____. **Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência**. Ciência e Saúde Coletiva, 10(3), 707-717.

SCHMITT, Ricardo et al. **Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros**. Rev. psiquiatr. Clín., São Paulo, v. 33, n. 6, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832006000600002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 23h38min.

SCHOR, E.L. **Adolescent alcohol use: social determinants and the case for early family-centered prevention**. Bulletin of the New York Academy of Medicine. 1996. 73(2):335-356.

SEDH. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/atendimento%20socioeducativo/atendimento%20socioeducativo.htm>. Acessado em 27/08/2014 às 01h45min.

_____. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei.** Brasília, 2008. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/spdca/levantamento_2008.pdf. Acessado em 27/08/2014 às 01h56min.

_____. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, 2010.** Brasília, 2011. Disponível em <http://www.anajure.org.br/wp-content/uploads/2013/04/LEVANTAMENTO-NACIONAL-2011.pdf>. Acessado em 27/08/2014 às 02h00min.

_____. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a lei, 2011.** Brasília, 2012. Disponível em <http://www.anajure.org.br/wp-content/uploads/2013/04/LEVANTAMENTO-NACIONAL-2011.pdf>. Acessado em 27/08/2014 às 02h22min.

SENAD. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Glossário de álcool e drogas.** 2ª edição. Brasília. 2010. Disponível em: http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/drogadicao/publicacao/glossario_alcool_drogas.pdf. Acessado em 21/04/2014 às 20h31min.

SHEDLER, Jonathan. & BLOCK, Jack. **Adolescent drug use and psychological health.** American Psychologist. 1990. 45(5):612-630.

SHOEMAKER, Donald J. **Theories of delinquency - an examination of explanations of delinquent behavior.** Nova York: Oxford University Press, 1996.

SILVA, Gustavo de Melo. **Ato infracional: fluxo do Sistema de Justiça Juvenil em Belo Horizonte.** Dissertação de Mestrado (2010). UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-8BNN93/ato_infracional___fluxo_do_sistema_de_justi_a_juvenil_em_belo_horizonte.pdf?sequence=1. Acessado em 19/08/2014 às 10h51min.

SILVA, Karina Olindina da. **Estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional que recebeu a medida socioeducativa de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade em Florianópolis nos anos de 1998, 2002 e 2010.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2010.

SILVA, V. M. & MATTOS, H. F. **Os jovens são mais vulneráveis às drogas?** Em Pinsky, I. & Bessa, M. A. (Eds.). *Adolescência e drogas* (pp. 31-43). (2004) São Paulo: Contexto.

SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da. **Drogas: uma compreensão psicodinâmica das farmacodependências.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.

SOARES, Hugo Leonardo Rodrigues; GONCALVES, Hérica Cristina Batista & WERNER JUNIOR, Jairo. **Cérebro e o uso de drogas na infância e adolescência.** Fractal, Rev. Psicol. [online]. 2010, vol.22, n.3, pp. 639-639. ISSN 1984-0292.

SOLDERA, Meire e col. **Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados.** Rev. Saúde Pública, 2004;38(2):277-83.

SOLFA, Glaziela Cristiani. **Processos de acesso, permanência e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na rede municipal de ensino de São Carlos.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06102008-124908/>>. Acessado em 00h31min.

SOUZA, Delma P. Oliveira de; SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da. **Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores.** Rev. bras. epidemiol., São Paulo, v. 10, n. 2, June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2007000200015&lng=en&nrm=iso. Acessado em 06/07/2014 às 11h09min.

SOUZA, Elza Maria de, SILVA-ABRÃO, Fernanda Pires da & ALMEIDA, Janayana Oliveira. **Desigualdade Social, Delinquência e Depressão: Um Estudo com Adolescentes em Conflito com a Lei.** Rev. salud pública. 13 (1): 13-26, 2011.

SOUZA, Fátima. **Como funciona o tráfico de drogas.** Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/trafico-de-drogas3.htm>. Acessado em 15/11/2039 às 13h35min.

SOUZA, Sinara de Lima. **Compreendendo o consumo de bebidas alcoólicas através do olhar d@s adolescentes.** 2009. Tese (Doutorado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-29102009-141445/>>. Acessado em 04/08/2014 às 00h44min.

SPAGNOL, Antonio Sérgio. **Jovens delinquentes paulistanos.** Tempo Social, Brasil, v. 17, n. 2, p. 275-299, nov. 2005. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12479>>. Acessado em 03/08/2014 às 23h34min.

STEINBERG, Laurence. **Adolescent transitions and alcohol and other drug use prevention.** In: U. S. Department of Health and Human Services. Office of Substance Abuse Prevention. Preventing adolescent drug use: from theory to practice. Washington (DC); 1991. (Monograph, 8).

SWADI, Harith. **Individual risk factors for adolescent substance use.** Drug and Alcohol Dependence 55:209-224. 1999.

SZASZ, Thomas. **Our right to drugs: the case for a free market.** New York: Praeger. (1992).

TANNER, James Mourilyan. **Growth at Adolescence.** 2 ed. Oxford: Blackwell, 1962.

TAVARES, Beatriz Franck; BERIA, Jorge Umberto; LIMA, Maurício Silva de. **Fatores**

associados ao uso de drogas entre adolescentes escolares. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 6, Dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102004000600006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 29/07/2014 às 15h22min.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência.** Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2005.

_____. **Juventude e ato infracional: o sistema socioeducativo e a produção da reincidência.** Disponível em: http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_01/revista_digital_ed_01_3.pdf. Acessado em 03/08/2014 às 17h23min.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1992.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência.** 2.ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974. Capítulo 2.

TOLEDO, George Wilton. **A delinquência juvenil no Estado de São Paulo: características, evolução e tendências observadas entre os anos de 1950, 1960, 1979, 1985, 1995, 2000, 2001 e 2002.** 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-05022007-155759/>. Acessado em 04/08/2014 às 00h28min.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins e col. **Drogas e Sociedade.** Saúde & Transformação Social, 4(2), i-iv. (2013) [Editorial]. Disponível em: <http://www.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/2301/2617>. Acessado em 22/04/2014 às 01h30min.

TUTTLE, Jane; MELNYK, Bernadette Mazurek & LOVELAND-CHERRY, Carol. **Adolescent drug and alcohol use: Strategies for assessment, intervention, and prevention.** Nursing Clinics of North America, v. 37, n. 3, p. 443-460, 2002. APA.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Conceito de drogas.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/e-psico/etica/temas_atuais/reducao-de-danos-conceito-drogas.html. Acessado em 13/11/2013 às 00h49min.

VASTERS, Gabriela Pereira. **Trajetória dos adolescentes usuários de drogas em um serviço especializado: do primeiro uso ao tratamento.** 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-09032010-164014/>. Acessado em 03/08/2014 às 22h45min.

_____. PILLON, Sandra Cristina. **O uso de drogas por adolescentes e suas**

percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. Rev. Latino-Am. Enfermagem. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt_13.pdf. Acessado em 06/07/2014 às 22h37min.

VARGAS, Eduardo Viana. **Os corpos intensivos: sobre o estatuto social das drogas legais e ilegais.** In: Duarte, Luis Fernando Dias e LEAL, Ondina Fachel (orgs). Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas Etnográficas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

VELHO, Gilberto. **Nobres e anjos, um estudo sobre tóxicos e hierarquias.** Editora Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998:214.

VIEIRA, Patrícia Conzatti et al. **Uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes escolares em município do Sul do Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, Nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001100004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03/08/2014 às 22h34min.

VORCARO, Ângela; MAZZINI, Cristiana de Amorim & MONTEIRO, Júnia Penido. **Ato infracional e metáfora paterna.** Psicologia: Teoria e Prática – 2008, 10(2):135-146.

WAGNER, Marcia Fortes; OLIVEIRA, Margareth da Silva. **Habilidades sociais e abuso de drogas em adolescentes.** Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200008&lng=en&nrm=iso. Acessado em 04/07/2014 às 10h55min.

WERTSCH, J. V. (1995). **Sociocultural research in the copyright age.** Culture & Psychology, 1, 81-102.

WIKIPÉDIA. **Ácido gama-aminobutírico.** Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81cido_gama-aminobut%C3%ADrico. Acessado em 23/05/2013 às 18h39min

_____. **Divisão Estadual de Narcóticos.** Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_Estadual_de_Narc%C3%B3ticos. Acessado em 22/05/2014 às 23h31min.

_____. **Drogas.** Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Droga>. Acessado em 12/11/2013 às 22h21min.

_____. **Ministério de Justiça.** Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Justi%C3%A7a. Acessado em 28/09/2013 às 13h25min.

_____. **Organização Mundial da Saúde.** Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Mundial_da_Sa%C3%BAde. Acessado em 15/05/2013 às 21h04min.

ZAMIGNANI, Denis Roberto. **O desenvolvimento de um sistema**

multidimensional para a categorização de comportamentos na interação terapêutica. Tese – USP. 2007. Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/CLIENTE/Meus%20documentos/Downloads/TESEDENISZAMIGNANI.pdf. Acessado em 24/04/2014 às 17h22min.

ZAPPE, Jana Gonçalves. **Adolescência, ato infracional e processos de identificação: um estudo de Caso com adolescentes privados de liberdade.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Federal de Santa Maria. 2011.

_____. DIAS, Ana Cristina Garcia. **Delinquência juvenil na produção científica nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas.** Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 33, ago./dez. 2010.

_____. **Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei.** Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 17, n. 3, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04/08/2014 às 00h17min.

_____. RAMOS, Nara Vieira. **Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS.** Psicologia & Sociedade; 22 (2): 365-373, 2010.

ZINBERG, Norman. ***Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use.*** New Haven: Yale University Press, 1984.

ANEXO 1

Artigos sobre fatores de risco/determinantes/motivadores para o uso de drogas na adolescência

	Ano de public.	Nome do periód.	Área de conc. do periód.	Título	Formação do 1º autor	Palavras-chave/Descritores	Objetivo	Relaciona o uso de drogas a(ao)...
01	2002	Revista de Saúde Pública	Saúde pública	Prevalência e fatores de riscos relacionados ao uso de drogas entre escolares	Psicologia	Transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, epidemiologia. Adolescência. Prevalência. Fatores de risco. Estudantes. Questionários. Fatores socioeconômico-cos. Distribuição por sexo. Abuso de drogas.	Analisar a prevalência e os fatores de risco relacionados ao uso indevido de drogas entre estudantes de uma escola pública de primeiro e segundo graus. Questionário estruturado	Fatores de risco: sexo (meninas mais anfetamínicos e tranquilizantes, meninos mais solventes), classe social alta é maior o uso de álcool, estrutura familiar, cigarro e maconha mais frequente entre pais separados, adolescência, família, classe social econômica.
02	2003	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Violência e saúde	A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica	Psicologia	Adolescente. Família. Abuso de substâncias. Tratamento. Transtornos de uso de substâncias.	Apresentar uma revisão crítica da literatura 1995 a 2002 sobre a relação entre adolescência, família e uso abusivo de drogas. Teoria sistêmica	Fatores protetores: família – elo mais forte, funciona como um antídoto, quando o uso de drogas já tiver sido instalado. Fatores de riscos: grupos sociais – influência das más companhias (amigos).
03	2003	Psicologia: Teoria e Prática	Psicologia	Relato de uma experiência com adolescentes sobre o uso de drogas (escolares)	Psicologia	Drogadição. Grupos Operativos. Adolescência. Prevenção.	Investigar a questão do uso de drogas sob a perspectiva da redução de danos. Grupos focais com adolescentes	Curiosidade (falta de informação), conflitos familiares e pressão dos grupos de iguais.
04	2004	Revista de Saúde Pública	Saúde pública	Fatores associados ao uso de drogas entre adolescentes escolares	Medicina	Adolescente. Transtornos relacionados ao uso de substâncias, epidemiologia. Estudantes. Fatores de risco. Entrevistas.	Estudo transversal com 2410 estudantes Investigar fatores associados ao uso de drogas entre adolescentes de escolas com ensino médio.	Família, episódios de agressões e violência na trajetória de vida dos adolescentes e a ausência de religião. Ter sido assaltado ou roubado no ano anterior
05	2004	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Psicologia	Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade	Psicologia	Religiosidade. Drogas. Prevenção. Adolescentes.	Identificar entre os adolescentes/jovens de baixo poder aquisitivo, quais seriam os fatores que pudessem preveni-los do consumo de drogas.	Fatores protetores: família coesa (incluindo laços afetivos sem consanguinidade) e prática religiosa.
06	2004	Revista de Saúde Coletiva	Saúde pública	Uso de drogas psicotrópicas por estudantes:	Psicologia	Transtornos relacionados ao uso de substâncias. Alcoolismo. Estudantes.	Determinar a prevalência do uso pesado de drogas por 2287 estudantes de primeiro e segundo graus em uma	Álcool, tabaco, maconha, solventes, cocaína e medicamentos psicotrópicos. Estudantes da escola pública do centro, no período

				prevalência e fatores sociais		Adolescente. Prevalência. Fatores socioeconômicos. Estudos transversais.	amostra de escolas públicas e particulares, e identificar fatores demográficos, psicológicos e socioculturais associados.	noturno, trabalhadores, nível socioeconômico A e B com fraca educação religiosa e laços familiares frágeis.
07	2005	Revista de Ciência & Saúde Coletiva	Saúde pública	Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência	Psicologia	Adolescência. Fatores de risco. Fatores de proteção. Uso de drogas. Prevenção.	Revisão bibliográfica 1995 a 2003 para analisar os fatores de riscos e os fatores de proteção, conceitos que servem de base para o diálogo com os diferentes contextos sociais como a família, os pais, a escola, a comunidade e a mídia. Teoria sistêmica	Fatores de risco: família – consumo de drogas pelos pais, monitoramento parental deficiente, educação autoritária, conflitos familiares sem desfecho de negociação; escola – falta de motivação para os estudos, absenteísmo e o mau desempenho escolar; grupo de pares, fácil acesso à droga. Mídia.
08	2005	Estudos de Psicologia	Psicologia	Desenvolvimento escolar e abuso de drogas na adolescência	Psicologia	Abuso de drogas; adolescência; desenvolvimento escolar; gênero.	Investigar a história escolar de adolescentes internados para tratamento por uso de drogas, a partir de informações contidas em suas autobiografias	Comportamento agressivo e inapropriado em sala de aula, fracasso no desempenho escolar, habilidades sociais empobrecidas, afiliação com pares que apresentam comportamentos desviantes e percepção de que na escola, entre os pares e na comunidade existe aprovação do comportamento de uso de drogas.
09	2006	Estudos de Psicologia	Psicologia	Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência, e família: um estudo bibliográfico	Psicologia	Consumo de drogas. Adolescência. Família	Apresentar uma sistematização dos resultados obtidos por meio de uma revisão bibliográfica envolvendo três eixos: drogadição, adolescência, família.	Ênfase na família, mas reconhece também a importância dos grupos sociais e de pares. Inclui a necessidade de viver aventuras e boas sensações.
10	2007	Revista de Psicologia Clínica	Psicologia	Habilidades sociais e abuso de drogas em adolescentes	Psicologia	Habilidades sociais. Adolescência. Abuso de substâncias. Maconha	Propor uma revisão bibliográfica 1996 a 2006 que incluiu língua inglesa sobre habilidades sociais e abuso de substâncias.	Fatores psicológicos com ênfase nas habilidades sociais, como a dificuldade de dizer “não” e grupos de pares.
11	2007	Revista Brasileira de Epidemiologia	Psiquiatria	Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores	Psiquiatria	Trabalho. Estudante adolescente. Substâncias psicoativas. Epidemiologia. Saúde pública.	Realizar um estudo transversal, de base populacional, para determinar a prevalência do uso recente de substâncias psicoativas em uma amostra probabilística de 798 adolescentes trabalhadores e de 1.493 não trabalhadores, matriculados na rede estadual de educação básica da área urbana de Cuiabá, Brasil.	Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas relacionado aos trabalhadores, idade entre 15-20 anos, sexo masculino e baixo nível socioeconômico (C+D+E), defasagem escolar.
12	2007	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Enfermagem	Adolescência e uso de substâncias psicoativas: o impacto do nível socioeconômico	Psicologia	Adolescente; transtornos relacionados ao uso de substâncias; drogas ilícitas; saúde pública; promoção da saúde	Verificar possíveis relações entre uso de drogas psicoativas na adolescência e nível socioeconômico.	Entre os adolescentes da classe média e alta, particularmente no que diz respeito ao uso de álcool e tabaco.
13	2007	Psicologia: Teoria e Pesquisa	Psicologia	Lazer e uso de substâncias psicoativas na	Psicologia	Adolescência; uso de drogas; atividades de lazer.	Levantar as atividades de lazer praticadas por adolescentes usuários e não-usuários de drogas; verificar	Fácil acesso e a disponibilidade da substância, associado a outros aspectos como fatores do ambiente social e

				adolescência: possíveis relações			possíveis associações entre uso de drogas e lazer na adolescência.	desorganização social, sexo, idade, nível socioeconômico, desempenho escolar, trabalho, uso de drogas na família.
14	2008	Cad Saúde Pública	Saúde Pública	Uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes em município do sul do Brasil	Enfermagem	Comportamento adolescente, álcool, tabaco, drogas de rua	Estudar o comportamento dos estudantes da 7ª. Série do ensino público municipal de Gravataí em relação ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, e avaliar a associação com características familiares, do grupo de amigos, estado nutricional e aspectos emocionais dos jovens	Álcool é a substância de maior prevalência, geralmente junto à família. A influência da família e dos amigos foi demonstrada, bem como sentimentos de tristeza e depressão. Sexo, cor da pele e condição socioeconômica não se encontrou associação
15	2008	Revista de enfermagem Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	Enfermag.	Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção na saúde	Enfermagem	Adolescência. Promoção da Saúde. Enfermagem.	Desenvolver uma análise crítica sobre a necessidade de ações educativas na prevenção do uso de drogas entre adolescentes, verificando os fatores de risco a ele relacionados. Revisão de literatura	Envolvimento de algum familiar, ser criado por um dos pais, condescendência dos pais (rito de passagem) facilidade e baixo preço, conflitos familiares, apelo dos meios de comunicação.
16	2008	Revista de enfermagem Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	Enfermag.	Práticas culturais, familiares e o uso de drogas psicoativas pelos adolescentes: reflexão teórica	Enfermagem	Adolescente. Relações familiares. Drogas ilícitas. Cultura.	Refletir acerca da temática das drogas na adolescência e da influência das práticas culturais familiares.	Cultura familiar: comemorações, espuma da cerveja para crianças, café, calmantes. Uso de anorexígenos e anabolizantes por familiares. Coesão e presença familiar não é suficiente se não houverem modelos (aculturação). Família.
17	2009	Revista Psicologia em Estudo - UEM	Psicologia	Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática	Psicologia	Estilos parentais. Adolescência. Substâncias psicoativas.	Realizar uma revisão sistemática a respeito de trabalhos científicos sobre a associação entre os estilos e práticas parentais de socialização e o consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes. 30 artigos pesquisados.	Ênfase nos estilos parentais. Família, grupos sociais e a baixa escolaridade.
18	2009	Psicologia em Estudo	Psicologia	A drogadicção na adolescência contemporânea	Psicologia	Drogadicção, adolescência, desamparo.	Analisar a questão da drogadicção na adolescência contemporânea, mostrando quanto a dimensão de desamparo, com toda a complexidade que comporta, tem sido determinante no incremento deste fenômeno.	Família hierárquica e a família monoparental.
19	2010	Revista Eletrônica de Saúde Mental Álcool e Drogas.	Saúde mental	A importância da família na prevenção do uso de drogas entre crianças e adolescentes: papel materno	Enfermagem	Relações familiares. Drogas ilícitas. Comportamento do adolescente. Transtornos relacionados ao uso de substâncias.	Descrever os fatores de risco e protetores para o uso e abuso de drogas referidas pela família. Foram entrevistadas 22 mães de uma comunidade do RJ no ano de 2006.	Fatores de risco: influência dos pares e usuários de drogas na família. Fatores protetores: diálogo, família estruturada, atividades sociais e educativas. Grupos sociais e de pares.
20	2010	Revista de Psicologia	Psicologia	Cérebro e o uso de drogas na infância e adolescência	Medicina	Plasticidades neural, drogas, adolescência.	Apresentar uma abordagem biopsicossocial do consumo de álcool e drogas na infância e adolescência explicando os mecanismos de atuação	Comportamento antissocial, depressão, transtornos psicológicos.

							da droga no cérebro, especialmente nessa fase de intensa atividade neural que é a adolescência, sem deixar de valorizar a atenção redobrada dos pais e responsáveis aos adolescentes, devido ao fácil acesso ao álcool, cigarros e drogas.	
21	2011	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Enfermag.	O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado	Enfermagem	Drogas Ilícitas. Adolescente. Centros de Tratamento de Abuso de Substâncias. Pacientes Desistentes do Tratamento.	Entrevistou 14 adolescentes usuários de CAPS para conhecer o uso de drogas entre adolescentes, da primeira experimentação às percepções sobre adesão ao tratamento, com base na pesquisa qualitativa, e se buscou essa compreensão através do ponto de vista dos sujeitos.	Sexo masculino, defasagem escolar, diversão, ocupação do tempo livre, lidar com sentimentos (raiva/solidão/ansiedade) e dificuldades com situações de conflitos, influência dos pares.

ANEXO 2

Artigos sobre fatores de risco/determinantes/motivadores para a prática do ato infracional

	Ano de public.	Nome do periód.	Área de conc. do periód.	Título	Formação do autor	Palavras-chave/Descritores	Objetivo	Relaciona a prática do ato infracional a(ao)...
01	2004	Revista de Estudos de psicologia	Psicologia	O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias.	Psicologia	Delinquência juvenil; relações familiares; exclusão social; vulnerabilidade familiar	Levantar vulnerabilidades do infrator e sua família, assim como algumas relações entre aquelas e o ato infrator.	Fragilidade das famílias - condição de pobreza e exclusão social, isoladas do amparo social. Famílias sofrem as consequências emocionais e financeiras, decorrentes da separação dos pais: ausência da figura paterna e materna, por causa do trabalho ou pelo abandono do lar. Impossibilidade de educação e cuidados dos filhos. História de agravos à saúde e de violências sofridas.
02	2004	Revista Interação em Psicologia	Psicologia	Infração Juvenil Feminina: Uma Trajetória de Abandonos	Psicologia	Comportamento infracional; fatores de risco; adolescência.	Investigar a trajetória de vida de 50 adolescentes do sexo feminino, de 13 a 20 anos, que cumpriam medidas socioeducativas em órgão governamental, na cidade de Porto Alegre, RS.	Rupturas nas relações com os cuidadores e violência intra e extrafamiliar, falta de estabilidade e a fragilidade dos vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento, eventos estressores vivenciados, abandonos e afastamentos, morte de um dos pais ou outro familiar, ausência da figura paterna e separação dos pais.
03	2005	Revista Paidéia da USP – Ribeirão Preto	Psicologia	Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas socioeducativas	Psicologia	Adolescentes; fatores de risco; delinquência.	Investigar a ocorrência de eventos estressores no desenvolvimento de 50 adolescentes autoras de ato infracional, com idade entre 13 e 20 anos, que cumpriam medida socioeducativa em órgão governamental.	Fatores de riscos: ocorrência de maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, repetência escolar, desemprego e morte dos pais.
04	2005	Revista de sociologia da USP	Sociologia	Jovens delinquentes paulistanos.	Sociologia	Delinquência juvenil; Homicídios; Gangues; Adolescentes infratores; Jovens delinquentes; Crueldade.	Descrever o envolvimento dos jovens em infrações graves na cidade de São Paulo, chamando a atenção pela crueldade dos seus atos.	Classe socioeconômica: habitantes das periferias e bairros mais abastados. Mídia. Gangues na cidade. Laços sociais baseados no fascínio do poder e pela destruição do outro.
05	2005	Revista de estudos da psicologia de Campinas	Psicologia	Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei.	Psicologia	Atitude parental; delinquência juvenil; práticas educativas; psicologia educacional.	Investigar se a percepção dos filhos coincide com a percepção dos pais sobre as práticas parentais utilizadas na família de ACL.	Comportamento antissocial: vandalismo, fuga de casa, furtos, ações agressivas, mentira e cábula. Punições físicas em crianças, de várias formas e em diferentes áreas do corpo. Abandono, expulsão e/ou exclusão escolar.

06	2006	Revista virtual & textos & contextos da PUC-RS	Serviço Social	O olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social	Serviço Social	Adolescente. Ato infracional. Contexto social.	Discutir o contexto em que os adolescentes que cometem atos infracionais estão inseridos, especialmente quanto aos aspectos sociais.	Uso de drogas, vida na comunidade, grupo de amigos, relação com o trabalho, família e escola, precarização das relações de trabalho.
07	2006	Revista de psiquiatria clínica	Medicina	Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros	Medicina	Adolescentes, infratores, psicopatia.	Comparar a psicopatia, a reincidência criminal e a história de maus-tratos entre adolescentes infratores versus a vida e outros adolescentes infratores.	Cometimento de crimes contra a vida, apresentaram prevalência de psicopatia maior do que outros adolescentes infratores. Reincidência criminal maior entre os adolescentes que possuíam psicopatia e história de crimes contra a vida. Violência. Maus-tratos.
08	2007	Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar	Sociologia	Estudo comparativo sobre o adolescente autor de ato infracional no centro (Estados Unidos da América) e na periferia (Brasil) do capitalismo	Sociologia	Adolescente, Ato infracional, Programas de (re) socialização.	Relatar a investigação empírica no centro (Estados Unidos da América) e na periferia (Brasil) do capitalismo, sobre as principais motivações que levam adolescentes a praticar atos infracionais e como as diferentes sociedades tratam esta questão.	Classe socioeconômica: pobreza/periferia/baixa renda familiar, baixo nível de escolaridade, família monoparental, as mães são as principais responsáveis pela criação dos filhos.
09	2007	Revista de Psicologia e Estudo	Psicologia	A análise psicossocial do jovem delinquente: uma revisão da literatura	Enfermagem	Comportamento. Delinquência juvenil. Psicopatia.	Investigar a produção científica em periódicos indexados nas bases de dados Medline, Lilacs e PsycINFO, sobre o conceito de delinquência juvenil, no período de 1995-2005, e analisar as questões relacionadas com o âmago deste fenômeno, visto à luz das interpretações sociológicas e psicológicas.	Comportamento antissocial/desviante, maus-tratos, influência dos pares, modelo de interação indivíduo/colegas.
10	2007	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Saúde	Adolescentes em conflito com a lei	Psicologia	Violência, adolescência, políticas públicas	Focar um estudo sobre o adolescente autor e vítima da violência, fenômeno crescente no Brasil.	Adolescentes e jovens adultos, de 15 a 24 anos, masculinos, residentes em áreas periféricas ou menos favorecidas. Carência socioeconômica, baixa escolaridade. Etnia-negros. Família: pais separados, renda familiar: de até dois salários-mínimos, mãe provedora do sustento familiar.
11	2007	Revista eletrônica de psicologia política	Psicologia	Adolescentes autores de homicídio: vivência da privação de liberdade e planos para o futuro.	Psicologia	Adolescentes; Ato infracional; Homicídio.	Investigar a partir da perspectiva de adolescentes autores de homicídio, o cotidiano antes da internação, os significados e sentimentos associados à vivência da medida privativa de liberdade e seus planos para o futuro.	Violência/negligência/maus-tratos/agressões físicas e psicológicas durante a infância, família: agressões físicas do pai contra a mãe; expulsão do lar, influência de familiares; abandono déficit de inteligência/baixo nível educacional, outros distúrbios neurológicos, envolvimento com gangues/pares/influência de pessoas da mesma idade/colegas/amigos/parceiros, influência do grupo, atividades antissociais, drogas lícitas e ilícitas, prática habitual de outros tipos de crime, vivência de conflitos e

								perdas, condição socioeconômica precária, ter sofrido humilhações; destino e vocação, gosto ou crença de terem nascido para a vida do crime - herança do crime.
12	2008	Cadernos de pesquisa da UFSC	Psicologia	A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes.	Psicologia	Adolescentes – educação – drogas – classe social.	Traçar o perfil de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas em uma cidade do interior de São Paulo, mediante exame de 123 prontuários de atendimento, em 2002.	Predominância de adolescentes do sexo masculino, residentes em casa própria, renda familiar de zero à R\$ 2100,00, 85,7% dos adolescentes afirmaram fazer uso de maconha. Família monoparental, defasagem escolar, desinteresse - abandono - conflitos - fracasso escolar.
13	2008	Revista Psicologia & Sociedade	Psicologia	Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual	Psicologia	Adolescentes; ato infracional; subjetividade.	Discutir o modo como os adolescentes significam suas práticas de vida e se subjetivam a partir dos contextos da família, da justiça e da medida socioeducativa de internação, em decorrência de ato infracional cometido, bem como questionar a forma como a sociedade e as instituições envolvidas têm tratado a questão.	Trajetórias de vidas difíceis, repletas de perdas, faltas e privações. Artigo desconstrói de forma muito interessante os clichês família e uso de drogas.
14	2008	Revista Psicologia: Teoria e Prática	Psicologia	Ato infracional e metáfora paterna	Psicologia	Psicanálise. Lei. Adolescência. Paternidade; Sociedade.	Sublinhar a atribuição indiscriminada da falta de um pai concreto como causa de delitos de adolescentes.	Questiona a posição psicanalítica da “falta do pai” como motivo para o ato infracional. Tentativa de inclusão no contexto social do qual foi excluído, tentativa de ser reconhecido em algum espaço. Ato infracional como sintoma (social?)
15	2008	Revista Psicologia: Reflexão e Crítica	Psicologia	Adolescentes infratores: Rede Social e Funcionamento Familiar	Psicologia	Adolescente; família; infrator; rede social.	Identificar as características da rede social dos internos da Fase-RS que cumprem medida de ICPAE (interno com possibilidade de atividade externa).	Baixa escolaridade, uso de drogas. Fatores protetores: rede social – estar empregado ou na escola (no início da idade adulta, recaída do ato infracional).
16	2009	Arquivos de Ciência da Saúde da UNIPAR	Ciências	Ato infracional na adolescência: um fenômeno contemporâneo	Psicologia	Ato Infracional; Adolescente em conflito com a lei; Violência.	Abordar sobre a violência social com um fenômeno contemporâneo de grande proporção, em que o adolescente que comete atos de infração é visto como o principal protagonista desta problemática, pois ora a sociedade o encara como vítima de um sistema de políticas públicas falidas e ora como agente detentor de livre arbítrio, que opta pela prática infratora como um caminho mais fácil para alcançar o mundo.	Desemprego, exclusão social; ambiente propício ao desencadeamento de atos violentos; quebra dos vínculos e regras de sociabilidade entre as pessoas, afirmação de determinados valores por grupos sociais, etários, ou de gênero; influência das agências de controle de criminalidade - presença ou ausência de órgãos do Sistema de Justiça Criminal, como a Polícia Civil e Militar. Situações conflituosas.
17	2009	Revista Brasileira e Conflitualidade	Adolescentes em conflito com a lei	Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação	Psicologia	Adolescente em conflito com a lei. Medida de internação. Perspectivas futuras.	Investigar as avaliações que os adolescentes em conflito com a lei fazem sobre o cometimento do delito, a medida socioeducativa e as perspectivas futuras.	A maioria de cor branca, contrariando que ser negro constitui risco, porém o estudo foi feito no sul do país. Pertencer ao sexo masculino, a pobreza, as características psicológicas e biológicas, a vulnerabilidade,

				e as expectativas futuras				a exclusão social, a violência familiar, o abandono da escola e o uso de drogas como potenciais fatores de risco para o envolvimento em infrações.
18	2010	Impresso (UNISC)	Psicologia	Delinquência juvenil na produção científica nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas	Psicologia	Delinquência juvenil, institucionalização; adolescência.	Apresentar um levantamento bibliográfico a respeito da delinquência juvenil. Objetivando investigar a produção científica nacional da última década.	Pobreza ou desigualdade social, autoestima e influência de grupos de pares/associação de jovens em grupos/inter-relações estabelecidas nos grupos, aspectos biológicos hereditários e as características de personalidade, como a inteligência, podem predispor o indivíduo para a criminalidade.
19	2010	Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo	Psicologia	Grupo com adolescentes em privação de liberdade: circulação da palavra como possibilidade de resignificação do ato infracional	Psicologia	Adolescência; Ato infracional; Subjetividade; Instituição; Grupo.	Analisar o modo de subjetivação do adolescente autor de ato infracional em situação de confinamento, concebendo o contexto da instituição que o abriga.	Não relacionar à prática de ato infracional
20	2010	Revista Psicologia & Sociedade	Psicologia	Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS	Psicologia	Adolescente em conflito com a lei; medida socioeducativa; privação de liberdade.	Apresenta as primeiras análises dos resultados da pesquisa intitulada "Adolescentes privados de liberdade: quem são, de onde vêm e para onde vão?", que teve como objetivo construir o perfil dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Santa Maria durante o período de 1998 a 2007.	Idade entre 16 e 17 anos. Defasagem escolar. Fracasso da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público em assegurar a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes referentes à educação. Uso de drogas ilícitas.
21	2010	Revista Brasileira de Psiquiatria	Medicina	Exposição à violência entre jovens da cidade de São Paulo em privação de liberdade.	Medicina	Violência; Adolescência; Delinquência juvenil; Brasil; Direitos humanos.	Determinar a extensão da exposição à violência na comunidade entre jovens brasileiros delinquentes nos 12 meses que antecederam sua privação de liberdade e identificar fatores associados a essa exposição.	Taxas de exposição à violência similares entre meninos e meninas, ameaças de lesão física, ter sido espancado ou assaltado e/ou baleado foram as formas mais comuns de violência vivenciada, fácil acesso às armas de fogo e a passagem prévia pela Justiça, ter dormido na rua foi o único fator associado à violência vivenciada.
22	2011	Revista Psicologia & Sociedade	Psicologia	Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas	Psicologia	Família; medida socioeducativa; adolescência.	Descrever e compreender como se estabelecem as relações do adolescente infrator com sua família antes, durante e depois do cumprimento de uma medida socioeducativa.	O envolvimento em brigas, o uso de drogas e a ausência de diálogo com a família - a família deixa de ser hierarquizada. A busca pelo reconhecimento, uma vez que a família próxima, em função das múltiplas vulnerabilidades (dificuldades socioeconômicas, alterações emocionais decorrentes de separações, ausências e perdas, e da sobrecarga de um dos

								membros - em geral a mãe - não consegue cumprir essa função) - sintoma social.
23	2011	PUC-RS	Serviço Social	Juventude e ato infracional: o sistema socioeducativo e a produção da reincidência	Serviço Social	Não há palavras-chaves	Desvelar as determinações que incidem no fenômeno da reincidência na prática de atos infracionais por adolescentes residentes na cidade de Porto Alegre.	Fonte de apoio: família/arranjos familiares, violência intrafamiliar, vivência de perdas - morte do adulto responsável pelos cuidados das crianças, algumas vezes de mais de um adulto e até de irmãos, sentimentos como o medo, a insegurança e tristeza. Uso das substâncias psicoativas e o envolvimento com o tráfico de drogas.
24	2011	Revista de Saúde Pública	Saúde	Desigualdade Social, Delinquência e Depressão: Um Estudo com Adolescentes em Conflito com a Lei	Medicina	Adolescente, depressão, delinquência juvenil, autopercepção, estado de saúde, iniquidade social (fonte: DeCS, BIREME).	Avaliar a autopercepção do estado de saúde de adolescentes em confronto com a lei, obter informações relativas ao relacionamento desses adolescentes e a instituição destinada a oferecer atividades socioeducacionais e propor uma intervenção de reintegração social.	Depressão - ambiente familiar é um preditor de sintomas depressivo/perda dos pais/pais separados ou decisões judiciais apresentam uma maior prevalência de depressão, suicídio, uso abusivo de álcool e drogas lícitas e ilícitas, rebeldia, baixa renda, maus-tratos, negligência, problemas para dormir e dificuldade de concentração.
25	2011	Revista Psicologia & Sociedade	Psicologia	Adolescentes autores de atos infracionais: Psicologia moral e legislação	Psicologia	ECA; SINASE; autonomia moral; socioeducação.	Discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, os quais dispõem sobre a proteção integral dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.	Ser do sexo masculino, ter baixa escolaridade e baixa renda familiar, além de na sua grande maioria, fazer uso de drogas ilícitas como a maconha, o crack e a cocaína.
26	2011	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Saúde	Prevalência de transtornos psiquiátricos em jovens infratores na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito	Medicina	Delinquência, Transtorno de conduta, Transtornos psiquiátricos, Jovens infratores, Abuso de drogas, Psiquiatria infantil.	Avaliar a prevalência de transtornos mentais em adolescentes sob medida socioeducativa, considerando como hipótese sua diferença entre gêneros com base no tipo de delito cometido.	Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, da conduta, desafiador opositivo, de ansiedade, depressivo, abuso de drogas ilícitas e abuso de álcool.
27	2012	Estudos em Pesquisas em Psicologia (online)	Psicologia	Jovens de classes médias infratores e a questão da autoridade.	Serviço Social	Juventudes, família, classes médias, ato infracional.	Abordar a questão norteadora de como os jovens da classe média, em conflito com a lei, percebem o seu ingresso e permanência na criminalidade.	Ser negro, baixa renda familiar, faixa etária entre 16 e 18 anos e baixa escolaridade.
28	2012	Revista Estudos de Psicologia	Psicologia	Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei	Psicologia	Delinquência juvenil; psicologia do adolescente; relações familiares.	Compreender como aspectos da dinâmica familiar vivenciada por jovens em situação de conflito com a lei interferem em seu processo de desenvolvimento psíquico e podem estar associados à prática de atos infracionais.	Condição de pobreza e exclusão social, famílias divididas: pais separados/mortos/ausência de algum dos genitores ou abandono dos filhos, infraestrutura prejudicada em termos financeiros, emocionais ou domiciliares, desqualificação para o trabalho, desemprego, baixo nível de escolaridade, analfabetismo, violência física e psicológica,

								problemas de relações interpessoais e de comunicação.
29	2012	Psicologia: Teoria e Pesquisa	Psicologia	Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família	Psicologia	Comportamento do adolescente. Relações familiares. Estudos de casos,	Apresentar três estudos de caso de adolescentes autores de ato infracional, enfocando suas percepções sobre a família.	Personalidade, cognição e hereditariedade –, grupos escolares, sociais e comunitários – grupo de pares –, fatores socioeconômicos e culturais.